

Sudeste do Pará

Arara do Iriri



Milton Guran/Agil

8. Sudeste do Pará



- - - limite interestadual
 — rodovia implantada
 - - - rodovia planejada
 ■ cidade
 ● capital de estado

ÁREAS INDÍGENAS
 reconhecidas oficialmente
 reconhecidas oficialmente (fora de escala)
 apresentada em outro capítulo

GRUPOS FORA DE A.I.
 ○ localização de aldeamentos
 ⊗ localização aproximada

CEDI/1990

0 50 100 200

SUDESTE DO PARÁ / XINGU

Terras indígenas reconhecidas oficialmente

CEDI / Museu Nacional, 1990

Ref. mapa	Terra indígena	Povo	População (nº, fonte, data)	Situação jurídica	Extensão (ha)	Município	UF	Observações
18	Al Apyterewa	Parakanã	T 156 Vieira Filho: 89	Interditada. Port. Funai/PP/3632 de 06/11/87 interdita área para efeito de segurança, garantia da vida e bem-estar dos índios (DOU 01/12/87).	266800	Altamira São Félix do Xingu	PA	Carajás / garimpo não indígena intermitente / influência de hidrelétrica planejada (Ipixuna).
29	Al Arara I	Arara	T 92 4º Suer: 90	Delimitada. Dem. física (1990). Port. 506/n/78 declara de ocupação dos índios. Port. 528/n de 30/10/78 altera limites e revoga Port. 506 (DOU 23/11/78).	301600	Altamira Prainha	PA	Influência de hidrelétrica planejada (Babaquara) / rodovia no limite BR-230.
31	Al Arara II	Arara	T 0 Funai: 90	Interditada. Dec. nº 88018 de 04/01/83 interdita área para pacificação e atração do grupo Arara II (DOU 05/01/83).	46232	Porto de Moz Prainha	PA	
35	Al Araweté/Igarapé Ipixuna	Araweté	T 184 4º Suer: 90	Interditada. Com parecer GTI. Port. Funai/PP/4101 de 30/12/87 interdita área para efeito de segurança e garantia da vida e bem-estar dos índios. Parecer nº 132 de 05/11/86 para delimitação.	985000	Altamira São Félix do Xingu Senador José Porfírio	PA	Requerimento de pesquisa mineral / influência de hidrelétrica planejada (Babaquara).
51	Al Baú/Kubenkokre	Kaiapó Mekrãgnoti	T 102 4º Suer: 90	Identificada. Em 1977 (Funai: 89). Port. 162/90 propôs novos limites.	1850000	Altamira	PA	Requerimento + alvará de pesquisa mineral / garimpo não indígena.
26	Al Cachoeira Seca do Iriri	Arara	T 35 4º Suer: 90	Identificada. Ports. 584/88, 1528/88 e 438/89 identificou, delimitou e efetuou levantamento fundiário (4º Suer: 90).	686501	Altamira Medicilândia Prainha	PA	Requerimento + alvará de pesquisa mineral / influência de hidrelétrica planejada (Babaquara e Iriri) / isolados.
90	Al Curuá	Xipaia-Kuruuaia	T 147 4º Suer: 90 *(1)	Interditada. Port. Funai/PP/148 de 09/02/88 interdita área para efeito de segurança e garantia da vida e bem-estar dos índios (DOU 12/02/88).	13000	Altamira	PA	Alvará de pesquisa mineral / influência de hidrelétrica planejada (Iriri) / garimpo indígena.
164	RI Kararaó	Kaiapó Kararaó	T 22 4º Suer: 90	Reservada. Dec. nº 88914 de 13/07/71 (DOU 14/07/71) cria RI. Aviventada: 88.	224000	Altamira	PA	Requerimento + alvará de pesquisa mineral / influência de hidrelétrica planejada (Babaquara) / rodovia planejada PA-167.
173	Al Kayapó	Kaiapó A'Ukra Kaiapó Gorotire Kaiapó Kikretum Kaiapó Kokraimoro Kaiapó Kuben Kran Ken	216 914 322 212 282 1946 4º Suer: 90	Delimitada. Reg. CRI e SPU. Dec. nº 91244 de 09/05/85 declara de ocupação (DOU 10/05/85). Reg. CRI matr. 18807, liv. 02, fl. 129 em 21/12/87. Reg. SPU PA-03, liv. 02 em 27/10/87.	3284005	São Félix do Xingu	PA	Requerimento + alvará de pesquisa mineral / garimpo não indígena / hidrelétrica planejada.
175	Al Koatinemo	Asurini do Xingu	T 63 4º Suer: 90	Interditada. Com parecer GTI. Port. Funai/PP/291 de 17/03/88 interdita área para efeito de segurança e garantia da vida e bem-estar dos índios (DOU 25/03/88). Parecer GTI para delimitação.	288600	Senador José Porfírio	PA	Influência de hidrelétrica planejada (Babaquara) / os índios reivindicam área compreendida entre os Igarapés Laje e Furo do Sapo.
453	Al Menkragnoti	Kaiapó Me Ngra Mrañ Kaiapó Mekrãgnoti	T 489 4º Suer: 90	Interditada. Port. Funai/PP/220 de 03/03/90 interdita temporariamente para estudo e apresentação de proposta de limites (DOU 13/03/90).	4913000	Altamira São Félix do Xingu	PA	Requerimento + alvará de pesquisa mineral / isolados Me Ngra Mrañ.
232	Al Paquicamba	Juruna	T 22 4º Suer: 90 *(1)	Delimitada. Reg. CRI. Dec. nº 89.489 de 29/03/84 declara de ocupação dos silvícolas (DOU 30/03/84). Reg. CRI matr. 103, liv. 2 a, fl. 108 em 12/11/90.	4355	Senador José Porfírio	PA	Alvará de pesquisa mineral / influência de hidrelétrica planejada (Belo Monte).
43	Al Trincheira/Bacajá	Kaiapó Xikrin do Bacajá	T 225 Vieira Filho: 89	Identificada. Port. Funai/PP/286 de 22/03/89 para identificação. Inclui Al Bacajá identificada e demarcada fisicamente com 192.126 ha em 1980.	1438856	Portel São Félix do Xingu Senador José Porfírio	PA	Carajás / garimpo não indígena / influência de hidrelétrica planejada / rodovia planejada PA-158 / isolados / inclui Al Bacajá identificada e demarcada fisicamente com 192.126 ha em 1980.

1. Outros 639 Xipaia Kuruuaia e Juruna vivem no beiradão do Xingu e no beiradão do Iriri/Curuá, fora de Área Indígena.

2. Conforme relatório de identificação e definição de limites (Funai: 89), a população desta Al se distribui assim:

- Aldeia Trincheira - 16 Kaiapó Kararaó, 5 Juruna, 3 brancos, 30 Kaiapó Xikrin do Bacajá.
- Aldeia Bacajá - 6 Kaiapó Kararaó, 1 Gavião, 1 Parakanã, 158 Kaiapó Xikrin do Bacajá.

SUDESTE DO PARÁ / XINGU
Terras indígenas não reconhecidas oficialmente
CEDI / Museu Nacional, 1990

Ref. mapa	Terra indígena	Povo	Situação jurídica	Histórico	Observações
380	Curuá/Iriri	Xipaia-Kuruuaia	Sem providência. (Prelazia do Xingu: 84).	Conforme levantamento da Prelazia do Xingu, cerca de 25 famílias Xipaia e Curuaia vivem dispersas em várias localidades, no Município de Altamira/PA, como segue: no baixo Rio Curuá (Entre Rios, São Geraldo, Taperas, Pontão, Cachoeira do Marco, Madalena, Favela, Cachoeira, Curupite, Lubisu), no médio Rio Iriri (Amaro Velho, Liberdade, São Vicente, Nova Olinda, Tucatã, Limoeiro e Anajás), no baixo Rio Xingu (Paratizinho e Cachoeira do Jaboti), além do núcleo da Vila São Sebastião, no perímetro urbano de Altamira - ver 513D (Pansa: 84).	Requerimento + alvará de pesquisa mineral / influência de hidrelétrica planejada.
479	Pu'ro - Baixo Rio Curuá	Kaiapó Pu'Ro	Sem providência. Consta do plano de metas da Funai: 87.	Este grupo se formou em 1940, quando 25 índios partidários do chefe Tapiete deixaram a aldeia Mekragnoti, nunca mais retornando. Os Mekragnoti atuais, se referem a esse grupo como os Puro, dizem que ainda vivem no baixo Rio Curuá. Em julho de 1977, passaram na cidade de Entre Rios, na confluência do Iriri com o Curuá, assustando a população, e em outubro do mesmo ano estiveram nas proximidades da aldeia Mekragnoti do Baú (Vol. 8/Xingu, PIB/CEDI, no prelo).	Requerimento + alvará de pesquisa mineral / isolados.
491	Rio Merure	Kaiapó Pituiaro	Sem providência. (Verswijver, IP 86).	Este grupo Kaiapó, denominado Pituiaro - tem o nome do homem mais velho que o conduziu separadamente, quando, em 1950, os Kuben-kran-ken se dispersaram em meio a um ataque dos Kokraimoro. Este grupo perambula entre a região do Rio Merure e a área dos Kuben-kran-ken, Município de Altamira/PA. Em agosto de 1977, o antropólogo G. Verswijver, ao sair da aldeia, num voo de Kuben-kran-ken para Santana do Araguaia, avistou uma aldeia dos Pituiaro à margem do Rio Merure - um círculo de 5 a 6 casas do tipo tradicional Kaiapó, encravado numa serra (Vol. 8/Xingu. PIB/CEDI no prelo).	Isolados.
513	V. São Sebastião	Xipaia-Kuruuaia	Sem providência. (Lamas: 81).	Conforme levantamento da Prelazia do Xingu, 22 famílias Xipaia e Kuruuaia residem no perímetro urbano de Altamira/PA. O núcleo principal e a Vila São Sebastião, localizada na Av. João Pessoa, no bairro do Recreio (Pansa: 84). População: 244 (Funai: 90)	

SUDESTE DO PARÁ / TOCANTINS

Terras indígenas reconhecidas oficialmente
CEDI / Museu Nacional, 1990

Ref. mapa	Terra indígena	Povo	População (nº, fonte, data)	Situação jurídica	Extensão (ha)	Município	UF	Observações
6	Alto Rio Guamá	Guajá Krejê Munduruku Tembé Urubu Kaapor	T 813 4º Suer: 90 *(1)	Interditada. Dem. física (1976). Port. Funai/PP/577 de 12/06/90 interdita área reservada por Dec. nº 207/45, para segurança, garantia da vida e bem-estar dos índios (DOU 25/06/90).	278000	Paragominas Viseu	PA PA	Rodovia planejada PA-108 / em 1988 foi desmembrada em 2 colônias reduzindo a área para 208.125 ha.
10	Ri Amanayés	Amanayé	T 66 Funai: 90	Reservada/SPI. Dec. est. nº 306 de 21/03/45 (do 27/03/45) cria Ri. Port. 1793/E de 09/11/84 para identificação e levantamento ocupacional para definição de limites.	261000	Rondon do Pará	PA	
11	Al Anambé	Anambé	T 77 4º Suer: 90 *(2)	Identificada. Dem. física (1988). Com parecer GTI. Port. nº 1793/E de 09/11/84 para delimitação. Memorial descritivo de delimitação de 04/03/85. Parecer nº 176 de 10/12/87 para delimitação.	8150	Moju	PA	
193	Ri Mãe Maria	Gavião Parkatejê	T 266 4º Suer: 90 *(3)	Regularizada. Reg. CRI e SPU. Reg. CRI matr. 6587, liv. 2-z, fl. 01 em 17/07/85. Reg. SPU PA-04, liv. 2, fls. 484/485 em 08/09/86.	62488	Bom Jesus do Tocantins	PA	Carajás / rodovia PA-222 + ferrovia + linha de transmissão cortam a área / influência de hidrelétrica planejada (Marabá).
236	Al Parakanã	Parakanã	T 295 4º Suer: 90	Delimitada. Reg. CRI e SPU. Dec. nº 91026 de 05/03/85 declara de ocupação (DOU 06/03/85). Reg. CRI matr. 9681, liv. 2-am, fl. 1v/2v em 29/05/87. Reg. SPU PA-02, liv. 02 em 27/10/87.	351697	Itupiranga Jacunda	PA PA	Carajás / alvará de pesquisa mineral / transferidos da Al Pucuruí inundada pelo Lago de Tucuruí / rodovia no limite BR-230.
295	Al Sororó	Suruí Aikewara	T 134 4º Suer: 90	Regularizada. Reg. CRI e SPU. Dec. nº 88648/83, homologa a demarcação. Reg. SPU nº 70, liv. 2, fls. 398/399, 12/12/83. Reg. CRI matr. nº 4857, liv. 2r, fl. 001 de 21/10/83.	26258	Marabá São Geraldo	PA PA	Carajás / os índios vão entrar com uma ação para ampliação da área / área do Polígono dos Castanhais.
306	Ci També	Tembé-Turiwara	T 41 Funai: 89 *(4)	Delimitada. Dem. física (1989). Port. interministerial nº 197 de 07/03/89 declara de ocupação permanente dos índios (DOU 10/04/89) como colônia indígena.	1075	Tomé Açu	PA	Rodovias planejadas PA-108 e PA-252.
320	Al Trocará	Asurini do Tocantins	T 191 4º Suer: 90	Regularizada. Reg. CRI e SPU. Reg. no Cartório de Tucuruí, matr. nº 1066, liv. 2f, fl. 292 em 22/09/83. Reg. SPU/PA cert. nº 72, liv. 2, fls. 402/403 em 12/12/83.	21722	Tucuruí	PA	Carajás / rodovia corta a área PA-156.
565	Al Turé-Mariquita	Tembé	T 39 4º Suer: 90	Identificada. Dem. física (1988). (Funai: 89).	147	Tomé Açu	PA	Sem localização.
80	Al Xikrin do Cateté	Kaiapó Xikrin do Cateté	T 382 Vieira Filho: 89	Interditada. Com parecer GTI. Port. Funai/PP/4106 de 30/12/87 interdita área para efeito de segurança e garantia da vida e bem-estar dos índios. Parecer GTI nº 170 10/12/87 para homologação	439151	Marabá	PA	Carajás / requerimento + alvará de pesquisa mineral / garimpo não indígena intermitente / influência de hidrelétrica planejada (Itacaiúnas I) / isolados.

Notas sobre população

- Este total inclui indivíduos procedentes de outras áreas indígenas, que se fixaram entre os Tembê: uma família Munduruku, um Kaiapó um Gavião. Cerca de 25 Tembê originários do Guamá vivem fora da Al, nas cidades de Ourém, Capitão Poço e redondezas (Cimi Norte II: 83).
- Outros 11 Anambé vivem dispersos na região, fora da Al (Cimi Norte II: 84).
- Este total inclui 17 trabalhadores brancos, 1 Urubu-Kaapor, 4 Tembê e 18 Guarani Mbya (Ferraz: 85).
- Fora da Al vivem outros 12 Tembê-Turiwara, dispersos no município de Tomé-Açu (Affonso: 84).

SUDESTE DO PARÁ / TOCANTINS

Terras indígenas não reconhecidas oficialmente
CEDI / Museu Nacional, 1990

Ref. mapa	Terra indígena	Povo	Situação jurídica	Histórico	Observações
423	Rio Tapirapé/Tuerê	Isolados do Rio Tapirapé	Sem providência. (Documento da Coordenadoria de Índios Isolados: 88).	Estes índios vivem nas cabeceiras do Rio Tapirapé, afluente da margem esquerda do Rio Itacaiúnas, no Município de Senador José Porfírio/PA.	Isolados.

“Operação Ouro-Gorotire” financia assistência e consumo em estilo Kaiapó

da equipe de redação
Aconteceu PIB/CEDI *

Os Kaiapó tentaram confrontar e expulsar os garimpeiros, mas acabaram disputando os ganhos do ouro

Diante da invasão consumada das suas terras por milhares de garimpeiros, no início dos anos 80, na parte sudeste da AI Kaiapó, os Gorotire acabaram optando por controlar diretamente a comercialização do ouro e, com a porcentagem recebida em dinheiro, realizar investimentos em imóveis, meios de transporte e sistema regular de consumo de bens e serviços, por fora da Funai, pagando inclusive a assistência que, por direito, deveriam receber do órgão oficial.

Em abril de 1985 os Gorotire, liderados por Paiakan, ocuparam a sede do garimpo de Maria Bonita e tentaram expulsar os garimpeiros, incomodados com a não demarcação das terras, com a baixa porcentagem paga pelos garimpeiros (que era 0,1% sobre o preço de venda), com a crescente proximidade da aldeia e com os efeitos nefastos da poluição do Rio Fresco por lama e mercúrio. Tiveram sucesso na batalha, mas não sustentaram a guerra e o garimpo permaneceu. Nos anos seguintes estabilizou-se cada vez mais um modelo de relação entre os Gorotire e o garimpo, muito peculiar aos Kaiapó: o envolvimento direto dos homens da comunidade se dá de maneira generalizada, porém topicamente, filtrado e organizado esparatamente em sistema de rodízio pelos chefes mais velhos e seus filhos adultos, enquanto prosseguem as atividades de roça, caçadas e festas.

No box “Operação Ouro”, apresentamos um flagrante deste modelo.

(*) com base em informações obtidas por Carlos A. Ricardo junto à Funai/4ª Suer, Belém e diretamente em Redenção (PA), no segundo semestre de 1989.

Invasão permanente

As áreas de garimpagem eram três: Maria Bonita (450 pares de máquinas e cerca de três mil homens), Cumaruzinho (300 homens) e Arara Preta, onde metade das máquinas eram de propriedade dos Gorotire. Essas áreas são descontínuas, servidas por pequenas pistas de pouso de terra batida, interligadas por estradas e caminhos cujo ramal principal, aberto em julho de 1989, conecta com Cumaru, base operacional de um dos maiores garimpos de ouro do país e chega a Redenção.

No Maria Bonita, núcleo garimpeiro pioneiro em território Gorotire, há uma vila instalada que serve a rede de trabalhadores espalhados pelas grotas e barrancos num raio de vários quilômetros. Um posto da Sucam, cinco farmácias, padaria, três cinemas, salas de TV ligadas a duas antenas parabólicas e que cobram ingressos dos espectadores, lojas de peças e maquinário (filiais de Redenção), seis postos de gasolina e outros serviços. Aí esta instalada a sede de campo da coordenação do Projeto Ouro-Gorotire com alojamentos e escritório, onde os guerreiros Kaiapó - com o auxílio de funcionários da Funai de Belém - se revezam nas atividades de fiscalização das operações. Há postos de vigilância e controle nas vias de acesso, pistas e estrada principal. O sistema se completa com a aldeia Gorotire, onde vivem cerca de 800 Kaiapó. Essa se liga à cidade por estrada (em linha reta dista 18 km de Maria Bonita, 43 km de Cumaru e 128 km de Redenção) e pista de pouso. Um escritório do Projeto Ouro-Gorotire, em Redenção, também controlado diretamente pelos Gorotire, com o auxílio de funcionários remunerados por eles é o último elo desse sistema.

Vigilância

Os Gorotire não trabalham na garimpagem diretamente. Vigiam a comercialização e controlam o dinheiro. Tokran, filho de Kanhõnk, um dos chefes, é quem escala as turmas de, em média, oito guerreiros, os quais são enviados da aldeia para a sede em Maria Bonita pelo período de um mês, ao final do qual recebem dois salários mínimos, fazem compras particu-

lares em Redenção e voltam para casa. Durante a estadia no garimpo são comandados por Kroy, o Kaiapó que faz a ligação entre a aldeia, o funcionário da Funai de plantão no garimpo e o escritório de Redenção. Nos postos de vigilância instalados nos pontos de acesso à área, a tarefa dos guerreiros é vigiar quem entra e quem sai. Pente fino, incluindo as pessoas ficarem nuas durante as revistas, para evitar a evasão de ouro. Às vezes fazem batidas atrás de armas e bebidas. Entrada de mulheres é proibida.

Três vezes por semana ocorre a compra e venda de ouro. Todas as terças, quintas e sábados, ao amanhecer, uma fila de garimpeiros na porta do posto de comercialização aguarda a chegada dos funcionários da empresa compradora de ouro que vêm de avião, de Redenção. Em outubro de 1989 estava funcionando um sistema de rodízio entre quatro empresas com sede em São Paulo: Goldmine, Santa Maria, Marsa e Brasouro Metais Ltda, credenciadas pela Funai para operarem na AI Kaiapó.

Cada transação é vigiada pelos guerreiros Gorotire. Os garimpeiros recebem o pagamento das empresas compradoras em dinheiro vivo. É lavrada uma nota fiscal em três vias (empresa, coordenação e garimpo). Na seqüência, cada garimpeiro se dirige à sede da coordenação, apresenta sua nota e, após o cálculo, paga 12% do total como taxa para os Gorotire, contra recibo fornecido pelo funcionário da Funai.

No final do dia, o valor total pago pela empresa aos garimpeiros, sobre o qual ela deve pagar 1% aos índios, é devidamente conferido com o total obtido pela taxação de 12% aplicada pela coordenação sobre os ganhos dos garimpeiros. O dinheiro apurado pelos Gorotire segue de avião para Redenção devidamente escoltado e, na manhã seguinte, é depositado em conta especial coletiva na agência do Banco Bamerindus.

Compras

Em Redenção, o Gorotire Pedro Aybi tinha, em outubro de 1989, a incumbência de gerir esses recursos, apoiado por um pequeno grupo de funcionários não-índios pagos com recursos próprios e instalados e equipados em local de propriedade dos índios.

Com os 12% sobre o valor de venda do ouro dos garimpeiros mais o 1% do volume de negócios das empresas credenciadas a comprar o ouro, o escritório de Redenção atende basicamente às demandas que vêm da aldeia, através dos chefes e as despesas feitas na cidade, incluindo a manutenção de uma chácara-hospedaria.

As despesas com a sede de campo, no núcleo do garimpo, são feitas basicamente contando com recursos de taxas cobradas dos comerciantes. Por exemplo, entre 17 de outubro e 13 de novembro, o funcionário da Funai de plantão no garimpo arrecadou cerca de trinta mil cruzados novos, o que foi suficiente para pagar as despesas de manutenção da turma de guerreiros-vigias e atender alguns pedidos de emergência que vieram dos chefes da aldeia: roupas, pães, pilhas, carne de gado, frangos, refrigerantes e até um avião cheio de melancias.

Toda terça-feira é dia de compras dos Gorotire em Redenção. Os chefes Gorotire vêm à cidade sacar dinheiro e gastar. Em tempo de seca, chegam geralmente de caminhonete ou de caminhão de uma frota própria de doze veículos, dirigidos por motoristas contratados. Em tempo de chuva usam seu pequeno avião e pagam inúmeros fretes de táxi aéreo. Parte substancial dos recursos é para pagar despesas hospitalares e as compras nos supermercados. Mas há grandes despesas com o pagamento de funcionários, fretes aéreos e combustível para transporte e para o motor de energia da aldeia, que consome 40 mil litros de diesel por mês.

Operação Ouro

(venda de ouro e taxas pagas aos Gorotire entre 17 de outubro e 11 de novembro de 1989)

data da operação	nº de garimpeiros	kg de ouro vendido	total (NCz\$)	taxa de 12% (garimpeiros) (NCz\$)	taxa de 1% (empresas) (NCz\$)
17/10	-	4,760	455.991	54.719	4.559
19/10	66	2,309	207.150	24.858	2.071
21/10	100	4,239	394.891	47.387	3.948
24/10	110	6,663	652.925	78.351	6.529
26/10	74	2,918	317.808	38.137	3.178
28/10	-	4,440	504.091	60.491	5.040
31/10	195	7,730	896.575	107.589	8.965
02/11	-	1,168	129.250	15.510	1.292
04/11	-	5,005	533.808	64.057	5.338
07/11	-	4,125	432.450	51.894	4.324
09/11	-	3,996	454.433	54.532	4.544
11/11	96	7,526	864.925	103.791	8.649
TOTAL		54.879	5.844.300*	701.316*	58.443*

Fonte: Funai/4ª Suer

* Convertidos ao câmbio paralelo do dólar nas datas das operações, os Gorotire receberam de taxas, no período de quase um mês, cerca de 70 mil dólares, sendo 62 mil dos garimpeiros e o restante das empresas.

O mogno Kaiapó

da equipe de redação
Aconteceu PIB/CEDI *

Os Kaiapó comercializam suas reservas de uma das madeiras mais valorizadas no mercado internacional

O mogno extraído das reservas Kaiapó representa parte significativa do total das exportações brasileiras. Para se ter uma idéia basta dizer que do total das exportações dessa madeira em 1987, 163.271 m³ segundo dados da Cacex, cerca de 69%, ou seja, 112.702 m³ foram extraídos das áreas dos grupos Kaiapó das aldeias A'Ukre, Gorotire, Kikretum, Kokraimoro e Kuben-Kran-Ken. O ano de 1987 parece ter sido um ano extremamente produtivo para as atividades das madeiras nas áreas Kaiapó, como indica o declínio da atividade no ano seguinte, 1988, quando se retirou "apenas" 69.412,736 m³, ou seja, pouco mais da metade do ano anterior. Especulativamente, pode-se inferir que a queda na atividade se deva ao esgotamento das reservas pela exploração. Ainda assim, esse total de mogno extraído das reservas Kaiapó, em 1988, ficou acima do total das exportações brasileiras dessa madeira nos anos de 1985 e 1986 somados.

Dinheiro em forma de madeira

Apesar dos preços pagos pelas madeiras aos proprietários de mogno constituir parcela mínima do preço final - que se compõe majoritariamente pelas despesas com extração, transporte e beneficiamento - e estarem muito longe dos preços finais de exportação, ainda assim a quantia recebida pelos Kaiapó é incrivelmente baixa. Alguns exemplos: em 1988 os Kaiapó do A'Ukre venderam 2.666,471 m³ de mogno e apuraram cerca de US\$ 108.146,20. Isso dá uma média de US\$ 40 por m³. O preço médio do mogno em 1987, para exportação, foi de US\$ 464,34. Ou seja, onze vezes superior ao preço de compra! Outros grupos vendem mogno a preços ainda mais baixos: os

Xikrin do Cateté em 1989, através de um contrato, doaram 50% do mogno da reserva à madeira, a título de compensação pelos gastos com a retirada e venderam os 50% restantes a US\$ 3,3/m³! Esse preço não se compara aos que são pagos pelas madeiras aos fazendeiros locais, em torno de US\$ 80/m³, e está evidentemente muito longe dos preços de exportação, que podem chegar até a US\$ 850/m³. Ao preço aviltante some-se o descontrole de muitos grupos no cálculo do total de madeira efetivamente retirada de suas reservas.

Os preços do mogno no mercado internacional

Sendo uma das madeiras mais valorizadas no mercado internacional, o mogno alcança preço crescente também devido ao esgotamento de suas reservas naturais. Os preços pelos quais os Kaiapó acertam seus contratos com as madeiras não nos dão sequer uma pálida idéia de seus ganhos, dos custos finais da produção e nem dos preços para exportação. O preço mínimo final da Cacex é um valor de referência, principalmente quando se experimenta, como hoje em dia, uma retração na oferta. Um exemplo disso são as toras qualificadas nos padrões do item FAS (veja tabela 1) que chegam a valer até US\$ 850,00 por m³. O preço mínimo final do mogno abrange os custos de compra de matéria prima, de exploração, de transporte, de beneficiamento, custos fiscais e imprevistos. O preço de compra "no pé" que vem sendo praticado hoje em dia, constitui uma parcela irrisória (raramente ultrapassando a margem de 5%) na composição do custo final do produto exportável.

A lista dos países importadores de mogno brasileiro é longa e os volumes negociados são muito altos. Os especialistas entrevistados crêem que o único fator limitante para o prosseguimento dos negócios é a oferta. Os maiores compradores são os Estados Unidos, seguidos pela Inglaterra, Irlanda e Alemanha. Os norte-americanos compram o produto sob qualquer classificação, ao passo que os negociantes europeus raramente negociam com produtos que tenham sofrido apenas secagem natural e que se situem abaixo das classificações FAS e Select (veja tabela 1)

Conforme uma das fontes consultadas, a *Amazonian Woods Export Agents and Brokers*, ocorreu um aumento extraordinário na oferta de mogno bruto (em toras) entre 1978 e 1983. Isso foi motivado pela exploração descontrolada das reservas de mogno, paralelamente ao avanço das fronteiras agrícolas na

(*) Essa matéria baseia-se em relatório do engenheiro florestal Yucatan Teixeira da Silva, feito em janeiro de 90 a pedido do CEDI para assessoramento da comunidade Xikrin do Cateté. Silva reuniu as informações junto aos seguintes órgãos e instituições sediados em Belém (PA): *Amazonian Woods Export Agents and Brokers*, Delegacia Estadual do Ibama, Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil- Cacex, Associação das Indústrias Exportadoras de Madeiras do Pará e Amapá-Aimex.

Amazônia. Diante da queda do preço no mercado externo, o Concex deliberou maior rigidez no controle da oferta proibindo, entre outras práticas, a exportação da madeira em toras. Não por acaso, a partir de 1985, observou-se a recuperação dos preços e o reaquecimento da demanda, impulsionada pela queda dos estoques em poder dos compradores.

Tabela 1
Preços mínimos e classificação de mogno para exportação (jan/90)

Classificação internacional	preço (US\$/m ³)
FAS	660,00
Select	540,00
N1 Melhor	475,00
N1 Comum	475,00
N2 Comum	330,00
Short 1st ("curta de primeira")	360,00
Short 2nd ("curta de segunda")	265,00
Strips ("tábuas" ou "lascas")	360,00
Squares 3" ("quadradas de 3 polegadas")	360,00
Squares 4" ("quadradas de 4 polegadas")	460,00

Observações:

1. FAS- First and second, madeira isenta ou praticamente isenta de defeitos.
2. Os preços apresentados referem-se a madeiras secas ao ar (SAA); para as madeiras submetidas a secagem em estufa, há um acréscimo de US\$ 35,00/m³.
3. Os preços apresentados contém um aumento médio de 10%, determinado no momento da coleta de informações na Cacex.
4. Os valores apresentados referem-se ao preço FOB. Seguros, tratamentos especiais, taxas de desembarque e outras, se requeridos são cobrados em adição ao preço mínimo.

Fontes: Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil- Cacex. Agencia Central. Av. Presidente Vargas, 348/3º andar. Belém-PA.

Tabela 2
Exportações de mogno: volumes, valores e preços médios negociados em 1985, 1986 e 1987.

Ano	Volume (m ³)	Valor (US\$)	Preço médio (US\$/m ³)
1985	46.547	12.857.718	276,23
1986	109.173	37.111.478	339,93
1987	163.271	75.814.325	464,34

Fonte: Cacex

O fim das reservas

Atualmente, o quadro é inverso no que se refere à antiga superabundância de mogno. As tradicionais reservas do Xingu e do sul do Pará esgotaram-se ou encontram-se sob regime especial adotados pelos governos estadual e federal. Isso significa que a recuperação de preços e mercados deve-se mais à escassez do produto do que às políticas adotadas. É também interessante observar que o baixo índice de aproveitamento da matéria prima (conversão máxima de 70% da madeira bruta em madeira serrada) pela indústria madeireira amazônica é outro fator de contribuição para o esgotamento das reservas madeireiras de todas as espécies com alto valor.

Exploração de madeira na AI Kaiapó em 1988

A Superintendência regional da Funai de Marabá, através de seu titular José F. Campos Júnior, realizou um levantamento da exploração de madeira na AI Kaiapó registrando o volume retirado nas áreas de domínio de cada aldeia e as firmas madeireiras responsáveis. Os registros dos totais retirados em um ano iniciam-se em junho, na seca, e vão até novembro, quando os serviços tem de ser interrompidos pela chegada das chuvas.

De junho de 1988, quando iniciaram-se as atividades dos madeireiros na área Kuben-Kran-Ken, até novembro quando encerraram-se as atividades no Kikretum, os resultados foram os seguintes:

Tabela 3
Resultados da exploração de madeira na AI Kaiapó em 1988

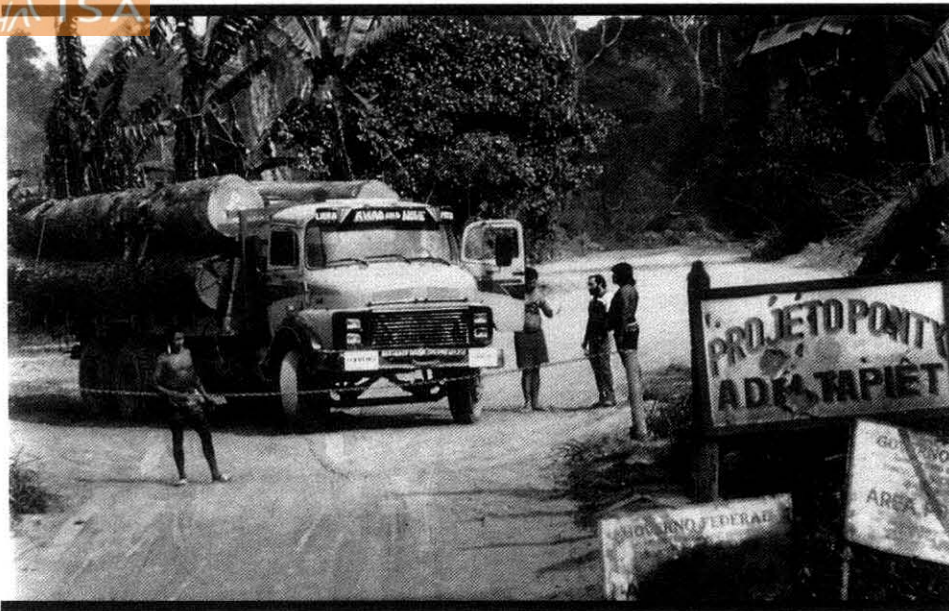
área indígena	madeireira	toras	volume (m ³)
A'Ukre	N. Sra. Aparecida	1.118	2.666,471
Kikretum	N. Sra. Aparecida	18.442	49.811,778
Kokraimoro	Maginco	4.432	7.820,527
Kuben-Kran-Ken	Sul do Pará	3.007	9.113,960
Totais		26.999	69.412,736

Fonte: 4ª Suer/Funai

Se esse total fosse negociado pela média dos preços de exportação do mogno em 1987 (onde se incluem os custos de extração e beneficiamento), quando um m³ valia US\$ 464,34 (valores fornecidos pela Cacex), essa madeira valeria algo em torno de US\$ 32.231.109,83 (trinta e dois milhões, duzentos e trinta e um mil e cento e nove dólares!). Desse montante apenas uma parcela reduzida chegou aos donos da madeira, os Kaiapó, devido ao pouco conhecimento que têm de seu valor real e à natureza dos "contratos" de exploração de madeira que assinam (para uma análise dos termos de um contrato veja o artigo *Xikrin exploram madeira. E são explorados por madeireira*).

Aumentou a exploração de madeira nas áreas Kikretum e Kokraimoro de 1987 para 1988

Com base nos dados levantados pela Superintendência da Funai em Marabá observa-se que houve uma evolução diferente da exploração de madeira em cada uma das áreas Kaiapó. Os grupos que mais aumentaram suas retiradas de madeira foram os das áreas Kikretum e Kokraimoro, através da atuação das madeireiras N. Sra. Aparecida Indústria e Comércio de Lâminas Ltda e Madeireira Araguaia SA/Maginco, respectivamente. Outros grupos, como os Kuben-Kran-Ken e os que vivem na aldeia A'Ukre diminuíram sua produção. Chama a atenção que não consta, na estatística da Funai, nem um único pé de mogno cortado no Gorotire em 1988. O único grupo que diminuiu sua produção de madeira em função do esgotamento de suas reservas parece ter sido o Kuben-Kran-Ken, que apresentavam "saldo de volume disponível do contrato" (ou seja, reservas de mogno ainda não explorado mas avaliadas e já comprometidas em contratos entre as madeireiras e as comunidades Kaiapó, segundo levantamento feito pela 4ª Suer) de apenas 1.373,128 m³. A produção do grupo estava em declínio, de 1987 para 1988, provavelmente por esgotamento de suas reservas.



Índios Kaiapó fiscalizam saída de carregamento de madeira da área Gorotire.

Paulo Jares / Abril Imagens (jun/91)

Tabela 4
Volume de madeira retirado pelos Kaiapó em 1987 e 1988

Grupo Kaiapó	volume retirado (m ³)	
	1987	1988
A'Ukre	3.632,214	2.666,471
Gorotire	59.964,797	--
Kikretum	15.914,179	49.811,778
Kokraimoro	3.957,412	7.820,527
Kuben-Kran-Ken	29.233,669	9.113,960
Totais	112.702,271	69.412,736

Fonte: 4ª Suer/Funai

Kaiapó Kikretum troca madeira por serviços desde 83

Através de um contrato assinado em 1983 entre a comunidade Kaiapó da aldeia Kikretum, a Funai e a Indústria e Comércio de Lâminas Nossa Senhora Aparecida Ltda, de Marabá (PA), esse grupo Kaiapó acertou a construção de: (a) uma estrada vicinal ligando sua aldeia ao Projeto Tucumã, cerca de 30 km, (b) construção de uma ponte de madeira sobre o rio Branco, (c) ampliação de 600 metros da pista de pouso da aldeia, (d) desmatamento de 10 ha para plantio de café e cacau e de mais 10 ha às margens do rio Branco.

Pela execução dos serviços descritos acima a madeireira deveria retirar 4.500 árvores de mogno da reserva, observada a medida mínima de 200 cm de diâmetro. O prazo compreendido para execução da obra deveria ser da data de assinatura do contrato, 25 de agosto de 1983, até 30 de junho de 1984.

Os representantes das Funai que assinaram o contrato são Célio Horst e Lúcio Flávio Coelho. Pelo contrato cabe à Funai fiscalizar e acompanhar a execução das obras, juntamente com elementos da comunidade indígena.

Madeira pagou estrada para limite norte da AI Kaiapó

O líder da comunidade Kaiapó da aldeia Kikretum, Tutu Pombo, através de um contrato particular de prestação de serviços com a firma Azzayp Indústria e Comércio de Madeiras, sediada em Xinguara (PA), acertou em 1984 a construção de uma estrada de 70 km aproximadamente, no limite norte da AI Kaiapó, município de S. Félix do Xingu (PA). A estrada, que liga o marco 4, no igarapé Santo Antônio, ao marco 5, no igarapé Pajeú, serviria como limite entre a área indígena e as terras particulares até que fosse efetivada sua demarcação administrativa por parte da Funai.

Como retribuição pelos serviços prestados, a Azzayp foi autorizada a retirar dez mil árvores de mogno, com diâmetro acima de 70 cm, preferencialmente localizadas no eixo e no picadão onde seria construída a estrada.

Um representante da Funai e outro da comunidade indígena fariam a contagem e a conferência da madeira retirada. O prazo de construção da estrada e retirada da madeira estipulado no contrato é de 24 meses a partir de sua assinatura, em outubro de 1984.

O delegado regional da Funai, Salomão Santos, aparece no contrato como representante que o aprovaria em nome do presidente do órgão. A Funai se obriga, ainda, a conseguir a regularização do aproveitamento da madeira junto à delegacia do IBDF, através da obtenção de Guias Florestais que permitam sua comercialização.

Mais benfeitorias em troca da mesma madeira

Um "termo aditivo" ao contrato particular assinado entre a Funai, comunidade indígena Kikretum e a firma Azzayp- Indústria e Comércio de madeiras ampliou as obrigações dessa firma em relação aos Kaiapó. A Azzayp se compromete a realizar

as seguintes benfeitorias: (a) formação de 50 alqueires de pasto em local a ser determinado pelo líder da comunidade Kikretum, (b) construção de cerca de arame farpado para fechamento de 50 alqueires de pasto, (c) serragem de mil metros cúbicos de tábuas de madeira branca, oriundas do desmatamento para a construção do picadão, para utilização nas aldeias Kaiapó, (d) construção de três guaritas, cada uma com 64 m² e cobertas com telhas de Brasilit para instalação de Postos de vigilância ao longo do picadão, (e) construção de 14 casas em madeira no lugar Santo Antonino (provavelmente a aldeia Kikretum), medindo cada uma 48 m² e uma de 122 m², todas cobertas com Brasilit, (f) construção de um ambulatório no mesmo local, com 112 m² e coberto com

telhas Brasilit, (g) construção de duas pistas de pouso, uma no local acima e outra no lugar denominado Pajeú, com 600 metros de comprimento e 60 de largura. Ao invés do cacique Tutu Pombo, o "termo aditivo" foi assinado por Domingos Kaiapó, em nome da comunidade indígena.

Como não houve nenhum aumento no número de árvores a serem derrubadas nesse "termo aditivo" que foi assinado no mesmo mês do contrato (outubro de 1984), pode-se supor que no primeiro contrato houve uma avaliação equivocada do valor das árvores que seriam retiradas da área indígena. Sub-estimado, o valor do mogno retirado teve que ser corrigido através de um aumento significativo das obrigações por parte da Madeireira Azzayp.

Xikrin do Cateté exploram madeira. E são explorados por madeireira

Lux Vidal e Isabelle Giannini *

Exploração do mogno através de contratos particulares entre índios e madeireira revela o esbulho do patrimônio indígena e a omissão da Funai e PF no sul do Pará

Apesar de outros grupos Kaiapó desenvolverem atividades de garimpo e extração de madeira há muitos anos, os Xikrin resistiram às pressões para abrirem seu território a essas atividades até 1985. Porém, no dia oito de novembro desse ano, a Funai, a firma Ipama Indústria de Madeiras Ltda e o Xikrin Karangré assinaram um contrato cujo objeto era a alienação de 8.000 m³ de mogno a serem retirados da área Xikrin do Cateté. Na época, o contrato foi denunciado pela dra. Lux Vidal e pelo dr. João Paulo Botelho Vieira Filho, do Comitê de Assistência aos Xikrin.

Em novembro de 1987 uma madeireira invadiu as terras próximas ao limite oeste da AI. Os Xikrin surpreenderam os exploradores em flagrante, levaram-nos para a aldeia e os entregaram à PF com a intermediação do chefe da Ajudância da Funai em Marabá, sr. José Ferreira Campos Júnior. Posteriormente, a Funai e a madeireira entraram em acordo e os Xikrin foram indenizados.

Em 31 de julho de 1989, os Xikrin Karangré e Bebkaroti assinaram contrato particular com a madeireira Bannach Indústria, Comércio e Exportação de Madeiras, cujo objetivo era a prestação de serviços para a exploração e extração de mogno.

O contrato com a madeireira Bannach

Através das cláusulas desse contrato a madeireira adquiria o direito de exploração exclusiva, por um prazo de cinco anos, de cerca de 20.000 m³ de mogno anuais.

À contratada (a madeireira) cabia 50% das madeiras exploradas como forma de pagamento pelos serviços prestados e os 50% restantes caberiam à comunidade Xikrin, que deveria vendê-la à contratada ao preço de cem dólares por cada cinco árvores. Esta madeira seria medida na beira do carreador, considerando-se no mínimo cinco árvores no monte.

Comentando essa cláusula, o Administrador Regional da Funai em Marabá, José Ferreira Campos Júnior, disse o seguinte: "O cinismo desse contrato é tal que diz que 50% da madeira extraída é da contratada, para pagamento da própria extração da madeira, somente aí já ocorre uma aberração; é a primeira vez que eu vejo uma madeireira receber pagamento para extrair madeira; outra aberração é que o citado contrato não se refere à unidade de medida de madeira pela qual será feito o pagamento dos 50% restantes, para a comunidade Xikrin, mais

(*) antropólogas do Departamento de Antropologia da USP.

uma abertação é que se obriga a comunidade a vender para a madeireira os 50% restantes. "(Informação nº 004/898/ARMA ref. proc. nº 310/85-4ª Suer).

O contratante (a comunidade Xikrin) se obrigava também a fornecer declaração liberatória das madeiras em consonância com o Ibama, bem como Guias Florestais para o transporte das mesmas e fornecer no mínimo dois guerreiros para acompanharem a execução dos trabalhos. Ou seja, a madeireira utiliza os índios inclusive na retirada das toras de sua reserva. É preocupante a tranqüilidade com que age a madeireira, usando os Xikrin para obter guias e documentos necessários para a extração de mogno. Resta saber se os índios conseguem essa documentação do Ibama.

O dinheiro da madeira não foi entregue aos índios. No contrato consta uma dívida de US\$ 7.869,91 dos índios para com a madeireira, gastos em fretes e mercadorias para os Xikrin.

Funai, Ibama e PF de um lado. Índios e madeireira do outro

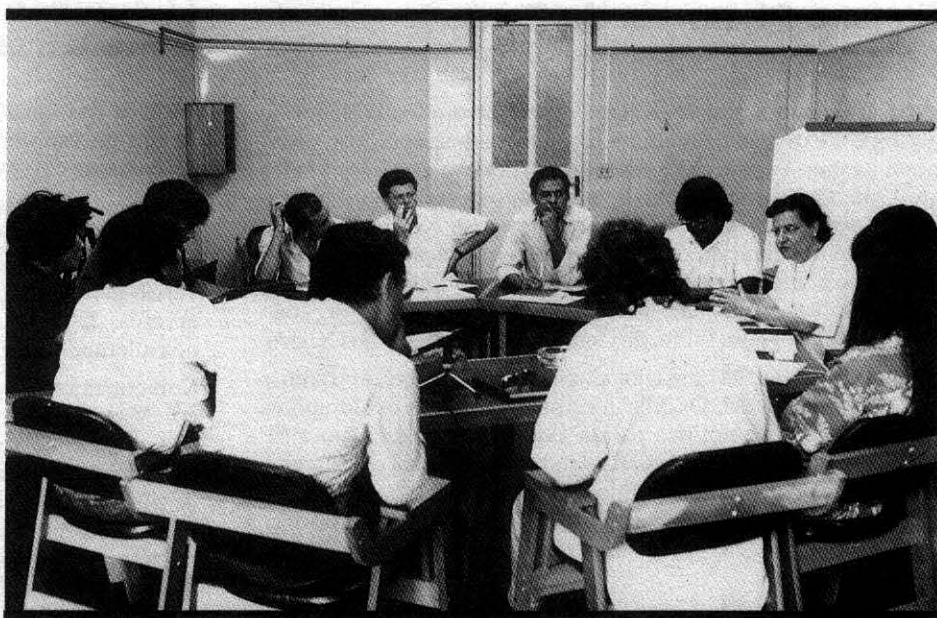
No início de setembro de 1989, o chefe da Ajudância da Funai em Marabá conjuntamente com funcionários do Ibama e da PF intervieram e confiscaram as toras de mogno. A intervenção foi feita de maneira súbita, sem aviso à comunidade e sem acompanhamento antropológico. Criou-se, no momento da intervenção, a seguinte situação: Funai, Ibama e PF de um lado e índios e madeireiras de outro.

Em seguida, os índios Karangré e Roiri, assistidos pelo advogado Bumm da madeireira Bannach, enviaram carta ao superintendente Regional da Funai em Belém no dia 20 de setembro pedindo a liberação do mogno confiscado. Nessa carta alegava-se que a Funai não dava assistência aos índios, razão pela qual vendiam o mogno para conseguir recursos. Na carta constam também os prejuízos por parte da madeireira se fosse obrigada a deixar a madeira extraída no chão e exposta à ação do tempo.

Em 27 de setembro, questionado sobre a situação dos Xikrin pela Superintendência da Funai de Belém, seu superintendente regional em Marabá, José Ferreira Campos Júnior encaminha relatório onde esclarece que a CVRD fornece assistência e recursos para a comunidade. Cita o mau exemplo de algumas comunidades Kaiapó no que se refere às atividades de garimpagem e extração de madeira e reclama da omissão da Funai no caso. Denuncia as conseqüências dessas atividades - bebidas alcoólicas, prostituição e doenças venéreas - e a dificuldade dos Xikrin mais velhos em controlar a situação e o comportamento dos jovens, estimulados pelo dinheiro fácil.

Os Xikrin, no entanto, ao sentirem-se lesados por não receberem recursos pela extração de madeira de suas terras, enviaram cinco guerreiros para o local onde os madeireiros atuavam, expulsando-os da área. Pediram o apoio das antropólogas Lux Vidal e de sua filha Isabelle Giannini, que trabalhavam na área há muitos anos como pesquisadoras e recentemente como assessoras da CVRD, para procederem à anulação do contrato e consultaram-nas sobre a possibilidade da venda da madeira já derrubada.

Assim, em fevereiro de 1990, essas antropólogas com o apoio do CEDI e do Núcleo da Direitos Indígenas, além da CVRD, realizaram uma reunião em São Paulo, da qual participam as lideranças Xikrin. Os objetivos da reunião eram: informar aos Xikrin sobre a devastação de seu território, o estelionato praticado pela Bannach e discutir a anulação do contrato e a posterior venda das toras já derrubadas, com acompanhamento jurídico e do Ibama. Conversou-se também sobre a aplicação dos recursos em projetos alternativos de desenvolvimento com o acompanhamento de engenheiros florestais e da própria comunidade indígena, visando sua auto-suficiência. Em março de 1990 uma equipe de representantes do CEDI e do Núcleo, além das antropólogas, estiveram na aldeia e nesse mesmo mês os Xikrin entregaram a anulação de contrato à madeireira Bannach.



Lideranças Xikrin reúnem-se no CEDI-SP, juntamente com antropólogos e representantes da CVRD, NDI e do próprio CEDI, para discutirem alternativas à exploração de mogno em sua área.

Francisco Otoni / CEDI (fev/90)

Os danos causados à reserva Xikrin

Com a saída da Bannach da área o superintendente da Funai, sr. José Ferreira Campos Júnior, auxiliado pela CVRD, realizou um levantamento dos danos causados à reserva Xikrin pela madeireira. O resultado foi um relatório denúncia, entregue ao Procurador da República, sr. José Augusto Potiguar. O relatório incluía uma contagem das toras e croquis demonstrativo dos danos. É bom frisarmos que a Funai de Belém se omite e que o chefe da Ajudância de Marabá realizou a denúncia por sua própria conta.

Os danos causados à área Xikrin foram muito graves. Como o mogno na área apresenta-se muito disperso, calculando-se uma árvore para cada quatro hectares, sua exploração e retirada pressupõem a destruição de grande parte da floresta circundante. Para a extração de 599 árvores de mogno foram abertos 130,5 km de ramais e 173 km de arrastões, que é uma estrada secundária destinada a trazer o mogno da mata até o ramal. Levando-se em consideração a largura média dos ramais, que é de 10 metros, e o total em metros dos ramais, que é de 130.500 metros, chega-se ao total de 1.305.000 m² de área desmatada, ou o equivalente a 130,5 ha. Somando-se a este número as áreas desmatadas para servirem de esplanada para o depósito de madeira, cerca de 7,63 ha, e mais a área dos arrastões, cerca de 173 ha, o total da mata destruída alcança cerca de 311 ha.

Das toras retiradas sabe-se apenas seu número, 599, obtido pela contagem dos tocos, não se conhecendo a cubagem.

Várias outras espécies, que também possuem valor comercial, foram e são derrubadas e deixadas apodrecer no chão. Trata-se assim de uma perda pura e simples de grande riqueza florestal. Os efeitos sobre a fauna e a flora são desastrosos, destruindo as reservas alimentares dos índios em um lapso de tempo muito curto.

Até o momento não foram tomadas providências necessárias para abertura de inquérito por parte do Ibama, nem da PF.

A volta da madeireira Bannach

Com a certeza de que nunca será indiciada, a madeireira Bannach voltou a retirar madeira da reserva em julho de 1990, oferecendo aos Xikrin uma aeronave bimotor e uma estrada ligando a aldeia à cidade de Tucumã. Se em 1989 a retirada de mogno era feita somente por uma madeireira, em 1990 a Bannach colocou mais cinco madeireiras em regime de empreita, a fim de acelerar os serviços. Os Xikrin possuem o nome de apenas duas delas: a madeireira Impa e a Perachi. Essa última já atuou na retirada irregular de madeira da AI Araweté e Apyterewa (veja artigo **Parakanã: madeireiras fazem o serviço da Funai** neste capítulo)

A intenção da madeireira é retirar todo o mogno da área em dois anos e não mais em cinco. Segundo os recibos entregues pela madeireira aos índios, foram retirados 7.000 m³ de mogno da área. Presume-se que esta quantia, informada aos índios pela madeireira, deve ser bem inferior à realidade. Os índios informam que no período de julho a outubro de 1990, saíam da reserva 40 caminhões por dia, com cinco a seis toras cada, o que sugere uma cubagem muito mais elevada daquela que consta nos recibos. Estes recibos são encaminhados pelos próprios índios à Funai de Belém, que acata esses totais sem nenhum controle ou acompanhamento.

A situação da AI Cateté

Os Kaiapó Xikrin têm sua aldeia localizada na margem esquerda do rio Cateté, no município paraense de Marabá. Sua reserva, a AI Xikrin, conta teoricamente com uma área de 439.150,5 ha e um perímetro de 372,5 km. Encontra-se demarcada desde 1981, mas não está homologada e registrada no SPU e nos cartórios regionais, últimos passos para sua definitiva regularização.

A população atual é de 412 pessoas. Se considerarmos que em 1964 os sobreviventes Xikrin eram apenas cem pessoas houve um aumento superior a 400% em cerca de 26 anos. Isso acarreta uma pressão demográfica muito grande sobre o território nos termos de uma economia de subsistência tradicional.

Existem diversos problemas nos atuais limites da reserva e que comprometem sua integridade a curto prazo. Os principais deles são:

Limite sul - Segundo os planos de demarcação, o limite sul da reserva deveria ter sido a rodovia PA-279. Mas na época da demarcação efetiva uma faixa de 8 km de largura foi subtraída pelo Estado para o assentamento de posseiros pelo Getat. Foram destruídos, arbitrariamente, diversos hectares de mata e poluídas as cabeceiras dos rios que banham a reserva. Devido a estes desmatamentos, o acesso às matas dentro do território Xikrin se tornou mais fácil. Há anos que a antropóloga Lux Vidal vem denunciando esta situação, em relatórios à CVRD, Funai e Banco Mundial, pedindo que pelo menos esta área se configure em uma área de preservação.

Limite oeste - Houve um erro na demarcação que deixou fora da reserva 13.000 ha em seu limite oeste, excluindo as cabeceiras dos rios Bep-kamrekti e Bekware, afluentes do Cateté.

No início dos anos 80, o Getat assentou posseiros nesta área. Também foram implantadas fazendas e a margem esquerda do rio Cateté está devastada. Este é um limite altamente vulnerável que vem sofrendo as pressões de invasores, madeireiras e garimpeiros que atuam no eixo Redenção-Tucumã-São Felix do Xingu e Altamira.

Limite norte - Confronta com a Floresta Nacional do Tapirapé/Aquiri, criada pelo decreto de 05/05/89 e com uma área para uso especial do Exército, denominada Gleba Aquiri (decreto 95.859 de 22/03/88).

Limite leste - Por enquanto, não há problemas nesta parte da reserva. A CVRD possui um controle efetivo sobre as terras situadas à margem direita do rio Itacaiunas, pelo menos a partir da embocadura do rio Pium. Mas entre o Pium e a PA-279 a devastação por madeireiras é total.

Toda a área de perambulação Kaiapó antiga, que ia dos rios Pau d'Arco, Paraupebas, Cabeceiras do Itacaiunas e afluentes, foi totalmente desmatada. É também uma região de violentos conflitos fundiários. Os índios deixam bem claro que paulatinamente os brancos estão derrubando as florestas, inclusive de seus territórios tradicionais. Segundo um índio: "Lá no povoado de Água Azul não há mais árvores, tudo pasto, a única coisa que encontrei são as pedras do ki" (fornos típicos Kaiapó, únicas testemunhas de suas antigas aldeias e acampamentos na região).

A partir dos anos 80 ocorrem mudanças drásticas e irreversíveis no Sudeste do Pará que afetam direta e indiretamente todas as comunidades Kaiapó na área Tocantins-Xingu: invasões de terras, desmatamentos, construção de estradas, instalação de atividades agropecuárias e madeireiras, abertura de grandes garimpos e hidrelétricas. Uma típica área de fronteira, caótica, violenta e sem infra-estrutura.

Segundo as próprias madeireiras que estão se retirando de outras áreas Kaiapó, deixando-as em péssima situação, a área Xikrin do Cateté é a última reserva de mogno da região Redenção-Tucumã. As madeireiras encontram então o momento oportuno para fazer aos índios a sua proposta de exploração através da intermediação de outros grupos Kaiapó e principalmente através de um antigo funcionário da Funai, que estabeleceu relação de parentesco com os Xikrin, através de adoção de uma criança. Agora este indivíduo quer implantar um garimpo na área Xikrin, assunto que está dividindo a comunidade.

Até o presente os Xikrin eram considerados "pobres" pelos outros grupos Kaiapó que além de se dedicarem a um comércio descontrolado de madeira recebem royalties pelas atividades de garimpo em suas áreas. Durante anos os Xikrin resistiram às constantes tentativas de convencê-los a vender sua madeira feitas tanto por índios de outros grupos como por madeireiras.

Hoje, por falta de mogno, as madeireiras se retiram das outras áreas e os Xikrin não resistem mais às pressões. A maior parte da comunidade, porém, não está diretamente envolvida nas atividades madeireiras.

São apenas dois jovens que assinam os contratos. Existe um mal estar patente dentro da aldeia. A relação entre o velho chefe Boatié e o seu filho Karangré é dramática.

Conquistar uma certa autonomia, ainda que ilusória, representa para os jovens Xikrin aceitar a destruição do território que ocupam.

O "chefão"

A questão é como encontrar alguma alternativa aceitável de sobrevivência e desenvolvimento. A comunidade Xikrin já declarou ter interesse e estar disposta a receber uma equipe interdisciplinar para pesquisar juntamente com eles formas alternativas para atividades de eco-desenvolvimento, visando a auto-suficiência da comunidade.

Porém, a permanência e virulenta atuação das madeireiras na área foge ao controle de todos, por falta de uma ação eficaz por parte do Ibama e PF. Foge principalmente do controle dos próprios índios, impedindo qualquer assistência de saúde, educação e atividades produtivas. As enfermeiras, a equipe médica e a professora querem se retirar da área porque temem os madeireiros que estão permanentemente presentes na aldeia. Não se conformam com a destruição ambiental, a desorganização social, as epidemias e doenças infecto-contagiosas que a cada dia aumentam na área Xikrin. Inútil dizer que o Grupo de Trabalho Xikrin/CVRD/Funai não consegue atuar a não ser em casos emergenciais de saúde. O impasse é total.

Por outro lado, os índios jovens estão deslumbrados pela força política que o madeireiro Bannach lhes transmite. Para eles, o madeireiro é o "Chefão".

A assistência aos Xikrin

Entre 1964 e 1982 toda a assistência aos Xikrin foi dada pelo Dominicano frei José Caron, pela Funai e pelo Comitê de Assistência aos Xikrin, composto por Lux Vidal e pelo dr. João Paulo Botelho, da Escola Paulista de Medicina. De 1982 a 1987 os Xikrin receberam assistência através do Convênio Funai/CVRD. Em 1988 e 89 porém, ficaram desassistidos, devido à omissão total da Funai.

Em 17/10/89 os Xikrin assinaram um convênio com a Companhia Vale do Rio Doce (Convênio Xikrin/CVRD/Funai nº 453/89) que tinha por objetivo o cumprimento da obrigação assumida pela CVRD na letra "e", do artigo 3 da Resolução 331/86 do Senado Federal, que é a de amparar as populações indígenas existentes nas proximidades da área de 411.948,87 ha na província Mineral de Carajás, no Município de Paraupabas (PA). Nas cláusulas do convênio constam assistência à saúde, educação, vigilância, recursos mensais e atividades produtivas.

Formou-se então um grupo de trabalho Xikrin/CVRD/Funai que inclui a assessoria médica e antropológica aos índios, incluindo um programa de educação formal e informal, assim como o trabalho de um engenheiro florestal.

Aliás, em setembro de 1990, este madeireiro abordou o chefe de Ajudância da Funai de Marabá, Sr. José Ferreira Campos Júnior, no Aeroporto de Marabá e lhe disse o seguinte: "Dinheiro paga qualquer coisa, e a PF não irá à área Xikrin e você nunca vai conseguir abrir um inquérito em cima de mim" (comunicação do chefe da Ajudância da Funai).

Por mais absurdo que pareça, a madeira embargada pela PF foi retirada da reserva indígena pela madeireira Bannach, sem o consentimento da comunidade e ao arripio da lei. Resta aos Xikrin uma estrada intransitável - ou melhor: uma "picada" - e uma aeronave que não está registrada em nome da comunidade Xikrin. Faltam também os recursos para o pagamento de um piloto e abastecimento da aeronave. (nov/90)

EXPLORAÇÃO DE MADEIRA

Apreensão de madeira no Gorotire

Vinte e cinco caminhões da madeireira Sebba carregados de mogno foram apreendidos pelos Gorotire, dia 17 de agosto de 87, no interior da reserva Kaiapó. Os índios reivindicam o reajuste dos preços pagos pela empresa para a extração da madeira, de 5 para 8 OTNs por metro cúbico, prometendo só liberar os caminhões quando conseguirem o reajuste. Essas informações foram dadas à imprensa por Kube-I Kaiapó. Ele disse que todas as demais empresas que trabalham na extração de mogno na reserva Kaiapó vêm pagando 8 OTNs por metro cúbico, enquanto a Sebba paga aos Gorotire 5 OTNs, e aos A'Ukre 3 OTNs. Kube-I veio a Belém para tentar obter a intermediação da Funai na resolução do problema. O superintendente regional da Funai, Salomão Santos, admitiu que os Gorotire realmente recebem menos pela extração, mas em virtude de especificidades contratuais. É que os Gorotire queriam trocar o mogno pela construção de uma estrada de 50 km, que ligasse a aldeia à cidade de Redenção. A Funai, recorda Salomão, interveio e conseguiu que, além de construir a estrada, a Sebba pagasse mais 7,1 OTNs por cada uma das 10 mil

árvores que pretendia retirar. Firmado em 83, após concorrência pública, o contrato ganhou, em maio do ano passado, um aditivo: a Sebba passaria a pagar 3,383 OTNs por metro cúbico de madeira, o que daria mais ou menos 24 OTNs por árvore, aumentando em mais 50 mil metros cúbicos o volume a ser extraído. Isso porque, conta Salomão, os índios queriam, agora, não apenas a estrada, mas também a construção de casas de alvenaria. Em junho desse ano, foi realizado mais um aditivo, visando a conclusão das casas: a Sebba passou a pagar 5 OTNs por metro cúbico e mais 1 OTN pelo aproveitamento do resíduo (galhos e forquilha) e ampliou em mais 50 mil metros cúbicos o total a ser extraído. Em julho, ela adiantou aos Gorotire Cz\$ 13 milhões, a primeira parcela do dinheiro para a construção de mais 15 casas de alvenaria, além das 40 já existentes na aldeia. O superintendente regional da Funai mostra-se preocupado com a ampliação das exigências dos índios, que se antes queriam apenas uma estrada, hoje querem casas de alvenaria, escolas, enfermarias, melhoria no abastecimento de água, já tendo adquirido, também, veículos automotores e até um avião. E preocupa-se, sobretudo, com o fato de a exploração madeireira não ter sido precedida por um inventário florestal, o que permitiria o manejo sustentado, como prevê a legislação. (O Liberal, 18/08/87)

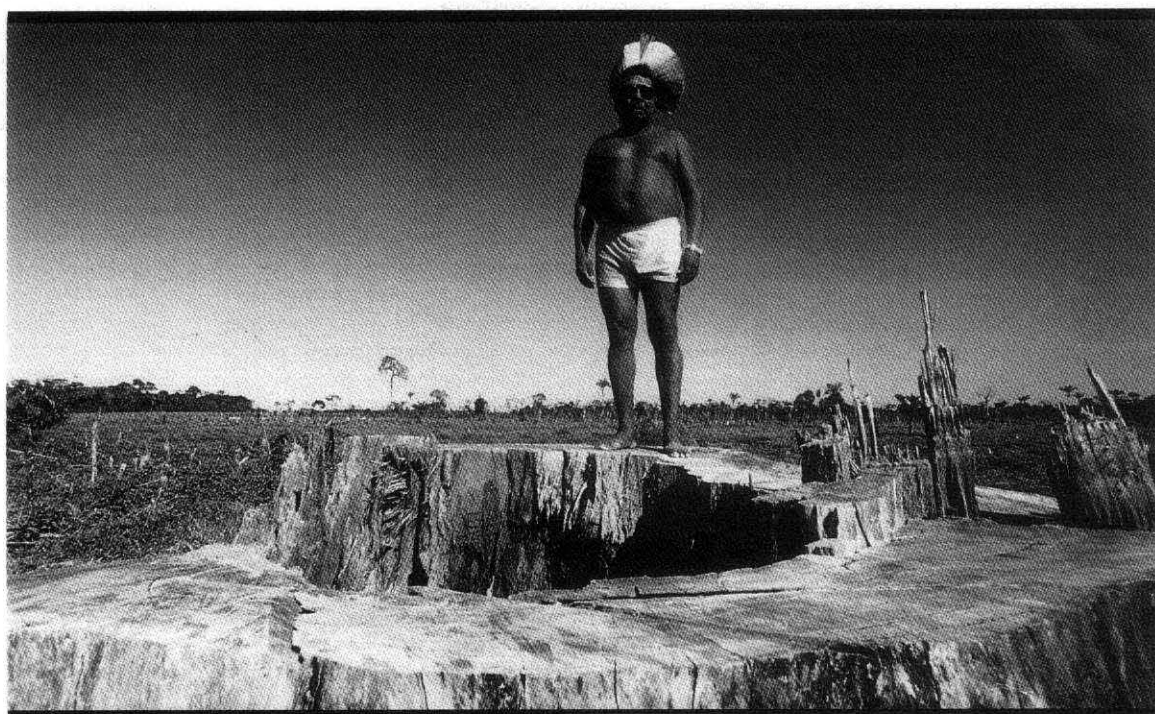
Xikrin do Bacajá prendem e fazem madeireiros de reféns

Depois de treze dias, os Xikrin da aldeia Trincheira liberaram três homens que mantinham como reféns dentro da aldeia, desde o dia 15 de agosto. Segundo o administrador regional da Funai em Altamira, Elimilton Alencar, alguns Xikrin, voltando de uma pescaria, surpreenderam os três homens recebendo gêneros alimentícios jogados de um pequeno avião em uma área já desmatada; eles estavam lá extraindo madeira da reserva. Leonílio Cruz e Souza, Raimundo Nonato de Lima e Agenor Amaral informaram que trabalhavam para o fazendeiro Antônio Martins Raizaer, de Marabá. (O Liberal, 27/08/88)

Exploração de madeira...

Os caciques Pedro e Pangrá, da tribo Kuben-Kran-Ken, foram à Funai pedir a autorização de seu presidente, Iris Pedro, para renovação do contrato de extração de madeira mantido com a Serraria Sul do Pará desde 1985. A permissão atual expira no próximo mês. O caso foi encaminhado à consultoria jurídica da Funai, cujos estudos abrirão precedentes a casos semelhantes.

O presidente do órgão explicou a impossibilidade legal da autorização de qualquer acordo financeiro de aproveitamento dos recursos naturais em terra indígenas, como antes era de sua competência. Para a explo-



Sérgio Amaral / AE (jun/90)

O cacique Tutu Pombo defende a comercialização da madeira dos Kaiapó.

ração de madeira e minério em terras indígenas, além da aprovação do Congresso Nacional - prevista no parágrafo 3º do artigo 232 da nova Constituição - as comunidades indígenas devem estar munidas de um projeto de manejo florestal elaborado por técnicos da Funai e do Ibama. O presidente da Funai disse ser do interesse do órgão a criação de um mecanismo que possibilite a aprovação mais rápida pelo Congresso deste tipo de reivindicação. Os estudos técnicos para orientar a utilização dos meios de riqueza seria um deles. O novo contrato, que os índios Kaiapó querem firmar com a madeireira Sul do Pará, prevê a exploração de 30 mil metros cúbicos de mogno com o pagamento de 8 OTNs por metro cúbico. O dono da madeireira, Adão Teodoro, também presente à reunião com o presidente da Funai, estima que tenham sido extraídos da reserva dos Kaiapó, mais de 20 mil m³ de madeira desde o início da exploração. O contrato que eles levaram ontem a Iris Pedro para aprovação, prevê a extração de 30 mil metros cúbicos de madeira até o final de 1990. (Correio Braziliense, 04/05/89)

... divide os Kaiapó

O cacique Kaiapó Tuto Pombo, que há uma semana briga com a Funai para liberar a venda de cerca de 18 mil metros cúbicos de madeira de lei, tem encontrado resistências também fora da entidade: da Europa, outro cacique, o Txucarramãe Raoni, não tem poupado esforços para manter a proibição e preservar parte da área que apresenta na Europa como espaço para a futura reserva da nação indígena Kaiapó, a ser adquirida com recursos doados à Fundação Mata Virgem, idealizada pelo roqueiro Sting. Ao tomar conhecimento do problema, Raoni que estava viajando pela Inglaterra, ligou para o presidente da Funai pedindo que não liberasse a venda dos aproximadamente 4.500 pés de mogno, já derrubados. Tuto Pombo e o cacique Pangrá, um dos muitos interessados na madeira, estiveram ontem, mais uma vez, na Funai, para tentar obter a liberação. Eles estavam acompanhados dos donos das madeireiras Serraria Sul do Pará e Indústria de Lâminas e Comércio Nossa Senhora Aparecida, que derrubaram as árvores. Pangrá disse que os 240 índios de sua aldeia começam a ter problemas de abastecimento, por falta de recursos para comprar alimentos. Sem agricultura e com uma atividade pecuária reduzida, os Kaiapó do Pará sobrevivem basicamente da madeira e do arrendamento de áreas para garimpage de ouro.

O Procurador Geral da Funai, Ovídio Martins, se reuniu ontem com os Kaiapó e informou que não vai liberar a madeira. A Constituição anulou os contratos para exploração de riquezas em áreas indígenas e a Funai não tem respaldo legal para conceder esse tipo de autorização, antes assegurado pelo Estatuto do Índio. (O Globo, 09/05/89)

Kaiapó do Gorotire explicam porque querem vender madeira

O cacique Kube-i Kaiapó, que juntamente com o cacique Tapiete Kaiapó está sendo acusado de beneficiar-se com a venda irregular de madeira da reserva Gorotire às madeireiras Ferreira e Bannach, que atuam na área, falou em entrevista coletiva na sede da Funai que as acusações contra ele e Tapiete são improcedentes e estão sendo feitas de má fé e sem esclarecer a verdade dos fatos que estão ocorrendo na reserva. Kube-i afirma que a madeira que pretende ser comercializada pelos índios provém de árvores que já foram derrubadas pela madeireira Sebba e destina-se a completar a construção de casas, escolas e enfermarias para os índios. Segundo ele, a Sebba mantinha desde 1986 um contrato para exploração de 20 mil m³ de mogno na reserva Gorotire, mas interrompeu a exploração em virtude das constantes chuvas que tornaram as estradas vicinais praticamente intratáveis, impossibilitando o transporte de aproximadamente 9 m³ já derrubados e que permaneceram na reserva como parte do pagamento fixado no contrato com a Sebba e que era repassado à empresa Itaipu para construção de casas, escolas e enfermarias para a comunidade indígena, junto com medicamentos. (O Liberal, 16/06/89)

GT da Funai é impedido de subir o Xingu pelos Kaiapó do Kokraimoro: ordens da madeireira

O Grupo de Trabalho nomeado pela portaria PP/162/Funai, de 16/02/90, para estudar a proposta de limites e o levantamento cartorial da AI Mekragnoti/Kubenkokre, sofreu um pequeno contratempo quando passou pela aldeia Kokraimoro, em maio de 1990, com o objetivo de conferir o loteamento feito pela Iterpa para o Projeto Trairão. É que "os Kaiapó só autorizam a passagem de barcos no Xingu, a partir do local onde se situa a aldeia, quando a pedido da empresa madeireira Maginco". O GT foi abordado pelo líder da comunidade que alegou liberar a passagem pelo rio somente com a condição da equipe realizar o reconhecimento de uma área que lhes pertence, mas teria ficado de fora da AI Kaiapó. O relatório do GT inclui a seguinte informação: "Comenta-se na região que a Maginco vem comercializando madeira com os índios do Kokraimoro e que existe uma grande quantidade de madeira derrubada no interior das Áreas Indígenas Kaiapó e Mekragnoti/Kubenkokre para ser retirada nesse verão. Chegaram até a sugerir que a própria Maginco poderia ter induzido os índios a impedir nossa passagem a fim de evitar que descobríssemos a madeira". (PIB/CEDI, a partir do relatório do GT encaminhado para a 4ª Suer/Funai)

Kaiapó invadem cinco fazendas exigindo indenização por extração ilegal de madeira

Centenas de índios Kaiapó invadiram cinco fazendas no sul do Pará, expulsando os proprietários. Os índios estão exigindo o pagamento de toda madeira extraída ilegalmente de seu território, onde ainda se encontra madeira nobre, a maioria exportada para os Estados Unidos e Inglaterra. A PF está na área desde o início da semana (dia 10/12) apreendendo carregamentos de mogno e autuando os proprietários. "Os índios estão esgotando os recursos obtidos com a extração do mogno e não construíram nada para o futuro", observa o assessor da Funai em Belém, Salomão Santos. As negociações entre as madeireiras e os Kaiapó são baseadas em contratos, apesar de ilegais. Um documento foi assinado há três meses, quando foi pago aos Kaiapó da aldeia Kubenkokre 1 milhão de BTN (Cr\$ 63 milhões na época), para a extração de mais de 40 mil árvores de mogno no próximo período de seca. (OESP, 13/12/90)

A quem interessa ampliar e difundir uma dissidência interna na política Kaiapó em torno de um cargo de representação que sabemos não existir formalmente? As diferenças entre grupos Kaiapó em torno de como encarar a exploração dos recursos naturais existentes dentro de suas áreas é uma questão que vem se ampliando face a total indigência do governo no que tange à assistência básica a esses grupos. A macropolítica Kaiapó sempre foi assunto interno e nunca circulou em jornais de branco. A ampliação das dissidências surge - e não por coincidência - logo após Raoni mediar um contato de representantes de vários grupos indígenas com o secretário José Lutzenberger, onde a questão da extinção da Funai e sua substituição por outro órgão foi discutida e quase acertada. Os bastidores do jogo político em torno do controle e manutenção da Funai é mais pesado do que aparentemente possa parecer, principalmente quando a possibilidade de sua extinção é ventilada entre índios e um secretário de governo, que se encontra fora do alcance do lobby que procura manter um órgão cuja estrutura hoje depende da exploração dos recursos naturais das áreas indígenas para sobreviver. (André Villas Boas, PIB/CEDI)

Kaiapó invadem cinco fazendas exigindo indenização por extração ilegal de madeira

Centenas de índios Kaiapó invadiram cinco fazendas no sul do Pará, expulsando os proprietários. Os índios estão exigindo o pagamento de toda madeira extraída ilegalmente de seu território, onde ainda se encontra madeira nobre, a maioria exportada para os Estados Unidos e Inglaterra. A PF está na área desde o início da semana (dia 10/12) apreendendo carregamentos de mogno e autuando os proprietários. "Os índios estão esgotando os recursos obtidos com a extração do mogno e não construíram nada para o futuro", observa o assessor da Funai em Belém, Salomão Santos. As negociações entre as madeireiras e os Kaiapó são baseadas em contratos, apesar de ilegais. Um documento foi assinado há três meses, quando foi pago aos Kaiapó da aldeia Kubenkokre 1 milhão de BTN's (Cr\$ 63 milhões na época), para a extração de mais de 40 mil árvores de mogno no próximo período de seca. (OESP, 13/12/90)

LIXO ATÔMICO

Uma ameaça para os índios

A transformação da base militar da Serra do Cachimbo, no Pará, em depósito de rejeito nuclear e material radioativo vai repercutir sobre a vida de quase 2.500 índios Kaiapó, Kaiabi e Munduruku que vivem próximos ao local, tanto no Pará, como em Mato Grosso. Além dessas tribos, há grupos isolados que perambulam pela região e com os quais a Funai ainda não manteve contato. Mas, como o governo decidiu transformar o Cachimbo num reservatório do lixo atômico, a Funai terá de planejar frentes de atração a esses índios, porque eles estarão expostos ao risco de contaminação. Essa questão preocupa sertanistas em Belém. A reserva do Baú, habitada pelos Kaiapó, tem seu limite a apenas 80 km de uma das divisas da base militar. Os Munduruku estão mais distantes, a 250 quilômetros, mas em suas terras passam cursos d'água que nascem na serra. O mesmo ocorre com a reserva dos Kaiabi, no rio Teles Pires. Mas tanto os Munduruku como os Kaiapó já relataram para sertanistas da Funai que outros grupos indígenas, ainda desconhecidos, transitam pela região. (OESP, 10/10/87)

Na praça, contra o lixo atômico

Um grupo de índios Kaiapó, liderados por Raoni, Paiakan, Kube-I, Kokoreti e Megaron, protestou na Praça dos Três Poderes, em Brasília, contra a decisão do presidente José Sarney de depositar lixo atômico na base militar da Serra do Cachimbo (PA). Ao receberem a informação de que o presidente poderá rever a decisão, os 97 índios dançaram na praça. (FSP, 15/10/87)

CONSTITUINTE

Kaiapó fretam avião para pressionar Constituintes

Dois dias após a aprovação pela Assembléia Nacional Constituinte de atribuir ao Congresso Nacional poder de autorizar mineração em áreas indígenas, um grupo de 50 índios Kaiapó de três aldeias da AI Kaiapó foi à Brasília pedir ao deputado Ulysses Guimarães a proteção dos direitos indígenas. Reivindicaram a supressão do Artigo 271 do Projeto de Constituição que discrimina os índios "aculturados", excluindo-os das



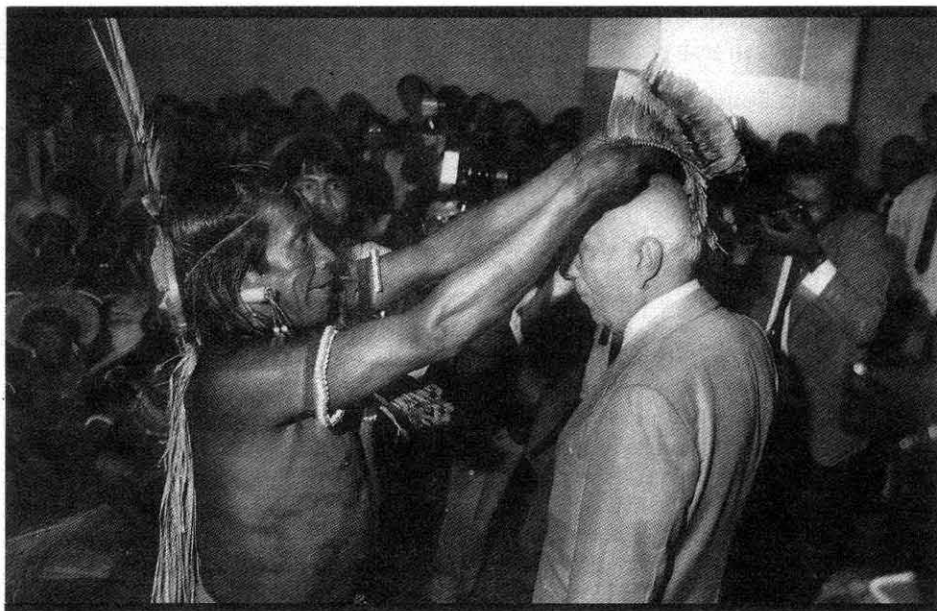
Os Kaiapó manifestam-se em Brasília contra a decisão de depositar lixo atômico próximo à área Baú/Kubenkokre.

Luciano Andrade/JB (out/87)

Poropot Gorotire coloca cocar no líder da Assembléia Constituinte, Ulysses Guimarães (PMDB-SP).

garantias constitucionais. Os Kaiapó viajaram à Brasília em taxi aéreo, fretado por eles, e também em uma caravana de 6 Kombis (3 das quais são deles) e um Escort (com motorista) que pertence a Paiakan. Todo o custo da viagem foi financiado com os lucros do garimpo que os Kaiapó controlam em suas terras. Tudo foi feito sem a interferência da Funai. Mas toda esta demonstração de riqueza foi apenas usada para mostrar à Assembléia Constituinte o que para eles é o mais importante: a sua identidade Kaiapó. Muitos eram velhos, todos estavam bem paramentados e pintados em estilo Kaiapó para a ocasião. Foram acompanhados por Ailton Krenak, coordenador da UNI, que por coincidência estava em Brasília com um grupo de monitores Ticuna por outras razões. Com o auxílio de Krenak e assessores das entidades de apoio ao índio, conseguiram contato com Ulysses Guimarães. Os Kaiapó homenagearam o líder da Assembléia colocando nele um cocar de cacique e um botom pelos "Direitos Indígenas".

Krokoti, um velho chefe Mekragnoti, fez um discurso em Kaiapó, traduzido por Paiakan: "Não queremos que você tire os direitos dos índios. Tem que garantir os direitos do meu povo. Tem que escutar os índios. Nós não queremos que separe os índios" referindo-se ao Artigo 271 que exclui os índios "aculturados" da proteção constitucional.

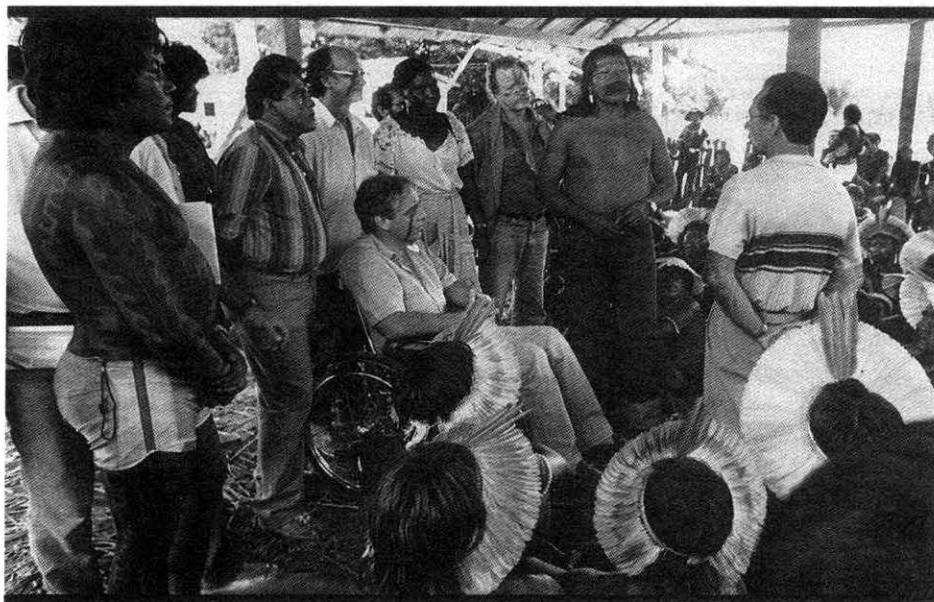


Adirp (mar/88)

Os outros parlamentares ficaram impressionados com o encontro e aplaudiram quando os Kaiapó encerraram sua visita com uma dança cerimonial da "Boa Colheita". No dia seguinte, voltaram para suas aldeias. Para os Kaiapó, o importante foi a mensagem de que apesar da sua entrada na economia de mercado e de sua ostentação da riqueza do branco, são e pretendem permanecer índios. (PIB/CEDI, 20/03/88)

Constituintes visitam Kaiapó

Deputados constituintes integrantes da Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Deficientes e Minorias foram à aldeia Gorotire, no sul do Pará, ouvir as reivindicações dos índios Kaiapó e conhecer de perto os seus problemas. Os Kaiapó ameaçam expulsar os garimpeiros de suas terras caso o Governo não conceda, de imediato, o título definitivo da área Kaiapó, com 3 milhões e 300 mil ha. Esse foi o recado que os caciques deram aos constituintes que visitaram a aldeia Gorotire, e o que acabou servindo de parâmetro para os deputados avaliarem o que ocorre nas áreas indígenas do resto do país. Próximo à aldeia existem quatro garimpos em atividade e os índios também não estão satisfeitos com os 5% que recebem pela exploração do ouro. Além disso, estão sofrendo as consequências da poluição dos rios. (Correio Braziliense, 08/05/87)



Inesc (mai/87)

Os Kaiapó explicam aos deputados constituintes, na aldeia Gorotire, os problemas que vêm enfrentando em relação ao uso de seu território.

T E R R A

Kuben-Kran-Ken reivindicam Trairão

O Instituto de Terras do Estado do Pará vai aguardar providências da Funai no sentido de evitar o avanço dos Kaiapó que na semana passada invadiram algumas fazendas dentro do Projeto Integrado de colonização do governo do estado, denominado "Trairão", localizado no município de São Félix do Xingu (PA), reivindicando sua anexação ao sul da AI Kaiapó. A denúncia foi feita pelo presidente do Iterpa, Walcyr Monteiro, que confirmou a invasão da Fazenda Fortaleza, cujo proprietário, Paulo Vasconcelos e todos seus empregados, teriam fugido ante a aproximação dos índios, que chegaram a fincar uma placa na fazenda com a informação de que a área pertence à reserva Kaiapó. (Correio do Brasil, 12/05/87)

Em outubro de 1990 a imprensa continua noticiando a situação de impasse entre os Kaiapó e as fazendas vizinhas ao sul de sua área, principalmente as denominadas Fortaleza, Serra Pelada e Santa Cristina. A fazenda Fortaleza é palco de um problema de delimitação. Os Kaiapó da aldeia Kuben-Kran-Ken contestam que o limite da área seja um braço do igarapé Trairão que marca a fronteira entre a fazenda e a área indígena. Para os índios, o braço do igarapé está mais ao sul, passando pelo meio da fazenda Fortaleza. Para solucionar o impasse, o presidente da Funai, Cantídio Guerreiro Guimarães, chamou o Serviço Geográfico do Exército para tirar as dúvidas quanto ao limite sul da AI Kaiapó. Já o conflito dos índios da aldeia Kuben-Kran-Ken com a fazenda Serra Pelada, propriedade de Liton José da Luz, é consequência do envolvimento dos Kaiapó com a extração de madeira. Fazenda improdutiva, com apenas 37 cabeças de gado, a maior atividade da Serra Pelada é a extração de madeira. Todo o carregamento do produto com destino à Redenção passa, obrigatoriamente, pela fazenda Sta. Cristina, de propriedade do Sr. Adão Modesto, com quem os Kaiapó têm ligações, por permitirem a retirada de madeira de sua área em troca de pagamento por gêneros e algum dinheiro (veja notícias em Madeira). Adão Modesto, que também é dono da Serraria Sul do Pará Ltda., cobra pedágio - através dos Kaiapó - pela passagem das toras e, prevendo o esgotamento da madeira que explora na AI Kaiapó e redondezas, incentiva os índios a quererem ocupar a área do reconhecido grileiro e pistoleiro Liton José da Cruz, que tem suas terras situadas bem mais ao sul, totalmente fora da AI Kaiapó. (PIB/CEDI, out/90)

Colonos reivindicam indenização

Doze famílias de colonos estão abrigadas na Prefeitura Municipal de São Félix do Xingu em situação de extrema miséria, desde que foram expulsas da localidade de Ressaca, ao norte da AI Kaiapó, há quinze dias, pelos Kaiapó do Kikretum, do cacique Pombo, onde vivem os indígenas. Segundo os colonos, houve muita violência durante a expulsão, com queima de casas, plantações e paióis de arroz. Na localidade de Ressaca ainda restaram 58 famílias, segundo Euclides Alves da Silva, presidente do Sindicato dos Lavradores de São Félix do Xingu, que veio a Belém para recorrer aos deputados e ao governador, no sentido de dar uma solução ao problema. Ele afirma que já solicitou providências à Funai, através do Chefe do Posto de São Félix, mas sem nenhum resultado. Euclides reivindica à Funai pelo menos indenização para as famílias vitimadas, pois os prejuízos sofridos alcançam 300 mil cruzados. A região habitada pelos colonos e os índios, conhecida por Rio Branco, é dividida pelo rio Fresco. A margem direita do rio é ocupada pelos Kaiapó, ficando à esquerda uma extensa área da União, que é limitada a oeste pela estrada da Construtora Andrade Gutierrez. Apesar de não estarem devidamente assentadas, as 70 famílias tem o consentimento do Incri e do Iterpa, que costumam fazer visitas e fiscalização na área. (O Liberal, 23/05/87)

Raoni e Sting vão ao presidente Sarney pedir mais terra para os Kaiapó

O cantor Sting, que veio ao Brasil há uma semana para participar do 1º Encontro dos Povos Indígenas em Altamira, no Pará, foi antes recebido pelo presidente Sarney para tratar da ampliação do Parque do Xingu. Na ocasião, Sting havia mostrado interesse em angariar fundos para adquirir as terras reivindicadas pelos Kaiapó, que sonham com a reunificação de seu território tradicional. (O Globo, 28/02/89)

Com a demarcação da área Menkragnoti/Kubenkokre, os Kaiapó poderão recuperar seu território

Os Mekragnoti, sub-grupo Kaiapó que vive no Pará em três aldeias - Baú, Pukanu e Kubenkokre - não têm ainda suas terras demarcadas. Até 1940, os Mekragnoti e os Metuktire viviam em uma única aldeia, mas em 1944 uma cisão dividiu-os em dois grupos. Desde então, uma sucessão de confrontos desencadeava alianças políticas que desembocavam em rearranjos espaciais e conseqüente formação de aldeias. Atualmente, o movimento pela demarcação do território está sendo encampado sobretudo por Raoni que, apesar de Metuktire e ter ficado com seu grupo no extremo norte do Mato Grosso, tem vínculos de pa-

rentesco muito próximos com os que estão no Pará. A demarcação da área do Mekragnoti interessa a todos os Kaiapó, na medida em que ligaria a AI Kaiapó, ao sul do Pará, com a AI Capoto, ao norte do Parque do Xingu, ocupada pelos Metuktire. Seria a realização de um velho sonho Kaiapó, a de recuperar parte de seus territórios tradicionais. (PIB/CEDI, out/90)

Raoni viaja para Europa arrecadando fundos

O cacique Raoni e seu sobrinho Megaron, dos Kaiapó Metuktire, embarcaram ontem para Paris, onde irão se encontrar com o cantor Sting para dar início ao projeto Mata Virgem que pretende arrecadar fundos para a preservação e demarcação de uma área indígena interligando a AI Kaiapó com o Capoto, denominada AI Menkragnoti/Kubenkokre. (O Dia, 08/04/89)

Raoni relata sua viagem a Bayma Denys

O cacique Raoni fez ao general-de-divisão Rubens Bayma Denys, ministro-chefe do Gabinete Militar da Presidência da República, um relato de sua viagem de dois meses ao exterior, em companhia do cantor inglês Sting. Raoni visitou 16 países em todos os continentes. Ele garantiu que foi bem tratado pelos mandatários de todas as nações visitadas, especialmente pelo papa João Paulo II. Raoni foi ao Palácio do Planalto pedir apoio do Governo para mudar o mais rápido possível a sua aldeia, devido ao surto de malária que atingiu a área. De acordo com o superintendente-geral da Funai, Airtton Alcântara Gomes, que acompanhava o cacique, a nova aldeia, chamada Kapoto, vai ficar cerca de 50 quilômetros distante da atual. Como o transporte é muito difícil, será necessário que os primeiros índios, que vão preparar o terreno, sejam transportados por helicóptero. O general Bayma Denys prometeu todo apoio do Governo. (Correio Braziliense, 28/06/89)

Verba para mudança da aldeia de Raoni

Os índios Metuktire terão os NCz\$ 150 mil que necessitam para transferir sua aldeia da AI Jarina para uma região mais ao norte, a AI Capoto. A promessa da liberação dos recursos foi feita pelo ministro do gabinete militar, Bayma Denys, ao cacique Raoni. (OESP, 07/07/89)

Militares marcam presença na mudança da aldeia dos Metuktire

Uma verdadeira operação de guerra envolvendo Exército, Aeronáutica e Funai foi montada sábado, dia 16, para socorrer 120 índios Txucarramãe (Metuktire) que, deslocados para a aldeia de Capoto, acabaram ficando ilhados na região, sem qualquer alimento. Paternalismo por parte do homem branco ou sinal dos

tempos e de uma aculturação que impede os índios de sobreviverem na selva, apenas da caça e da pesca, o fato é que a manobra militar, orçada em NCz\$ 27.658, foi realizada a pedido do índio Raoni ao chefe do Gabinete Militar, general Bayma Denys, uma vez que a situação dos Txucarraná era drástica.

E o mais novelesco em toda essa epopéia reside na informação, confirmada pela Funai, da efetivação de uma mudança súbita e precipitada dos índios da aldeia de Metuktire para Capoto (distante 90 quilômetros uma da outra). Os índios, à revelia da Funai, alugaram um helicóptero da Líder pagando nada menos que NCz\$ 36 mil (fruto das turnês nacionais e internacionais de Raoni e Megaron) e se mudaram para Capoto antes que a área, já reservada para a tribo, tivesse recebido a devida infra-estrutura - estrada, plantação de mandioca e casas. O helicóptero alugado por Raoni trabalhou durante 24 horas, efetuando 30 viagens de Metuktire para Capoto, mas os mantimentos que os índios levaram não foram suficientes para mantê-los até o término da construção da estrada entre as duas aldeias.

Tudo começou com o surto de malária que atingiu, em agosto a aldeia de Metuktire, localizada às margens do rio Xingu, no Parque. Com o aval de Raoni, chefe da tribo, a Funai encontrou outra área, a 200 km do rio Xingu longe, portanto, das águas repositórias do mosquito responsável pela maleita. Antes que o local ficasse pronto, os índios acionaram a Líder e 120 se mudaram, deixando 270 mulheres e crianças em Metuktire, enquanto eles próprios arrumavam o Capoto.

Com o término dos víveres, ilhados e impossibilitados de sobreviverem na selva sem ajuda do branco, ao contrário de seus antepassados, Raoni veio a Brasília e conseguiu que fosse acionada uma operação militar envolvendo a Brigada de Infantaria Pára-quadista do Exército (localizada no Rio) e aviões Búfalos, da FAB. Através de pára-quadistas, os 120 índios de Capoto receberam 360 kg de arroz, 290 kg de feijão, 45 kg de açúcar, 60 kg de café, 85 kg de sal, 220 latas de óleo de cozinha, 100 kg de mudas de mandioca e 190 kg de material de higiene e limpeza.

A Funai, embora julgue precipitada a mudança dos 120 índios, auxiliou no envio dos mantimentos e justificou a desastrosa iniciativa dos Metuktire. (trecho de matéria de Zenaide Azevedo, *Jornal de Brasília*, 20/09/89) Durante dois anos os velhos Metuktire vinham discutindo a mudança da aldeia para escaparem da malária e da proximidade nociva da BR-80. A iniciativa da mudança, quando pôde ser concretizada, mobilizou Raoni para buscar apoio de todas as instituições que pudessem dar ajuda financeira e logística. As chuvas aproximavam-se e Raoni não tinha tempo a perder, pois a mudança significava um jogo de equilíbrio de forças entre os mais velhos e alguns jovens Metuktire resistentes ao transtorno de mais um deslocamento. Raoni, portanto, mobilizou Exército, Funai, Fundação Mata Virgem e relações parti-

culares para que contribuíssem com a transferência. Um helicóptero foi fretado a expensas da Fundação Mata Virgem, e não do exército. Este, atuou depois que a mudança já havia sido concluída, no intuito de levar comida (comprada com dinheiro Kaiapó) para a comunidade. A missão não foi bem sucedida porque além de não pousarem para depositar os mantimentos, os fardos foram lançados pelo ar, fora da aldeia, em lugares inacessíveis, que inviabilizaram seu consumo. (Marina Kahn, PIB/CEDI)

Raoni inicia campanha para demarcar reserva Kaiapó

O cacique Raoni, presidente honorário da Fundação Mata Virgem, e a mulher do cantor inglês Sting, Trudie Stylen, presidente do Conselho Internacional da entidade, iniciaram ontem uma nova cruzada para apressar a demarcação da área Menkragnoti/Kubenkokre, com 4,9 milhões de ha, interligando outras áreas Kaiapó já definidas no sul do Pará. Eles afirmam que foi superada a dificuldade maior - a falta de recursos para a demarcação alegada pelo governo -, existindo hoje um milhão de dólares disponível em bancos dos Estados Unidos e da Inglaterra - dinheiro este arrecadado pelo cacique e por Sting nos contatos feitos em países europeus, quando foram criadas as sucursais internacionais da Fundação, voltada para a preservação da natureza e das culturas indígenas.

Raoni ouviu do presidente da Funai, Iris Pedro de Oliveira, a informação de que o trabalho só será iniciado "dentro de um a três anos, tempo em que se concluiria as exigências burocráticas". Segundo Olímpio Serra, presidente do conselho da Fundação, a questão esbarra agora em falta de vontade política. Existe a promessa feita pelo presidente Sarney a Raoni e a Sting de demarcar a área, há o dinheiro necessário e os estudos técnicos concluídos pela Funai em 1985. A dificuldade se encontra - entende ele - no grupo de trabalho encarregado de analisar a questão, formado por representantes dos ministérios do Interior, da Agricultura, da Saden e do governo do Pará, de onde parte a oposição mais resistente. (Correio Braziliense, 09/09/89)

"Empurrando com a barriga"

No dia 23/01/90, o então presidente Sarney assinou o decreto nº 98.865, que determinava à Funai encarninhar a interdição da área Mekragnoti e que o processo de demarcação fosse concluído no prazo de 150 dias. Na véspera da assinatura desse decreto Raoni e Sting, além de representantes da sociedade civil que apóiam a causa indígena, foram ao gabinete do presidente e ouviram dele que o governo não dispunha de recursos para efetivar os trabalhos demarcatórios. Uma das cláusulas do decreto estabelece, então, um convênio entre Funai e Fundação Mata Virgem, como forma de garantir esta etapa da demarcação. (JB, 24/01/90)

Funai cria mais uma Equipe Técnica para estudar limites da AI Menkragnoti/Kubenkokre

A primeira proposta de delimitação da AI Menkragnoti foi feita nos anos 60, tempo do SPI, e compreendia uma área de 890.000 ha. A partir de então, foram feitos vários estudos para uma nova delimitação. Em 1986 a Funai apresenta a 8ª proposta, de 4.913.000 ha, nos municípios de Altamira e São Felix do Xingu, que embora atendessem aos interesses Kaiapó, deixava de fora a aldeia Baú, ao extremo norte da antiga AI Baú/Mekragnotire. (veja penúltima notícia)

No dia 16/02/90, o presidente da Funai, Iris Pedro de Oliveira, assinou uma Portaria, a de nº 162, que cria uma Equipe Técnica para realizar os levantamentos e estudos de mais uma proposta de limites da Área Indígena Mekragnoti, bem como seu levantamento fundiário e cartorial. A equipe é composta por dois funcionários da Funai - uma antropóloga e um engenheiro agrimensor - que serão acompanhados por um engenheiro agrônomo do Iterpa, um técnico em agropecuária do Inkra, um antropólogo do Museu Goeldi e um advogado do Ministério do Interior, que terão um prazo de 60 dias para concluir os trabalhos. A Portaria justifica a necessidade desse novo estudo diante das muitas propostas que foram feitas para a AI, sempre com extensões diferentes. Mesmo tendo sido feita por um sociólogo da Funai, o órgão julga que "a proposta de 1986, de 4.913.000 ha apresenta expressivas incidências sobre destacadas áreas do patrimônio público". (PIB/CEDI, mar/90)

Área identificada é interditada

O presidente da Funai, Iris Pedro de Oliveira, assinou a Portaria nº 220 de 03/03/90, interditando temporariamente, para estudos e apresentação de limites, a Área Indígena Mekragnoti, objetivando sua demarcação no prazo de 150 dias. (DOU, 13/03/90)

Funai manda apurar denúncia de invasão

A Funai mandou apurar denúncia feita pelo fazendeiro Liton José da Luz que um grupo de Kaiapó da aldeia Kuben-Kran-Ken teria invadido sua fazenda e dali retirado munições, moto-serras e gêneros alimentícios. A denúncia envolve ainda a Madeireira Sul do Pará, contra quem pesa a acusação de ter sido a responsável pelo incitamento dos índios. Segundo o procurador do fazendeiro Liton, os índios chegaram na fazenda Serra Pelada por aviões particulares, pagos por Adão Modesto, dono da madeireira Sul do Pará, e capitaneados pelo "cacique Joel", um Kaiapó que luta pelo cargo de chefe da aldeia Kuben-Kran-Ken. Se houver confirmação da denúncia, a Funai poderá acionar a empresa como responsável pelo ocorrido. (Jornal de Brasília, 13/06/90)

Equipe visita a aldeia Baú para propor redefinição da área

A Equipe técnica nomeada para estudar e propor os limites para a AI Menkragnoti/Kubenkokre, em fevereiro de 1990, (PP/162) entregou o relatório sobre a identificação da área indígena Baú em novembro do mesmo ano. Consta neste relatório que os Mekragnoti do Baú reivindicam uma área distinta da AI Menkragnoti por duas razões: não querem deixar as terras das quais se consideram donos, e temem os Mekragnoti das outras aldeias com quem tiveram inúmeros conflitos no passado. A proposta apresentada pela equipe apresenta uma área de 1.850.000 ha, no município de Altamira, e “compreende quase que a totalidade da área considerada pelos Mekragnoti como seu território”. Os limites sul e oeste da área coincidem com o limite oeste da AI Menkragnoti/Kubenkokre, “evitando-se assim um corredor entre as duas áreas, o que certamente propiciaria futuras invasões”. A equipe que realizou os estudos incluiu uma área de castanhais que já foram - mas atualmente não têm sido mais - explorados por esses Kaiapó, como forma de garantir “a possibilidade de virem a retomar essa atividade não predatória, quando se esgotar o potencial aurífero de sua reserva, o que inclusive já vem ocorrendo no rio Curuá”. (PIB/CE-DI, a partir do relatório da Equipe técnica, encaminhado para a 4ª Suer/Funai em novembro de 1990)

Xikrin do Bacajá “arrenda” área reivindicada para seis mil garimpeiros

Os Xikrin que vivem próximos ao rio Bacajá estão recebendo uma taxa mensal dos aproximadamente seis mil garimpeiros que exploram território identificado pela Funai como sendo do grupo mas que ainda não foi demarcado nem regularizado pelo órgão. Uma equipe técnica da Funai, coordenada pela antropóloga Carmem Sylvia S. Affonso, foi enviada à região em setembro de 1989 e comprovou que os Xikrin ocupam a área desde a década de 20, explorando-a através de pesca, caça e coleta, principalmente de castanha, que vendiam no mercado regional.

Reivindicação antiga - A área do grupo foi definida em 1976 pela Funai e demarcada em 1979 pela firma Setag, resultando numa área de 192.162 ha. Tal demarcação, no entanto, é contestada pelos Xikrin pois excluiu a aldeia Trincheira da área da reserva, além de castanhais situados ao norte, ao sul e a leste da aldeia Bacajá, e a área oeste, utilizada para caça e coleta. A definição de uma nova área que abranja as reivindicações territoriais do grupo e que se ligue com as áreas indígenas vizinhas, evitando “corredores” expostos à ocupação, foi proposta por essa equipe técnica da Funai e denominada AI Trincheira-Bacajá, com uma extensão de 1.438.856,10 ha e situada nos municípios paraenses de José Porfírio, Portel e São Félix do Xin-

gu. Essa AI Trincheira-Bacajá encontra-se “identificada”, mas ainda não foi encaminhada à aprovação governamental devido à revogação do grupo interministerial a quem cabia a tarefa.

Polição no Bacajá - O primeiro garimpo em seu território era no igarapé Manelão, tributário do Bacajá e foi aberto em 1980 por um indivíduo conhecido apenas por Alcides, que teria participado dos trabalhos de demarcação de 1979 e deliberadamente excluído a área. Após a conclusão da demarcação da AI Bacajá, esse mesmo indivíduo iniciou em 1980 a exploração do garimpo, associando-se a outras pessoas e abrindo uma pista de pouso próxima ao igarapé. Em 1983 a firma Nestor José Scalabrin obteve do DNPM alvarás para pesquisa de zircônio em uma área de 50.000 ha na região onde se encontrava o garimpo. Desde a instalação do primeiro garimpo, os Xikrin visitavam a área e recebiam mercadorias dos seus administradores locais. A partir de janeiro de 1987, um dos sócios de uma das firmas garimpeiras passou a pagar-lhes mensalmente NCz\$ 20.000,00 e dois vãos mensais para Altamira. Em 1987 essa quantia foi reajustada para NCz\$ 50.000,00 e passou a ser paga também por outro empresário que mantinha trabalhadores no garimpo. As relações dos Xikrin com os empresários sócios dos garimpos degradingolaram quando o controle do garimpo foi parar em mãos do sr. Scalabrin, que não lhes pagava nada. Insuflados a agirem contra o empresário pelos seus antigos sócios, os Xikrin invadiram o garimpo e expulsaram o sr. Scalabrin e seus homens da área. Em 24/09/87, representantes dos Xikrin, Funai e Scalabrin se reuniram no escritório dessa firma em Tucuruí e firmaram um Protocolo de Intenções, segundo o qual a J. S. Scalabrin se comprometia a doar mensalmente 250 OTNs em dinheiro à comunidade, além de dois vãos mensais aldeia-Altamira. Em 27/09/87 a ADR de Altamira intermediou outro acordo, dessa vez com o sr. José Augusto Rosa da Silva que também explorava um garimpo no local, que comprometeu-se a pagar-lhes 125 OTNs mensais. Em setembro de 1988 a Paranapanema adquiriu da J. S. Scalabrin os direitos de explorar o garimpo Manelão. Um termo de compromisso, firmado nesse mesmo mês, fixou em 500 OTNs como o valor mensal que a empresa deveria pagar ao grupo. Em outubro de 1989 destinava mensalmente NCz\$ 3.085,00 para os Xikrin, além de dois vãos mensais aldeia Bacajá-Altamira. Ainda em 1989, a Paranapanema retirou-se da área e a mesma foi ocupada por cerca de seis mil garimpeiros que pagam aos índios 500 BTNs mensais como taxa de ocupação. A BTN do dia 29/12/89 estava cotada a NCz\$ 10.6762. 500 BTNs equivaliam a NCz\$ 5.338,10 ou US\$ 209,39 dólares no câmbio paralelo da mesma data e US\$ 471,89 no oficial...

A principal consequência ambiental da existência do garimpo é a poluição do rio Bacajá com mercúrio e sólidos. Felizmente a aldeia Bacajá localiza-se à mon-

tante da foz do igarapé Manelão. A população de 221 pessoas encontra-se dividida nas aldeias de Trincheira (55 habitantes) e Bacajá (166). Apenas os habitantes dessa última aldeia recebem o dinheiro do garimpo.

Invasões de madeiras - A área reivindicada vem sendo sistematicamente invadida por madeiras, principalmente no rio Anapu e nos igarapés Manezão e Chapéu e entre os igarapés Fevereiro, Prazer, Ipixuna e Rio Branco de Cima, Arroz Cru e Rio Branco de Cima. Os Xikrin já chegaram a prender, em setembro e novembro de 1988, diversas turnas de trabalhadores de madeiras, apreendendo seus instrumentos de trabalho e as madeiras que haviam cortado. Em março de 1989 chegaram a um entendimento com o madeireiro Euripedes Prudêncio de Moura para a exploração de mogno. (PIB/CEDI)

RETORNADAS

20 anos desaparecidas

Duas índias Kaiapó, Nhokanrekti e sua filha Kokoranti, foram encontradas, no início da semana, próximo ao rio Jamanxin e levadas a Belém pela Funai. A mãe, aparentando 30 anos, estava desaparecida há quase duas décadas, quando os Kaiapó foram atacados pelos Krenacarore. Perambulando pela região, Nhokanrekti teve a filha e as duas continuaram perdidas com medo de um encontro com os inimigos. Depois de exames médicos mãe e filha serão enviadas para a aldeia Mekragnoti, na serra do Cachimbo, onde a Funai acredita encontrar alguns parentes de Nhokanrekti. Entender as índias só foi possível com a ajuda de Paulo Paiakan, do grupo Kaiapó e assessor da Funai, que serviu de intérprete. Nhokanrekti fala pouco e conhece algumas palavras da língua portuguesa. Elas ficaram quase todo o tempo vivendo isoladas, mas, segundo contou a índia mais velha, não eram raros os encontros com garimpeiros e madeireiros. As duas andavam juntas pela mata fechada e à beira do rio Jamanxim, quase divisa entre Pará, Mato Grosso e Amazonas. Paulo Paiakan acredita que elas tenham sido usadas como prostitutas. (OESP, 23/04/88)

O PROCESSO PAIAKAN/KUBE-I

Indignação leva índios a discutir hidrelétricas

Os Kaiapó Paulinho Paiakan e Kube-I deram uma entrevista coletiva dia 28 de outubro, no CEDI/SP, para denunciar a tentativa de sua expulsão pelo governo brasileiro, com base na Lei dos Estrangeiros. Paiakan disse que se o governo mantiver a ameaça de expulsão, os índios exigirão independência para governar seu próprio país. Paiakan aproveitou a entrevista para convidar jornalistas, professores e cientistas a participar de um encontro na cidade de Altamira, no Pará. O objetivo da reunião, anunciada para o dia 10 de janeiro de 89, é alertar e mobilizar todas as nações indígenas ameaçadas de perder suas terras com a construção de uma hidrelétrica no rio Xingu, no Pará. (OESP, 29/10/88)

Gafe do Ministério Público

O antropólogo Heraldo Maués, diretor do núcleo de Estudos Amazônicos da UFFa, recusou-se a fazer perícia nos índios Paulinho Paiakan e Kube-I Kaiapó, conforme solicitação do Ministério Público no estado do Pará à Justiça Federal, em Belém. Através de uma junta que incluiria um psicólogo e um psiquiatra, além do antropólogo, o procurador Paulo Meira queria avaliar o grau de aculturação e o grau de entendimento dos dois índios. Na avaliação antropológica, Heraldo Maués disse não ter visto "qualquer crime ou delito" praticado pelos dois índios e por Posey: "Não me é possível entender como dois índios brasileiros e um antropólogo americano podem ser processados com base na lei dos estrangeiros por opinião científica fundamentada que teriam emitido nos Estados Unidos" - escreveu Maués. Ataca ainda o Ministério Público no Pará, porque ao atuar no processo, "não está defendendo a causa indígena, nem sequer colocando-se na sua perspectiva, mas, ao contrário, indo flagrantemente contra ela". Há um movimento crescente entre os antropólogos para que nenhum deles aceite substituir

Maués na junta encarregada da perícia, que vai instruir o processo contra os dois índios. (Diário do Grande ABC, 06/11/88)

STF não susta processo contra índios

Pelo menos um dos processos enviados para a análise do Supremo Tribunal Federal, pedindo a sustação do processo contra os índios Paulo Paiakan e Kube-I Kaiapó, foi indeferido (rejeitado): o remetido pelo presidente da OAB, Márcio Thomaz Bastos, enviado ao STF no dia 20 de setembro, julgado em 22/11/88. Ainda restam dois habeas-corpus impetrados junto ao Supremo pedindo a extinção do processo. Somente a concessão dessa ordem determinará sua paralisação. (O Liberal, 03/12/88)

Índios no Brasil: estrangeiros? Uma cronologia.

27/01/88

À convite da Universidade da Flórida, o etnobiólogo Darrel Posey, radicado no Brasil, viaja aos Estados Unidos acompanhado por Paulinho Paiakan Kaiapó e Kube-I Kaiapó, autorizados pela Funai.

28 a 31/01/88

Paiakan e Kube-I participam do "Simpósio Internacional de Manejo Adequado de Florestas Tropicais" na Universidade da Flórida, em Miami.

01 a 08/02/88

O relato dos índios brasileiros foi contundente e eles foram convidados a repeti-lo na sede do Banco Mundial, em Washington. O Bird financiaria um projeto de hidrelétricas no Xingu, que inundaria cerca de sete milhões de hectares e forçaria a retirada de 13 grupos indígenas que habitam a região. Paiakan e Kube-I foram recebidos por quatro diretores do banco e representantes da Aliança de Direitos Humanos do Congresso Americano e da Secretaria do Tesouro Americano. A língua Kaiapó foi traduzida pelo próprio Darrel Posey. Além das informações fornecidas no simpósio, ainda pediram aos banqueiros que não concedessem o financiamento antes que um estudo de impacto da obra sobre a floresta fosse feito. Os americanos gostaram tanto que estenderam o tempo previsto para a reunião, fazendo esperar os brasileiros integrantes da missão dos Ministérios das Minas e Energia e do Interior, que tinham ido aos Estados Unidos

exatamente para assinar o protocolo que resultaria na liberação dos US\$ 250 milhões iniciais do projeto. A missão brasileira voltou sem a verba.

(Isto É/Senhor, 19/10/88)

Início de março/88

O coronel Nascimento do CSN encaminha ao chefe do Departamento de PF, Romeu Tuma, um dossiê de notícias veiculadas pela imprensa sobre a viagem de Paulinho, Kube-I e Darrel Posey aos Estados Unidos, para apurar eventual transgressão penal. Em poucos dias a PF preparou um estudo para ver de que maneira Posey e os índios podiam ser incriminados. Posey, que trabalha no museu Emílio Goeldi do Pará, foi acusado de interferência em assuntos internos brasileiros por ter manipulado os índios. Estes, foram enquadrados na mesma acusação, por cumplicidade com o americano.

março/88

Depoimento de Kube-I, Paiakan e Darrel Posey na Delegacia de Ordem Pública e Social.

12/05/88

Conclusão do Relatório e abertura do inquérito Policial.

10/06/88

A PF conclui inquérito e o encaminha à Justiça Federal.

03/08/88

Juiz Federal recebe o inquérito e o encaminha à Procuradoria Geral da República para formalização de denúncia.

26/08/88

Depoimento de Paiakan e Darrel Posey ao Juiz da 3ª Vara da Justiça Federal, Iran Velasco Nascimento.

14/10/88

Data marcada para o depoimento de Kube-I. O juiz Iran Velasco Nascimento se negou a tomar o depoimento de Kube-I porque este não concordou com a determinação judicial de "vestir-se convenientemente". Depois de 1 hora e meia de espera e tensão em frente ao Fórum, onde se concentraram 420 índios Kaiapó que entoaram cânticos de guerra e de vitória, o juiz decidiu dispensar o depoimento do acusado e anunciou que a fase de instrução do processo prosseguirá com a citação das testemunhas, entre as quais o superintendente regional da Funai, Salomão Santos, que sabia e autorizou a viagem dos índios aos Estados Unidos. (Correio Braziliense, 15/10/88)

17/10/88

O advogado José Carlos Castro pede a transferência do processo da Justiça de Belém para a do Distrito Federal, alegando que o fato ocorreu em Washington, fora do âmbito do Estado do Pará. Na mesma data pede suspeição do juiz Iran Velasco Nascimento que teria dado demonstrações de racismo ao não permitir a entrada de Kube-I em prédio públicos por usar trajes indígenas. (PIB/CEDI)

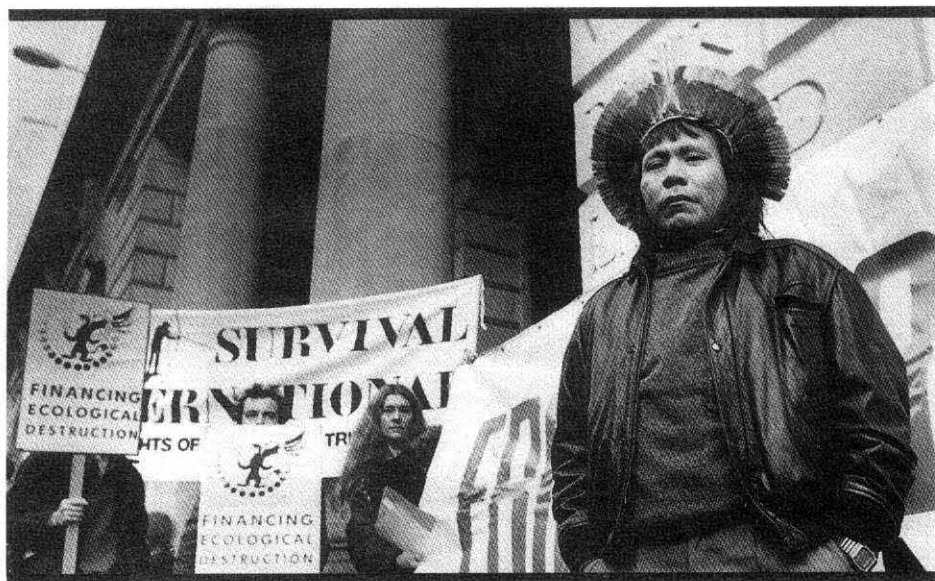
*Paiakan em Londres:
manifestação ecológica em
frente ao prédio do Midland
Bank.*

Paiakan em Londres...

O líder Kaiapó Paulinho Paiakan liderou ontem em Londres, em frente ao prédio do Midland Bank, uma manifestação contra a concessão pela comunidade financeira internacional de financiamentos a projetos que devastem a floresta amazônica. Com a visita à Inglaterra, Paiakan inicia uma turnê por sete países, nos quais pretende encontrar-se com chefes de governo e representantes de bancos de desenvolvimento e comerciais. A principal preocupação do Kaiapó, que responde a processo no Brasil sob a acusação de denegrir a imagem do país no exterior, é o projeto de construção da Usina Hidrelétrica de Cararaó, no Rio Xingu. (JB, 16/11/88)

...e em Roma

Paulinho Paiakan acaba de cumprir mais uma etapa de seu roteiro internacional, batizado de "tour europeu da esperança" pelo grupo ecológico Amigos da Terra, que patrocina sua viagem. A viagem começou em Londres há dez dias; a parada seguinte foi em Amsterdã, Holanda. Em Roma, Paiakan concedeu entrevistas a emissoras de televisão e jornais italianos. Foi recebido oficialmente pela senadora Suzanna Agnelli, subsecretária do Ministério do Exterior, e conseguiu audiências com vários diplomatas do Ministério do Ambiente. "Defender a Amazônia do homem bran-



Rachel Morton

co" é o tema de seus discursos.

Na sede da associação Amici della Terra, em Roma, a secretária nacional da entidade disse estar "orgulhosa" da visita de Paiakan à cidade e anunciou mais duas importantes escalas europeias da viagem do índio brasileiro: Alemanha e Bélgica, antes de partir para os Estados Unidos e para o Canadá. Em Frankfurt e Bruxelas será recebido por representantes da Comunidade Econômica Européia.

"O objetivo desta viagem é convencer os governos europeus a pronunciar-se contra o novo crédito de

US\$ 500 milhões que o Banco Mundial deverá conceder ao governo brasileiro até o final do mês", conforme foi publicado pelos jornais italianos, segundo os quais Paiakan "está em campanha para ajudar seu povo a respirar melhor, para o prazer de todos os povos do mundo". (OESP, 22/11/88)

Ação volta ao TFR

A Procuradoria Geral da República deu no dia 15 um parecer favorável pela concessão da ordem de habeas corpus, que visa trancar a ação penal movida contra os índios Paulinho Paiakan, Kube-I Kaiapó e o norte-americano Darrel Addison Posey. A informação é do procurador-geral da Funai, Ovídio Martins, que espera com a volta do processo ao TFR, estar mais próxima a decisão sobre o trancamento da ação penal. (Correio Braziliense, 16/12/88)



Carlos A. Ricardo / CEDI (mai/89)

"Amazônia para seus habitantes" é a frase de uma das faixas carregadas por milhares de manifestantes, convocados por entidades ambientalistas, em passeata realizada em Milão, Itália, com a presença de líderes indígenas do Brasil.



Patrick Pardini / CEDI (out/88)



Renato dos Anjos / AE (out/88)



Vera Jursys /CEDI (out/88)

TFR arquiva ação

A segunda turma do Tribunal Federal de Recursos decidiu ontem, por unanimidade, trancar definitivamente o processo contra o antropólogo americano Darrel Posey e os índios Paulinho Paiakan e Kube-I Kaiapó, instaurado pela Justiça Federal do Pará.

Com base no voto do ministro Milton Luiz Pereira, o tribunal acatou o parecer da Subprocuradoria da República, que se manifestou pela concessão do *habeas corpus* e pelo trancamento da ação penal. O TFR considerou não haver justa causa para o prosseguimento da ação contra os três por não terem praticado nenhum crime e considerou esdrúxulo o enquadramento de dois índios brasileiros na lei dos estrangeiros, que chega a prever até mesmo a expulsão do território nacional. (*Correio Braziliense*, 15/02/89)

Mais de 400 guerreiros Kaiapó se concentraram em frente ao Fórum, em Belém, em apoio a Paiakan e Kube-I.

Coletiva de imprensa, no CEDI em São Paulo, denuncia a perseguição absurda de lideranças Kaiapó pelo governo. A partir da direita: os advogados Luis Eduardo Greenhalg e Luis Carlos Castro; Paiakan; o deputado federal Fábio Feldman (PSDB-SP); Ailton Krenak; Kube-I; Darrel Posey; o presidente da ABA Antonio A. Arantes e Beto Ricardo, do CEDI.

O ENCONTRO DE ALTAMIRA

Reunião contra hidrelétrica

Com a intensa participação que tiveram no processo de tramitação dos direitos indígenas na nova Constituição do Brasil, com várias viagens até Brasília e com a ida de dois representantes (Paiakan e Kube-I) aos Estados Unidos em janeiro de 1988, os Kaiapó descobriram, entre outras coisas, as hidrelétricas que o governo brasileiro planeja construir no rio Xingu até o início do próximo século, afetando suas terras e de outros povos indígenas da região. Ficaram indignados por não terem sido consultados, indignação que cresceu na medida em que o governo brasileiro passou a perseguir Paiakan e Kube-I com um processo absurdo, enquadrando-os na Lei dos Estrangeiros.

Os Kaiapó sabem que com a nova Constituição em vigor no país, os mega-projetos hidrelétricos necessitarão da aprovação prévia do Congresso Nacional e querem explicações oficiais das autoridades brasileiras sobre a situação desses projetos.

Liderança reunida - No dia 2 de novembro de 1988, dezesseis líderes de nove aldeias Kaiapó se reuniram na aldeia dos Gorotire, para discutirem as barragens projetadas para o rio Xingu. Nessa reunião decidiram convocar as autoridades brasileiras para participarem de um grande encontro juntamente com outros povos indígenas que serão afetados pelo projeto.



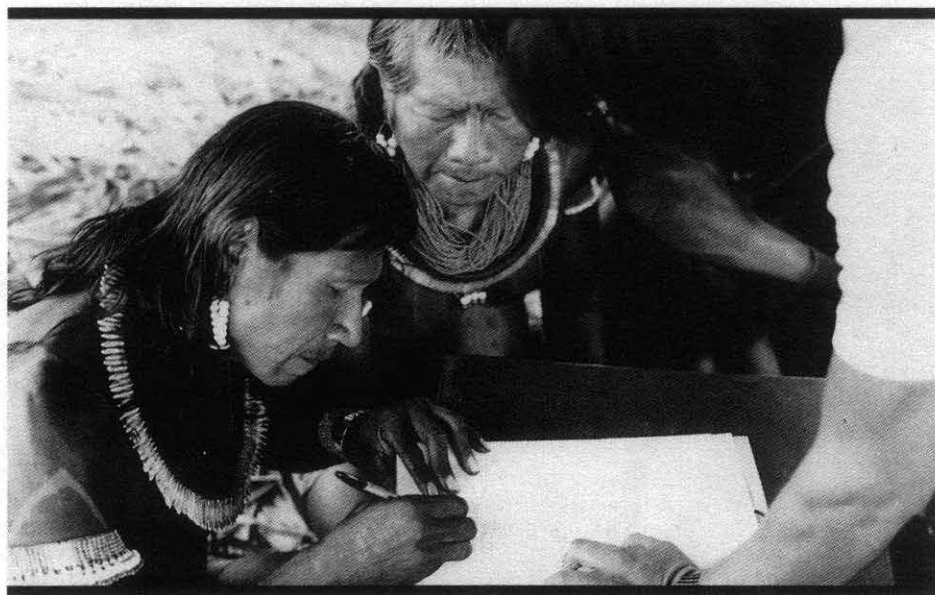
Carlos Alberto Ricardo / CEDI (nov/88)

O local escolhido foi a cidade de Altamira, às margens do rio Xingu, para a construção da primeira barragem, chamada Kararaô, do Complexo Hidrelétrico do Xingu. A data decidida para a reunião (20 a 24 de fevereiro de 1989), atendeu basicamente ao calendário dos Kaiapó: período da chuvas na região e período da festa do milho, cujo encerramento pretendem fazer em Altamira. Assim como a programação e o ritmo da organização do evento foram dados pelos Kaiapó. (PIB/CEDI, jan/89)

Convite

Prezado Senhor:

Diante das notícias que temos escutado nos últimos meses de que o Governo Brasileiro está encaminhando estudos e pedido de recursos financeiros para construir barragens no Rio Xingu, reunimos lideranças das várias aldeias do povo Kaiapó para conversar sobre o assunto. Nessa ocasião, ficamos com muitas dúvidas que precisam ser esclarecidas para que possamos pensar no nosso futuro.



Carlos A. Ricardo / CEDI (nov/88)

Acima, lideranças Kaiapó reunidas em Gorotire discutem o problema das barragens projetadas para o rio Xingu e decidem organizar um grande encontro com os povos afetados pelo projeto, em Altamira (PA).

Lideranças Kaiapó assinam, na aldeia Gorotire, convite às autoridades do governo federal e outros setores da sociedade para o Encontro de Altamira.



Vincent Carelli / CEDI (jan/89)

Por isso, estamos convidando V. Excia. para participar de uma reunião que estamos organizando no dia 24 de fevereiro de 1989, na cidade da Altamira, Estado do Pará.

Contamos com a presença e esclarecimentos de V. Excia., muito importantes para nós Kaiapó e para os Arara, os Asurini, os Parakanã, os Araweté, os Kararaô, os Juruna, os Xipáia, os Kuruáia e os Xikrin do Bacajá que também estarão presentes.

Atenciosamente,

Firmamos

KANHÓN - Aldeia Gorotire
 TÁTÁY - Aldeia Gorotire
 ROP-NI - Aldeia Metuktire
 KREMORO- Aldeia Metuktire
 BRAIRE - Aldeia Kôkramoro
 KADJAT-NHORO - Aldeia Kôkramoro
 TUTO - Aldeia Kikretum
 NITI - Aldeia Kikretum
 TIKIRI - Aldeia A'Ukre
 KUPATÁ - Aldeia A'Ukre
 NGAPRE - Aldeia Kubekraken
 BÁDJ - Aldeia Katete
 KÁKÁRETI - Aldeia Kubekákre
 BEPKUM - Aldeia Kubekákre
 BEKUITI - Aldeia Pukanu
 AYO - Aldeia Pukanu
 (Aldeia Gorotire, 02/11/88)

Por solicitação de Paiakan, uma equipe do CEDI esteve na aldeia Gorotire assessorando os Kaiapó na formalização, documentação e encaminhamento deste convite às autoridades e demais convidados.

Visita pela culatra

Nos primeiros dias de fevereiro de 1989, uma comitiva de 40 Kaiapó de várias aldeias foi visitar as instalações da hidrelétrica de Tucuruí, a convite da Eletronorte. Ciente de que os Kaiapó preparavam o Encontro de Altamira, o objetivo da empresa era didático: mostrando aos índios o funcionamento de uma hidrelétrica acreditavam poder convencê-los dos planos traçados para o Complexo Altamira-Xingu, para

A comitiva Kaiapó, que também contou com a participação de dois Asurini, visitou as instalações de Tucuruí a convite da Eletronorte decidiu que não queria a construção de barragens no médio e alto Xingu.

o qual a Eletronorte já tinha feito todos os estudos preliminares. A comitiva Kaiapó, que incluía representantes ilustres como Raoni Metuktire, Paulinho Paiakan, Bepkun Kuben-Kran-Ken, Tutu Pombo, Kremoro Metuktire, Kanhök Gorotire, Bemoti Xikrin, Boytiê Cateté, visitou as instalações de Tucuruí, percorreu o lago formado pelo represamento das águas, alojou-se nas dependências da Eletronorte, tudo patrocinado pela empresa num ambiente de hospitaleira cordialidade. No dia seguinte o clima azedou. Durante a manhã a Eletronorte reuniu os índios num anfiteatro e projetou um filme rodado nos anos 70, por ocasião da elaboração do inventário do rio Xingu já com vistas à utilização do potencial hídrico da região. Decorridos alguns minutos de projeção, Paulinho Paiakan, erguendo-se subitamente da platéia, exigiu a sua interrupção; perplexo com as imagens que mostravam um Paiakan 10 anos mais moço, pilotando a lancha dos engenheiros e auxiliando nos trabalhos de medição, ele se deu conta da manipulação a que são submetidos pelas autoridades que se negam a esclarecer com exatidão os objetivos de seu trabalho. O diretor de Engenharia e Planejamento da Eletr



norte, José Antônio Muniz Lopes, tentou contornar a situação lendo um documento que havia sido redigido para os índios, com esclarecimentos sobre o projeto. Raoni interrompeu-o, dizendo que estavam ali para falar e não para ouvir. Cada liderança fez seu depoimento. Muniz Lopes ainda arriscou um discurso mas Raoni se retirou da sala. As 40 pastas contendo o documento intitulado **Informações às comunidades indígenas sobre os aproveitamentos hidrelétricos no rio Xingu** ficaram entregues às moscas. Somente um exemplar foi recolhido pelos índios. Paulinho Paiakan retomou a palavra para finalizar e dar o tom do que para eles era aquele encontro: "Não estamos interessados em ouvir o que vocês planejaram e o que pretendem fazer; viemos aqui para ter explicações do que vocês já fizeram: queremos saber o que foi feito das terras Parakanã e Gavião; viemos aqui para saber isto de vocês...". É porque as terras dos índios Gavião da Montanha e Parakanã foram inundadas para permitir a formação do reservatório de água da hidrelétrica de Tucuruí. (PIB/CEDI)

Kaiapó esperam índios e ecologistas

Os Kaiapó, do vale do Rio Xingu, serão os anfitriões de índios dos Estados Unidos, Canadá e Malásia, e grupos ambientalistas de vários países no encontro internacional que será realizado de 20 e 25 de feverei-

Marcos Terena, Kube-I, Paiakan e Ailton Krenak (a partir da esquerda), durante entrevista na sede da OAB-RJ, confirmam realização do Encontro de Altamira.

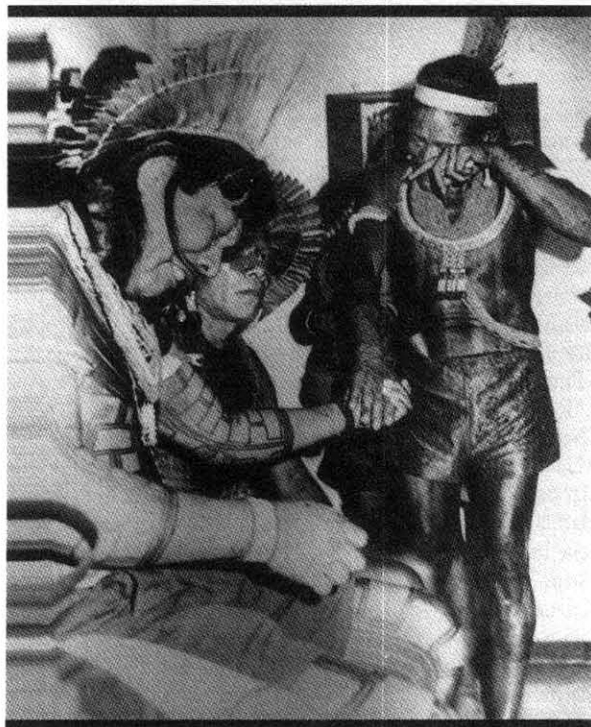


Murilo Santos / CEDI (jan/89)

ro, em Altamira, no Pará, a 740 km de Belém, para discutir as conseqüências da construção do complexo hidrelétrico Altamira-Xingu. Os índios Paulinho Paiakan, Kubeí Kaiapó, Ailton Krenaque e Marcos Terena, informaram ontem, em entrevista coletiva na sede da OAB no Rio de Janeiro, que foram enviados convites formais para a reunião às presidências da República, do Congresso Nacional, da Funai, da Eletrobrás e da Eletronorte, para os ministérios do Interior e Minas e Energia e parlamentares

de vários partidos.

Os líderes indígenas ressaltaram, na OAB, que a grande queixa dos índios afetados pelo complexo de Altamira - que a princípio inclui a construção das barragens de Babaquara e Cararaô, inundando um total de 7 mil 200 km² - é a falta de informações. Eles não sabem o tamanho dos lagos das hidrelétricas, quando elas serão construídas e menos ainda sobre o impacto que elas causarão na região. "O governo não nos dá nenhuma informação. Queremos saber se nossas terras serão inundadas e quantos índios serão atingidos", reclama Paiakan. No vale do Xingu vivem as nações Kaiapó, Arara, Parakanã, Xipaia, Araweté, Asurini, Juruna, Kaiaby, Suiá, Krenakarore e Txicão, num total de cerca de seis mil índios. (JB, 26/01/89)



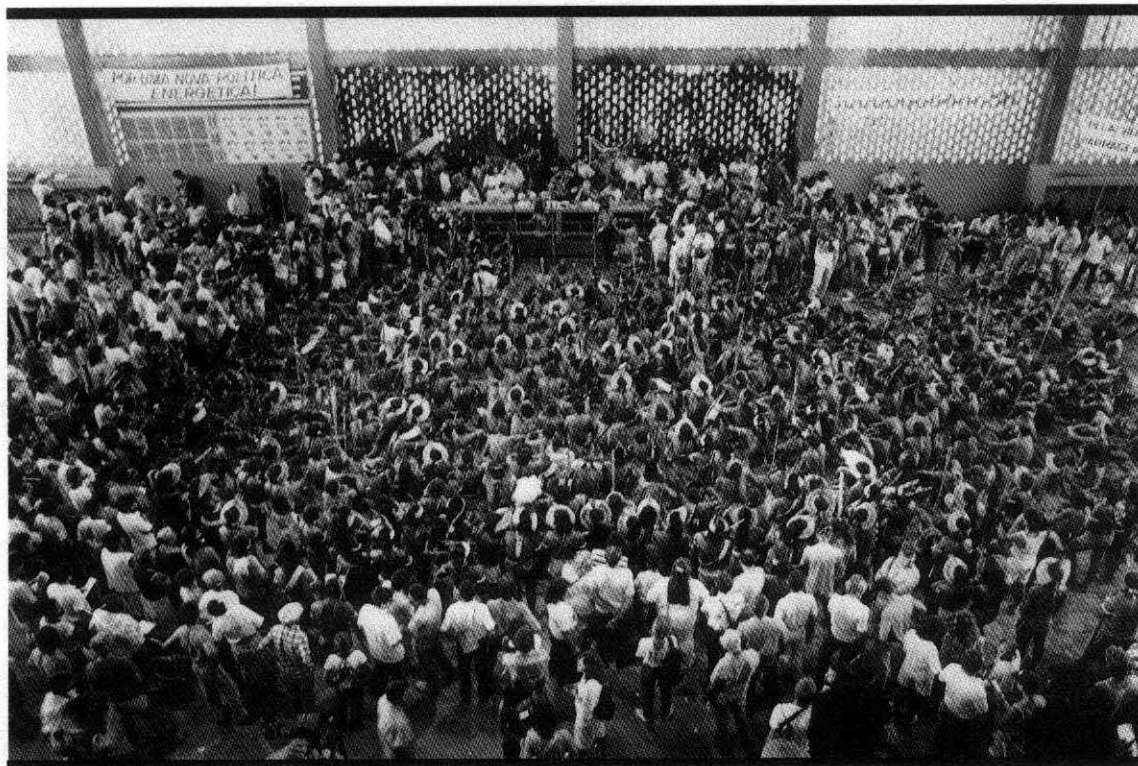
Jorge Cardoso / Jornal de Brasília - (fev/89)

A chegada de Paulinho Paiakan a Altamira foi marcada pelo frenesi da imprensa e pelo choro ritual dos Kaiapó.

Paiakan é recebido pelos guerreiros

Uma guarda de honra de 200 guerreiros Kaiapó, formando um corredor do avião até a caminhonete que o levou do aeroporto, protegeu a chegada do líder indígena Paulinho Paiakan a Altamira, onde está se realizando o I Encontro dos Povos Indígenas do Xingu - uma assembléia de nações indígenas para protestarem contra a construção do complexo hidrelétrico de Altamira. Paiakan estava em Belém, onde foi operado de uma súbita e aguda apendicite.

Cem jornalistas, brasileiros e do exterior, assistiram à majestosa chegada do chefe indígena. Paiakan desceu do avião Bandeirantes vestindo calção e cocar, adornado de pinturas rituais e mostrando os curativos da operação na barriga. Começou a chorar quando pisou a pista. Muitos dos guerreiros que o protegiam da história da imprensa também choraram. Amparados por chefes das 11 aldeias Kaiapó que vieram para o encontro, o líder cruzou devagar o corredor de guerreiros cumprimentando conhecidos. A cena deixou estrangeiros estupefatos.



Paulo Jares / Videfoto (fev/89)

O plenário do Centro Comunitário de Altamira: 650 índios, muita imprensa e observadores.

O que é o complexo hidrelétrico do Xingu Rio Xingu: jazida de megawatts

Para os índios da região ele tem importância mítica, valor histórico e de subsistência. Para as empresas produtoras de eletricidade, o rio Xingu é apenas uma fonte de megawatts. Para isso a Eletronorte contratou, em 1975, o Consórcio Nacional de Engenheiros Consultores - Cnec (ligado à construtora Camargo Corrêa), para efetuar o levantamento e estudos de viabilidade do potencial energético da bacia do Xingu. Em 1980, o Cnec entregou para a Eletronorte um relatório chamado *Estudos de Inventário Hidrelétrico da Bacia Hidrográfica do Rio Xingu*. Segundo o documento, "a melhor alternativa de aproveitamento integral do rio teria as seguintes características:

Entre as altitudes de 281 metros (norte do Mato Grosso, Parque Indígena do Xingu) e de 6 metros (próximo a Belo Monte, Pará), seriam feitos seis barramentos: Jarina, Kokraimoro, Ipixuna, Babaquara e Cararaô, no rio Xingu, e um no seu afluente, rio Iriri; - este conjunto formaria uma sucessão de "lagos" e o rio estaria então "desenvolvido" para a produção de eletricidade e com seu fluxo devidamente regularizado;

barragens projetadas	áreas ameaçadas	povos ameaçados
Cararaô	AI Bacajá	Xikrin
Babaquara	AI Arara I	Arara
	AI Arara	Arara
	AI Koatinemo	Asurini
	AI Araweté	Araweté
	Xipáia-Kuruáia	Xipáia-Kuruáia
Kokraimoro	AI Kayapó	Kaiapó-Kokraimoro
	Rio Pituiaro	Kaiapó isolado
	Rio Merure	Kaiapó isolado
Jarina	Me-Ngra-Mrari	Kaiapó isolado
	AI Capoto	Kaiapó-Metuktire
	AI Jarina	Kaiapó-Metuktire
	AI Jarina Margem Direita	Kaiapó-Metuktire
	Parque Indígena do Xingu	17 povos
Iriri	AI Arara	Arara
	AI Curuá	Xipáia-Kuruáia
	Xipáia-Kuruáia	Xipáia-Kuruáia
	Pu'ro Baixo rio Curuá	Kaiapó isolado
Ipixuna	AI Apyterewa	Parakanã

Quatrocentos e cinquenta índios estão na cidade, acampados na Chácara Betânia, onde funciona o Centro de Formação da Prelazia do Xingu, a 5 km de Altamira. Líderes indígenas de projeção nacional como Ailton Krenak, da UNI, Marcos Terena e Gilberto Macuxi estão presentes. (JB, 20/02/89)

Atingidos se organizam e criam Comissão

A Comissão Regional dos Atingidos pelo Complexo Hidrelétrico do Xingu - Cracohx, foi criada no 1º Encontro Regional dos Trabalhadores Atingidos pelo Projeto Hidrelétrico do Xingu, realizado em Altamira, nos dias 17 e 18 de fevereiro, dois dias antes do Encontro organizado pelos Kaiapó. A Cracohx foi criada com o objetivo de organizar a luta dos atingidos pelo projeto Hidrelétrico do Xingu e é coordenada pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Altamira, a CPT de Altamira e outras organizações trabalhistas. (PIB/CEDI, fev/89)

Não às hidrelétricas na Amazônia

Entre rituais, cantos e discursos, cerca de mil índios de 14 nações da Amazônia começaram a discutir os impactos que a construção da Hidrelétrica de Kararaô poderá trazer ao meio ambiente e à comunidade indígena. Pouco antes da abertura oficial do 1º Encontro dos Povos Indígenas no Xingu, no Centro Comunitário

de Altamira, o cacique Paiakan, líder Kaiapó e principal organizador do movimento, disse que o objetivo da reunião é dar um fim às decisões tomadas na Amazônia sem a participação dos índios.

Paiakan acrescentou que o índio não confia no branco, "que pensa ser o dono de tudo o que existe sobre a terra". Se depender das nações presentes no encontro, a Hidrelétrica de Kararaô jamais sairá do papel.

Além dos Kaiapó, participam do encontro representantes dos Gavião, Suruí, Xavante, Pareci, Juruna, Curuaia, Arara, Araweté, Asurini, Cinta Larga, Tikuna, Mundurucu e Potiguara. Cada uma dessas nações fez sua defesa pela manutenção da Amazônia livre de inundações causadas por hidrelétricas. Durante todo o dia, o Centro Comunitário permaneceu lotado por membros da comunidade ecológica e simpatizantes da causa indígena. Cerca de três mil pessoas, entre índios, ecologistas, populares e jornalistas, encheram o ginásio de esportes em Altamira.

Ao fim da primeira reunião, os líderes indígenas ofereceram a palavra ao Prefeito de Altamira, Armindo Denadin, e ao representante do Presidente José Sarney, Fernando César Mesquita, Presidente do Ibama. As duas autoridades defenderam o projeto de Kararaô, recebendo muitas vaias.

Fernando Mesquita disse que Kararaô evitará a construção de outras nove hidrelétricas na Amazônia. Seguindo ele, o lago da barragem terá a metade do lago de Itaipu, embora a energia produzida seja de igual

porte. Para o representante do Presidente Sarney, existem ingerências externas contra o desenvolvimento do País. (O Globo, 21/02/89)

UDR promove passeata a favor da UHE Kararaô...

No primeiro dia da reunião convocada pelos índios, o Movimento Pró-Kararaô - Moprok - que congrega entre outras instituições a UDR, a maçonaria local, a prefeitura, fazendeiros e a Associação Comercial de Altamira, organizou uma passeata a favor da construção da Usina Hidrelétrica de Kararaô. A prefeitura decretou ponto facultativo, liberando seus funcionários para participarem da passeata, que levou cerca de cinco mil pessoas que desfilaram a pé, a cavalo de carro, caminhão, ônibus, trator, pelos principais bairros da cidade, com muitas bandeiras. Houve foguetório, buzinação e batucada. Vinte cavaleiros carregando bandeiras da UDR e soando o aboio nos berrantes de chifre de boi, lideravam o cortejo. A multidão favorável à barragem deixou claro que espera benefícios concretos da construção de Kararaô, inclusive *royalties* pela exportação regional de energia. Os manifestantes carregavam cartazes que diziam "Hidrelétrica de Kararaô, solução para Altamira"; "Energia traz indústria e traz emprego"; "Somos pela ecologia com progresso e energia". (JB, 21/02/89)

Ficha Técnica do "Complexo de Altamira": Babaquara e Belo Monte (ex-Cararaô)

Pelos documentos consultados, o Complexo teria as seguintes características principais:

- estes lagos cobririam uma superfície de 1.800.000 ha e a potência firme oferecida pelo rio assim modificado chegaria a 9.500 MW; pelos índices usuais do setor elétrico, a esta potência firme pode corresponder a instalação de máquinas geradoras num total de 19.000 MW, o que representa a capacidade teórica de geração de todas as centrais operando a plena carga, e com todos os reservatórios cheios;
- cerca de 70% desta capacidade seria instalada no trecho do rio Xingu conhecido como Volta Grande, não muito distante da confluência com o rio Amazonas, onde há um grande meandro de quase 100 km de extensão; o desnível natural que aí passa dos 100 metros de altura poderia ser elevado, pelas obras, a 180 metros (70 metros no barramento de Babaquara e 90 metros em Cararaô).

O Complexo Hidrelétrico do Xingu, se for implantado, atingirá sete povos que vivem em 12 áreas indígenas, além de vários grupos de índios isolados que vivem na região.

- um lago artificial com cerca de 1.100 a 1.200 km², formado pelo barramento de Jurua, num ponto entre a foz do rio Bacajá e a cidade de Belo Monte, a 250 km da foz do rio Xingu, no rio Amazonas; num dos braços deste lago seria montada a casa de força de Cararaô, cujas águas turbinadas seriam levadas por um canal até o rio Xingu, 50 km abaixo do primeiro barramento;
- um segundo lago artificial, com superfície entre 560.000 ha e 620.000 ha formado pelo barramento de Babaquara, num ponto acima da cidade de Altamira; na versão atual do projeto, os vertedouros para escoamento de cheias e a casa de força estariam no mesmo paredão de Babaquara;
- o primeiro "lago" teria o seu espelho d'água na altitude máxima de 96 metros e o nível das águas à jusante, na saída dos vertedouros de Jurua e da central de Cararaô, oscilaria entre as altitudes de 4 a 10 metros em relação ao nível do mar; no braço do lago que vai de Jurua até o canal de Cararaô, serão necessários mais de 10 km de diques para

- conter a tendência de extravasamento das águas em direção à margem esquerda do próprio rio Xingu;
- o segundo "lago" teria o seu espelho d'água na altitude máxima de 166 metros e no sopé do paredão de Babaquara já estaria imediatamente o espelho d'água do primeiro lago (cota 96); aqui também, para conter o extravasamento, seriam necessários 37 km de diques;
- a capacidade de geração a ser instalada seria de quase 17.600 MW, sendo cerca de 11.000 MW em Cararaô (21 turbo-geradores de 525 MW) e cerca de 6.600 MW em Babaquara (18 turbo-geradores de 366 MW); os custos de investimentos são estimados, respectivamente, em 417 dólares/KW instalado e 916 dólares/KW instalado (calculados em 1978/79), somando um total de 10,6 bilhões de dólares; neste total está se considerando os juros pagos durante a construção, mas não se incluem os juros posteriores, nem os custos das linhas e instalações de transmissão de energia elétrica. (PIB/CEDI, a partir de artigo de Osvaldo Sevá em *As Hidrelétricas do Xingu e os Povos Indígenas*, CPI-SP, 1988, p. 26)

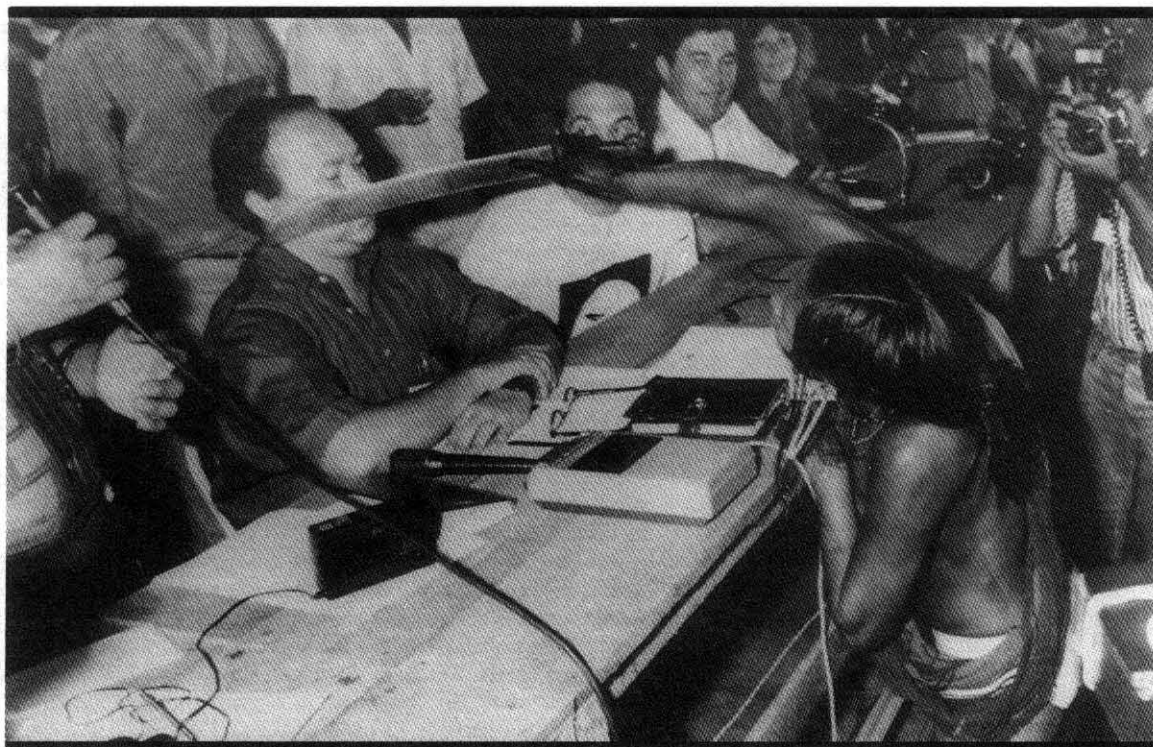


Paulo Jares / Videfoto (fev/89)

A favor da hidrelétrica, grupo de manifestantes do Movimento Pró-Kararaô - MOPROK - durante passeata, em frente a um out-door em Altamira com suas palavras de ordem.

... e sindicato, igreja católica e entidades ecológicas promovem passeata contra

Cerca de três mil pessoas participaram de um ato público contra a barragem de Kararaô no bairro de Brasília, na periferia de Altamira dia 23, um dia antes do término do encontro dos índios. A manifestação foi convocada pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Altamira e por entidades ecológicas, com o apoio da Prelazia do Xingu. Os manifestantes dançaram animados por um trio elétrico, exibindo cartazes contra a usina e uma cobra grande de pano - símbolo da resistência cultural da Amazônia. Para evitar um confronto com a população da cidade, majoritariamente favorável à barragem, o chefe Paiakan anunciou que os índios não compareceriam. Mas dois índios Metuktire juntamente com Raoni compareceram. Para os manifestantes, a Usina de Kararaô beneficiará os ricos, os comerciantes e fazendeiros da região, penalizando os índios e a população ribeirinha. (Diário do Povo, 24/02/89)



Paulo Jares / Videfoto (fev/89)

Tuira, prima de Paiakan, faz veemente discurso em Kaiapó e coloca seu facão no rosto do diretor da Eletronorte num gesto de advertência, provocando grande repercussão na imprensa e na platéia.

Kararaô vira Belo Monte

Além da presença do cantor Sting e do cacique Raoni, o 1º Encontro das Nações Indígenas do Xingu ganhou uma dimensão dramática na manhã do dia 21, quando a índia Kaiapó Tuira levantou-se da platéia e colocou um facão no rosto do diretor da Eletronorte, José Antônio Muniz Lopes, que tentava justificar a construção da barragem de Kararaô.

Tanto o diretor da Eletronorte como o representante do governo federal, Fernando César Mesquita, ficaram lívidos no momento em que o facão cruzou o ar a poucos centímetros do rosto de Muniz Lopes. O cacique Paulinho Paiakan explicou, imediatamente, que aquilo não era uma guerra mas apenas uma maneira ritual, através da qual as mulheres Kaiapó expressam sua indignação. Logo em seguida, os próprios índios explicaram aos jornalistas internacionais que iria prosseguir o ritual de descontentamento mas que não deveriam tomar aquilo como agressividade.

As mulheres entram em cena - Um outro momento importante no debate foi quando o diretor da Eletronorte, José Antônio Muniz Lopes (veja notícia "Visita pela Culatra"), anunciou que acabara de falar com o presidente da companhia e recebeu autorização para riscar o nome de Kararaô da hidrelétrica porque isto significa uma agressão cultural aos Kaiapó. Paiakan ouviu atentamente a promessa de mudança de nome e também da não-utilização de nomes indígenas em suas usinas. Em seguida, pediu aos guerreiros que mostrassem o que era Kararaô. Um grupo de guerreiros se levantou no meio do estádio, cantando furiosamente e encenando uma dança de guerra.

Todo o discurso do diretor de planejamento da Eletronorte foi entrecortado por gritos de protesto das mulheres Kaiapó e de vez em quando uma delas se adiantava, aproximava-se da mesa e brandia um facão de mais ou menos 50 centímetros diante do rosto do alto funcionário da empresa.

Em sua exposição, Muniz Lopes reiterou que as obras da hidrelétrica não terão início antes de 1994, "se houver dinheiro e o Congresso Nacional aprovar a construção". Paiakan indagou então se "os índios não existirão mais depois de 1994." (FSP, 22/02/89)

Paiakan encerra o encontro com a leitura da Declaração Indígena de Altamira.

Declaração indígena de Altamira

"As nações indígenas do Xingu, junto com parentes de muitas regiões do Brasil e do mundo afirmam que é preciso respeitar a nossa mãe natureza.

"Aconselhamos não destruírem as florestas, os rios, que são nossos irmãos.

"Decidimos que não queremos a construção das barragens no Rio Xingu e em outros rios da amazônia, pois ameaçam as nações indígenas e os ribeirinhos.

"Durante muito tempo o homem branco agrediu nosso pensamento e o espírito dos nossos antigos. Agora deve parar. Nossos territórios são os sítios sagrados de nosso povo, morada do nosso criador que não podem ser violados.

"Neste encontro dos povos indígenas do Xingu, decidimos vigiar as ações do governo para impedir mais destruição, juntar forças com o Congresso Nacional e com o povo brasileiro para juntos protegermos essa importante região do mundo, nossos territórios". (24/02/89)

Encerramento do Encontro

Com o auditório em pé e 400 índios cantando, terminou dia 24 o 1º Encontro dos Povos Indígenas do Xingu que, durante cinco dias, reuniu representantes de 24 tribos e 300 ecologistas, brasileiros e do exterior, para condenar a construção do complexo hidrelétrico de Altamira, no rio Xingu. Os índios Kaiapó, que patrocinaram o evento, encerraram-no fazendo aquilo que gostam: dançar - duas horas de coreografia da sua celebrada *festa do milho*.

A deputada Benedita da Silva (PT-RJ), que apoiou os Kaiapó, em Brasília, na elaboração do capítulo dos direitos indígenas na Constituinte, recebeu a maior consagração dos cinco dias de assembléia. Bené foi imediatamente reconhecida pelos índios ao subir no palanque; em poucos minutos de discurso, deixou o Centro Cívico de Altamira eletrizado.

Setenta organizações ecologistas, sindicais, de defesa dos direitos humanos e partidos políticos lançaram a proposta de uma Companhia Nacional em Defesa dos Povos e da Floresta Amazônica, exigindo a revisão dos projetos de desenvolvimento na região. Os deputados federais Fábio Feldman (PSDB-SP), Ademar Andrade (PSB-BA), Benedita da Silva (PT-RJ), Haroldo Lima (PC do B-BA), Neltono Friedrich (PSDB-RS), Otávio Elísio (PSDB-MG) e Tadeu França (PDT-PR) divulgaram documento "em nome de uma sociedade que quer ver cumprido o texto constitucional".

O encontro foi encerrado com a leitura da Declaração Indígena de Altamira e de uma mensagem de saudação do compositor Milton Nascimento. Cena final da apoteose Kaiapó em Altamira: Paulo Paiakan, Raoni, Marcos Terena, Ailton Krenak, vários deputados, o gordo cacique Pombo exibindo um exemplar da Constituição na mão e a deputada Benedita da Silva de cocar na cabeça. Os jornalistas estrangeiros que cobriram o evento - cerca de 150 - pareciam em transe. (JB, 25/02/89)

A'Ukre ganha avião de empresa inglesa

O cacique Paiakan, líder Kaiapó da aldeia A'Ukre, no Pará, ganhou um poderoso aliado na sua luta em de-



Murilo Santos / CEDI (fev/89)

fesa da preservação da natureza, especialmente contra a construção de barragens: chegou a Belém o avião monomotor Cessna, pilotado pelo norte-americano All Jonhson. Paiakan pretende usar o avião para atender às emergências de saúde de sua aldeia e transportar os líderes Kaiapó para as reuniões de toda a nação.

O Cessna foi doado ao líder Kaiapó pela Body Shop, empresa de cosméticos inglesa interessada em contribuir com a causa Kaiapó e ajudar os movimentos de preservação da Amazônia. Até agora, das 13 aldeias Kaiapó, apenas duas contavam com avião, segundo informou a Funai: a Gorotire e a Kikretum. (JB, 27/07/89)

Paiakan recebe prêmio

Paulo Paiakan recebeu uma medalha de honra na quarta reunião anual da *Better World Society* (Sociedade para um Mundo Melhor), entidade filantrópica dedicada às causas em prol do bem-estar da humanidade e aos problemas da ecologia. Paiakan foi premiado na categoria de "Proteção do Meio Ambiente", ao lado de Mary Allegretti, presidente do Instituto de Estudos Amazônicos. (Veja, 11/10/89)

Índio canadense quer aulas de estratégia Kaiapó

O índio Cree, Mattew Coocome, veio ao Brasil para trocar experiências de lutas com os índios Kaiapó. Visitando Paiakã em sua aldeia, A'Ukre, queria saber como os Kaiapó conseguiram evitar, através de uma grande mobilização nacional e internacional, que o governo brasileiro consumasse a construção do complexo Hidrelétrico do Xingu. O cacique canadense quer aprender a tática de mobilização dos Kaiapó para evitar que 10% de sua reserva seja inundada pela segunda fase da hidrelétrica da Baía James, no sul do Canadá, que está sendo projetada para vender energia para os Estados Unidos. "Os índios precisam ser escutados. Quem mais do que nós, os índios, conhece o funcionamento dos ecossistemas naturais?", indagou. Para ele os índios têm que participar de todas as negociações e discussões dos projetos hidrelétricos. (O Liberal, 17/06/90)

Paiakan torna-se assessor do presidente da Funai

No dia 23/10/90, o presidente da Funai, Cantídio Guerreiro, assinou a portaria nº 1027 "designando o servidor Paulinho Paiakan, ocupante do emprego de Monitor de Saúde, para exercer a função de confiança de Assessor II, da Presidência". (DOU, 25/10/90)

Baridjumoko em Altamira

Terence Turner *

Festa do milho mobiliza os Kaiapó para discutir o plano hidrelétrico para a bacia do Xingu

As observações que se seguem são baseadas em quatro semanas de convivência com os Kaiapó durante a preparação até a realização do chamado "Encontro de Altamira", em fevereiro de 89, no Pará. Meu objetivo principal foi compreender as idéias e atitudes dos Kaiapó unilíngües (lideranças e gente comum, homens e mulheres que não falam português) tanto em relação às barragens propostas pelo governo para o Rio Xingu, quanto com relação à própria reunião em Altamira. Interessei-me também pela concepção e programação do encontro enquanto uma sistematização de conceitos e esquemas da cultura tradicional Kaiapó. Considero esse aspecto fundamental para um entendimento de como os Kaiapó conseguiram mobilizar tanta gente para participar, de uma maneira entusiasmada, num evento definido como um diálogo com representantes da sociedade nacional, ainda mais considerando-se que a quase totalidade dos Kaiapó não entende português, nem outros aspectos relevantes da sociedade branca.

O essencial a este respeito é compreender como o entendimento do encontro nos termos da cultura tradicional, sobretudo do ritual, serviu para orientar e motivar os participantes unilíngües e até expressar temas e idéias análogos aos termos ideológicos do debate indigenista/ambientalista/desenvolvimentista, travado em português entre lideranças Kaiapó e membros da sociedade nacional. Em suma, é essencial compreender o encontro de Altamira não apenas como uma manobra político-ideológica nos termos do "debate amazônico contemporâneo", mas também como uma construção cultural nos termos da cultura tradicional Kaiapó.

Sob esta ótica, quero salientar quatro aspectos da concepção do encontro: (1) a armação do encontro dentro do esquema típico de uma cerimônia coletiva Kaiapó, (2) a importância cultural do ritual do milho novo, escolhido para o encerramento do encontro, (3) o significado político do mito ligado à festa do milho e (4) a função das danças, canções e atos rituais realizados diariamente durante o Encontro.

O Encontro de Altamira foi concebido essencialmente como um diálogo entre os Kaiapó e representantes do governo brasileiro sobre os planos oficiais de construção de barragens no vale do Rio Xingu. Ao mesmo tempo, foi concebido como uma demonstração à sociedade nacional e internacional do dinamismo e riqueza cultural da sociedade Kaiapó. Para atender a esses objetivos, era necessário conseguir uma adesão numerosa de Kaiapó unilíngües das aldeias. Daí o problema: como motivar esse pessoal para assistir a um debate que eles nem poderiam entender? Como dar a eles um papel significativo de participação no diálogo sem poder falar português? E, talvez ainda mais difícil, como coordenar a assistência de todas as aldeias Kaiapó (para não falar dos outros povos indígenas não Kaiapó que também foram convidados)? São estas as questões para as quais a forma ritual do Encontro foi entendida como resposta, e que veremos a seguir.

O Encontro de Altamira visto como caçada coletiva

Primeiro, é essencial entender que as grandes cerimônias Kaiapó, que proporcionam uma boa parte da consciência social na vida tradicional da aldeia, seguem o seguinte esquema geral: ritos de abertura, caçada coletiva e rito de encerramento. A caçada coletiva, que constituiu o epicentro deste enredo, consiste numa viagem prolongada pela mata (geralmente várias semanas), portanto fora do espaço social da aldeia. É seguida pelos ritos de encerramento, que têm o caráter de uma reprodução do quadro tradicional da vida social. O Encontro de Altamira foi planejado para cair, cronologicamente, logo depois dos ritos iniciais da festa do milho, celebrados em todas as aldeias. A escolha do rito final da festa, o *baridjumoko*, como ato de encerramento do Encontro, implicou assim, em termos do esquema tradicional, no enquadramento da viagem para Altamira como um equivalente da caçada coletiva. Ou seja, a mudança de espaço da sociedade Kaiapó, imprescindível para sua reordenação comunal na cerimônia de encerramento. O Encontro em si compartilhou o caráter do rito final: um ato coletivo de afirmação e reprodução da sociedade Kaiapó.

Resta explicar porque a festa do milho novo foi escolhida para desempenhar este papel de armação do ritual do Encontro. Em primeiro lugar, a festa do milho é a única que todos os grupos Kaiapó realizam na mesma época do ano. Em segundo lugar, é importante compreender que a festa do milho novo não é

(*) professor de Antropologia da Universidade de Chicago que faz pesquisa entre os Kaiapó desde a década de 60.

somente um rito agrícola, uma mera celebração da colheita de milho. A festa começa com a oferta das primeiras espigas de milho maduro pelas mulheres da aldeia a seus irmãos, netos fraternais e filhos adultos. Porém, a festa do milho é também um rito de passagem para jovens de ambos os sexos. Antes da maturação das espigas, quando as plantas atingem a altura de um metro, os homens jovens fazem um corte de cabelo em todas as moças não casadas da comunidade. Estes cortes de cabelo são a marca principal da classe de idade das moças solteiras. Mais tarde, quando a festa propriamente dita começa, com a primeira colheita e oferecimento das espigas maduras pelas mulheres, começa também a iniciação dos jovens, ou seja, a mudança deles das casas das suas mães na periferia da praça da aldeia para a casa dos homens no meio da praça. O rito de encerramento da festa, o *baridjumoko*, se define essencialmente como a meta simbólica deste processo de iniciação, aliás um passo crucial na vida de todo homem Kaiapó.

Em terceiro lugar, estes dois aspectos simbólicos da festa, são articulados dentro de um esboço mais geral da apropriação de poder natural pela sociedade humana. O ato final dos ritos de comício da festa, logo antes da saída da comunidade para a caçada coletiva, é o corte de uma árvore grande na mata e o transporte da tora (em parte descascada e pintada) nos ombros dos homens para o meio da praça da aldeia. Uma árvore grande encarna a força natural do crescimento; o seu corte, decoração e deslocamento pelo centro da aldeia simboliza a cooptação pela sociedade desta força natural. Esta cooptação, somente possível pela ação coordenada de toda a sociedade, toma duas formas paralelas e interdependentes da produção da roça e a socialização de moças e rapazes.

A festa do milho como resposta aos prejuízos trazidos pelas hidrelétricas

A festa do milho pode assim ser entendida de maneira geral como a expressão da visão cultural Kaiapó da natureza da "produção social", ou seja, da natureza da sociedade como um processo de produção. "Produção" neste sentido cultural é vista não como uma atividade puramente "econômica" voltada somente a prover meios de subsistência, mas sim como um processo global que abrange a "produção" da subsistência material (representada pelo milho como produto da roça) e a "produção", ou socialização, de "novas" pessoas sociais. As duas dimensões ficam enquadradas como manifestações complementares do processo fundamental da transformação de forças naturais de propagação e crescimento, por ação coletiva, pela reprodução da sociedade. O propósito da cerimônia, visto nestes termos, é de impor a forma própria de coordenação nestes três aspectos do processo da auto-produção da sociedade humana, vistos como interdependentes. Nesta perspectiva, a festa do milho proporcionou uma resposta muito efetiva em termos da cultura Kaiapó ao desafio lançado pelo projeto da Eletronorte, isto é, as barragens do Xingu. Pelos padrões Kaiapó, eles ficaram enquadrados como manifestações de um processo de produção, no qual um aspecto (a produção de energia, ou seja, de subsistência) entra em contradição com o aspecto complementar, digo a produção da sociedade humana em si mesma, e vem aniquilá-lo pois destrói as comunidades indígenas e ribeirinhas da região.

O ritual da festa do milho é ligado a um mito que conta a origem do cultivo do milho. Segundo este mito, os antepas-

sados das tribos contemporâneas da Amazônia começaram como um só grupo, com uma única linguagem. Encontraram uma árvore enorme com espigas de milho em lugar de frutas. Cortaram esta árvore e colheram os grãos, que usaram para começar o plantio de milho. Mas neste momento, começaram falar idiomas diferentes e assim se espalharam nos vários grupos que existem hoje em dia. O corte da árvore ritual na festa do milho lembra o corte desta árvore ancestral, isto é, o início da produção social no sentido contemporâneo Kaiapó. Este mito foi citado várias vezes em discursos de líderes e outros Kaiapó tanto antes quanto durante o Encontro de Altamira, como um protótipo de reintegração, e subseqüente redispersão, das várias aldeias e grupos que assistiram o Encontro. Tornou-se um quadro ideológico para a tarefa delicada de coordenação de grupos autônomos e até mutuamente desconfiados no projeto comum do Encontro.

Não foi somente a festa do milho que providenciou as formas rituais da participação da massa dos Kaiapó nos procedimentos diários do Encontro. A programação de cada dia tomou a forma duma dialética entre danças e canções coletivas, por um lado, e pelo outro, discursos em português dos líderes do plenário e da mesa (vários dos quais também falaram em Kaiapó, ou traduziram trechos dos discursos em português para Kaiapó). Estas ações coletivas, coordenadas pelas formas de ritual tradicional, foram uma forma efetiva através da qual a massa Kaiapó unilíngüe presente a Altamira pode manifestar sua participação e sua reação aos discursos no plenário do encontro. Constituíram-se numa solução efetiva ao problema de encontrar uma média de participação significativa pelos Kaiapó unilíngües de cultura tradicional, num evento altamente contemporâneo e ideologicamente sofisticado. (fev/90)

Parakanã: madeireiras fazem o serviço da Funai

Carlos Fausto *

Funai paga serviços de demarcação física provisória da AI Apyterewa com recursos obtidos através de acordo com madeireira

A região xinguana e os grupos indígenas que nela habitam entram, enfim, na mira do “desenvolvimento” nacional seja sob o patrocínio do Estado ou sob o manto da impunidade. No caso dos grandes projetos de aproveitamento do potencial hídrico, assistimos uma forte reação da sociedade civil e das populações atingidas diretamente pela construção das barragens. O Estado é chamado a dar explicações e não pode (mais) se furtar de fazê-lo. Não é o que ocorre, contudo, com os inúmeros casos de exploração ilegal de recursos vegetais e outras riquezas em área indígena por empresas privadas. Estes, normalmente, permanecem “perdidos na selva” ou são denunciados quando já são fatos consumados.

Foi o que se deu nas áreas Araweté e Apyterewa-Parakanã no ano de 1988. Duas grandes madeireiras, a Exportadora Perachi Ltda. e a Madeireira Araguaia S.A., construíram uma estrada partindo da “cidade-serraria” de Tucumã, cortando cerca de 240 km de florestas em direção às nascentes do Rio Bacajá onde foram instaladas várias bases de apoio para a retirada de mogno. Com a infra-estrutura montada desde 1986, onde se incluíam várias pistas de pouso - uma no médio curso do Igarapé Ipixuna na área Araweté, outra num afluente da margem direita do Bom Jardim na área Apyterewa, outras no “corredor Xingu-Bacajá” (entre elas o acampamento principal da Perachi que fazia limite com a área Parakanã) - estas empresas retiraram milhares de metros cúbicos de mogno até serem descobertos em abril de 1988 quando, após rumores surgidos na região, os próprios índios orientados pelo Sr. Gerson dos Reis Carvalho, chefe do Posto Apyterewa, resolveram checar o que vinha acontecendo.

Funai intermedia negociações

A partir daí iniciou-se um processo de negociação entre essas empresas e a Funai nas pessoas do Sr. Salomão Santos, Superintendente da 4ª Suer, e do Sr. Antonio Pereira Neto, Administrador da ADR-Altamira. No entanto, apesar de terem invadido ilegalmente áreas indígenas e terem devastado uma extensa área de floresta do IBDF (a autorização para desmatamento de três lotes de propriedade da Exportadora Perachi Ltda. só foram expedidos no dia 27 de maio de 1988 de acordo com o Proc. 001506/88 DE/PA), estas empresas acabaram por se colocar numa posição de força.

Em primeiro lugar, as áreas não estão demarcadas (a AI Araweté o está sendo agora, como fruto do acordo com as madeireiras; a AI Apyterewa terá uma nova proposta de delimitação já que a área interditada não oferece mínima proteção ao grupo) e, assim, as madeireiras afirmavam não poder conhecer seus limites. Argumentaram também que o mogno derrubado provinha do “corredor Xingu-Bacajá”, faixa que, apesar dos esforços de alguns, continua fora da jurisdição da Funai. Por outro lado, uma vez decidido por este órgão que as árvores já cortadas deveriam ser vendidas, só as empresas invasoras tinham condições de comprá-las já que controlam a estrada que parte de Tucumã. Além disso, o trabalho de cubagem da madeira e fiscalização feita por funcionários da ADR-Altamira dependia da infra-estrutura e das aeronaves dos próprios infratores.

O resultado deste processo concretizado em reunião na 4ª Suer no dia 11/11/88 foi o pagamento correspondente a 7.500 m³ de mogno, a 5 OTN/m³, às comunidades indígenas Parakanã e Araweté, descontando-se sobre este valor os gastos com o trabalho de medição e com trabalho de delimitação da AI Apyterewa (veja box). As empresas se comprometeram a pagar a demarcação da AI Araweté, o que vem sendo feito no presente momento.

Para além dos valores monetários que correspondem à madeira retirada no verão de 1988, os prejuízos dos grupos indígenas da região são e serão inestimáveis. A estrada é a ponta-de-lança da ocupação predatória do corredor que separa as áreas da margem do Xingu da área Xikrin do Bacajá. Esta faixa de terra onde estão as nascentes de vários cursos d'água, deve

(*) mestrando em Antropologia no Museu Nacional/UFRJ; este artigo foi feito a partir de carta enviada pelo autor ao Boletim da ABA, nº 6, 1º semestre de 1989

Delimitação gastou menos de 10% do dinheiro pago pelas madeiras

Ao todo foram ilegalmente retirados das áreas Apyterewa e Araweté cerca de 7.500 m³ de mogno, 615 m³ pela madeireira Maginco e 6.885 m³ pela Perachi. Essas empresas aceitaram pagar, como indenização, o valor de cinco OTNs por m³, o que deu um total de Cz\$ 141.552.080,00, ou o equivalente a US\$ 241.305,00 segundo a taxa do câmbio oficial no final de novembro de 1988, ou US\$ 147.835,00 no paralelo.

Os serviços de demarcação física da AI Apyterewa, que está legalmente interditada pela Portaria Funai/PP 3632 de 06/11/87, ficaram em Cz\$ 10.183.930,00. O restante do dinheiro (Cz\$ 131.866.150,00) teria sido igualmente dividido entre os Araweté e Parakanã e depositado entre dezembro de 1988 a janeiro de 1989 em duas Cadernetas de Poupança (de números 100.026.400-6 e 100.026.402-2, respectivamente) na agência do Banco do Brasil de Altamira, em nome dessas comunidades indígenas, mas administrado pela ADRA/4ª Suer/Funai. Esse total, depositado em nome dessas comunidades indígenas, equivalia pelo câmbio de novembro de 1988, a cerca de US\$ 137.719,22 no paralelo e US\$ 224.793,50 no oficial. (PIB/CEDI, set/90, a partir de relatórios da 4ª Suer/Funai)

ser interditada se quisermos garantir a sobrevivência cultural dos grupos indígenas e preservar o ecossistema. No contexto regional não se pode desvincular a questão da barragem de Kararaô da luta pela criação da AI Xingu-Bacajá; do ponto de vista global reconhecer o direito da sociedade de ser ouvida sobre os destinos da Nação, implica também que empresas flagradas em atividades ilegais sejam devidamente punidas, que as "formas da Lei" tenham mais valor que a madeira de Lei.

A CONTECEU

PARAKANÃ

Índio perde terra mas ganha verba

A comunidade indígena Parakanã (250 índios), que foi obrigada a se transferir de suas antigas reservas em face do alagamento de parte delas pelo reservatório da usina hidrelétrica de Tucuruí, será ressarcida em dinheiro e projetos de assistência pelo período mínimo de cinco anos, até que adquira autonomia e autogestão sobre suas necessidades de sobrevivência. Isto é o que ficou acertado através de convênio assinado pelo presidente da Funai, Romero Jucá Filho, e o presidente da Eletronorte, Miguel Rodrigues Nunes, com valor inicial estimado em seis milhões de cruzados, totalmente financiados pela empresa energética.

O Programa de Apoio à Comunidade Parakanã, criado pelo convênio Funai/Eletronorte, é dividido em três etapas: uma, para execução imediata, como resposta às inquietações dos índios; outra, com ações a médio prazo, decorrentes de estudos específicos para a implantação de atividades sanitárias, educativas e

econômico-produtivas; e uma terceira, com recursos previstos no mesmo valor da etapa anterior, a ser programada na época, com participação direta da comunidade e após uma avaliação das etapas executadas. (Correio Braziliense, 27/03/87)

Surto de malária

Um surto de malária do tipo *falciparum* atingiu na semana passada 65 dos 140 índios Parakanã, do Posto Indígena Apyterewa, na cabeceira do Bom Jardim, no Pará, provocando a morte do garoto Txiamia Parakanã, de 10 anos. Apesar de informada sobre a gravidade da situação, a Administração Regional da Funai, sediada em Altamira, só mandou um barco - voadeira - para o local. Txiamia morreu sob o sol do médio Xingu e dezenas de outros índios foram internados em Altamira.

Foi o maior surto no Posto Apyterewa desde a pacificação dos Parakanã ocorrida há quatro anos e veio denunciar a precariedade do sistema de saúde que hoje é colocado à disposição dos índios da região pela Funai. (Correio Braziliense, 05/08/87)

Levantamento de limites

A 4ª Suer da Funai dará início, na primeira quinzena deste mês, aos trabalhos de delimitação da Área Indígena Apyterewa, à margem direita do rio Xingu, no município de Altamira.

Essa área foi interditada no ano passado, por uma portaria da presidência da Funai, e abrange 266 mil e 800 ha, habitados por cerca de 150 índios da tribo Parakanã, tendo como limites naturais o igarapé Bom Jardim, a serra Bacajá e o rio Bacajá.

Os trabalhos de delimitação da AI Apyterewa estão sob a coordenação da Divisão Fundiária da 4ª Suer, chefiada pelo engenheiro agrônomo Flávio Ohashi, e contará com a participação, além de técnicos da 4ª Suer - um agrimensor e uma antropóloga - de um técnico agrícola do Mirad e um agrônomo do Iterpa, com uma previsão de 30 dias para os trabalhos de delimitação da área. (O Liberal, 02/07/88)

ARARA

Índios e posseiros vítimas do descaso

Há pouco mais de um mês, o índio Arara Muté irrompeu, sem agressão, na casa de um posseiro invasor da área indígena, na altura do Km 90 da Transamazônica, no trecho Altamira-Itaituba. O lavrador chegou ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Medicilândia com a flecha dos Arara na mão. Aumentou o medo que os colonos da Transamazônica tem dos Arara. Dois dias depois, em 25 de setembro, o Sindicato decidiu organizar um acampamento em frente à Delegacia do Mirad, na localidade de Brasil Novo, Km 46 da Transamazônica. Os colonos, em número de 500 aproximadamente, continuam acampados no local até hoje, à espera de providências pela situação de impasse no remanejamento dos invasores da área Arara.

O povo Arara, de língua Karib, constitui-se de vários grupos locais, entre os quais alguns ainda isolados. Os grupos que habitam a área em conflito foram contatados pela Funai entre 1981 e 1983, e contam hoje com uma população de cerca de 90 indivíduos, distribuídos entre duas aldeias e o Posto.

Desde o início de setembro, os Arara que moram junto ao Posto de Vigilância que a Funai mantém perto da Transamazônica, constataram que novos invasores estavam entrando em suas terras e derrubando a mata para plantar roças. É nessa porção norte da AI Arara, com 235.600 ha atualmente em fase de demarcação, que se concentram a maior parte dos ocupantes não-índios, somando mais de 2.000 pessoas instaladas ao longo das 17 vicinais da Transamazônica, com mais de 10.000 ha derrubados para plantio e extração madeireira. Diante da denúncia dos índios, o funcionário do Posto de Vigilância revelou-se impotente para tomar qualquer medida. Ele e sua família já tinham sido ameaçados de morte, caso se opusessem à decisão dos invasores. Situações constrangedoras como essa e como a invasão do Posto por pessoas fortemente armadas vêm se repetindo há algum tempo. Terminada a fase de "atração", a Funai reduziu o número de funcionários na área de 40 para 5 e, com isso, perdeu totalmente o controle das invasões.

Diante da situação, foi o índio Txoitxi quem decidiu averiguar quem eram e onde os novos invasores estavam desmatando: foi recebido a tiros, disparados na direção de seu filho. De volta ao Posto, Txoitxi pediu - através do rádio da Funai - que todos os adultos da aldeia Laranjal (situada ao sul da área Arara, próxima ao Iriri) viessem até o posto para providenciarem, por próprias forças e meios, a retirada dos invasores.

A recente retomada das invasões nas terras dos Arara corresponde ao fim da "trégua", seis meses após o acordo entre o Sindicato de Medicilândia, a Funai e o Mirad. As promessas de reassentamento feitas na-

quela ocasião não foram cumpridas e, desde então, os lavradores reivindicam providências. A posição do Sindicato, apresentada na reunião de março de 88, é de que os lavradores estariam dispostos a um entendimento, aceitando deixar a área indígena no caso de um remanejamento para terras produtivas, em módulos adequados, isto é "fora do quadrado burro do Incra". Afirmaram ainda que só deixariam a área indígena em troca de indenização de benfeitorias consideradas "de boa fé". Na mesma ocasião, os ocupantes da área indígena se comprometeram a não mais plantar dentro da área. Em face dessa proposta, a Funai se comprometeu em não retirar os invasores sem a garantia do reassentamento e, através da Exposição de Motivos 001 de 16/03/88, o então presidente da Funai Romero Jucá Filho, liberou duas porções do território tradicional dos Arara, cedendo-as ao Mirad para fins de reassentamento: a AI Arara II, situada ao norte da Transamazônica, e parte da AI Arara interditada em 1985, a oeste da área atualmente em fase de demarcação. Por outro lado, a Funai já se comprometeu a pagar as indenizações, calculadas desde dezembro de 1987.

José Antonio Degase, um dos lavradores do Sindicato que participavam de uma manifestação na sede da Funai no início de novembro, disse ao **Aconteceu**, por telefone, que os "índios têm direito do que é deles, têm que pressionar a Funai, que já cedeu, e o Mirad que já obteve da Funai".

Esta posição, porém, não faz unanimidade. Os Arara, de fato, não admitem perder mais porções de suas terras, ocupadas ilegal e violentamente pelos invasores. O território Arara, cujos limites foram redefinidos por um grupo de trabalho da Funai em 1986, sofre ainda de indefinições e erros nos documentos de interdição, confusões quanto a nomes e localização dos igarapés tomados como limites, criando uma situação juridicamente duvidosa que permite reivindicações exógenas sobre a área indígena. (Dominique Gallois, out/89)

Funai desaloja posseiros

O Mirad e a Funai vão deslocar 486 famílias de posseiros da área indígena dos Arara, no município de Prainha (PA), próximo a Altamira, nas margens da rodovia Transamazônica. "Concordo integralmente com a Funai sobre a remoção dos posseiros, pois se alguém tem que sair são eles, que chegaram depois dos índios", afirmou o ministro da Reforma e Desenvolvimento Agrário, Jäder Barbalho. De acordo com o presidente interino da Funai, Daniel Marques de Souza, restam somente 83 membros da "Nação Arara", que foram julgados com a construção da Transamazônica. Muitos morreram de gripe, pois não tinham anticorpos. Os posseiros serão reassentados em duas áreas que serão transferidas da Funai para o Mirad. (Correio Braziliense, 17/03/88)

Bispo denuncia invasão do território Arara

O presidente do Cimi e bispo do Xingu, dom Erwin Krautler, denunciou que os últimos 100 índios Arara, na rodovia Transamazônica, a 75 quilômetros de Altamira, estão ameaçados de extinção devido à invasão de 2 mil colonos em suas terras. Os agricultores estão dispostos a se retirar, se o Mirad lhes assentar em outro local. Para reivindicar providências, no dia 25, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Medicilândia deverá iniciar um acampamento em frente à delegacia do Mirad, na localidade de Brasil Novo, Km 46 da Transamazônica, trecho Altamira-Itaituba. "Se o Mirad não tomar providências imediatas, será responsável pelo rápido extermínio destes índios", sentenciou dom Krautler. Segundo ele, a Funai e os representantes do Ministério já se reuniram diversas vezes para decidir sobre a retirada dos invasores. Em março, o então ministro Jäder Barbalho se comprometeu a acelerar o processo de reassentamento, mas não cumpriu a promessa. Na opinião do presidente do Cimi, os Arara são os índios mais sofridos da região do Xingu. "Já antes da construção da Transamazônica, muitos deles morreram eletrocutados nas cercas eletrificadas por frentes de colonização, ou envenenados por alimentos presenteados pelos brancos", relembrou. Dom Krautler acrescenta que naquele tempo (início da década de 70) ouviam-se gritos ensurdecedores na selva: "Bastava um colono desconfiar que seu cachorro havia sido ferido pelos índios, mobilizavam-se as forças policiais para perseguir os Arara", conta o bispo. (Correio Braziliense, 22/10/88)

Colonização gera conflito

Em Brasil Novo, 46 Km da cidade de Altamira, numa área de colonização da Funai, a coisa está ficando preta, existindo o risco de um conflito armado envolvendo posseiros e policiais. A situação é resultado de uma briga que já dura cinco anos, desde que a reserva dos Arara foi invadida por posseiros, sem que o Mirad tomasse alguma providência. Com o passar do tempo o problema está se agravando e já foram registrados choques armados entre posseiros e policiais. Uma comissão está tentando alguma solução rápida do governo para acabar de vez com o conflito. (Notícias Populares, 04/11/88)

Funai cede terras dos Arara ao Mirad

Através da Exposição de Motivos 001 de 18/03/88 encaminhada ao Mirad, o presidente da Funai, Romero Jucá, propõe a cessão da AI Arara II, com 46.232 ha interditados em 83, tendo em vista que o grupo local Arara que habitava a área foi transferido para a AI Arara I, ao sul da Transamazônica. O documento propõe também a cessão de parte da AI Arara interditada

em 1985 e que se destinava à proteção de outro grupo Arara. Como este grupo foi contatado pela Frente de Atração Arara em 1987 na região da Cachoeira Seca, e recentemente instalado à beira do rio Iriri, Jucá propõe a cessão de 443.000 ha da área interdita, a oeste da AI Arara I, atualmente em demarcação. Os limites da área destinada aos Araras do Iriri - consistindo nos 490.000 ha restantes da AI Arara - seriam redefinidos posteriormente (veja **Arara do Iriri**). As medidas propostas no documento visam uma solução para a remoção dos invasores da AI Arara I, interdita em 1978, com 235.600 ha. De acordo com o levantamento realizado por técnicos da Funai, do Mirad e do Sindicato Rural de Medicilândia, em dezembro de 1987, há 486 ocupantes não-índios na área indígena. **(EM 001/PRES/Funai, 16/03/88)**

Invasores serão relocados

Os posseiros invasores da AI Arara deverão ser deslocados para o projeto de assentamento Surubim, distante apenas 20 quilômetros da Transamazônica. A revelação é de Jader Barbalho, ao determinar a seus assessores uma forma de reforçar os recursos que serão aplicados ao projeto, em razão de sua expansão, de 800 para 1.300 famílias.

O acordo estabelecido entre Funai e Mirad prevê que deverão ser liberados para o Mirad 489.000 ha de terras que estavam bloqueadas pela Funai para o exame prévio da área ideal destinada aos índios Arara. Além disso, as 500 famílias de posseiros que ocupam a área a ser demarcada deverão ser indenizadas através de um convênio entre os dois órgãos. **(O Liberal, 17/03/88)**

Deputado denuncia retirada de madeira

Em telex enviado ao presidente da Funai, Íris Pedro de Oliveira, o deputado estadual do PMDB/PA, Nicias Ribeiro, denunciou que está sendo "criminosamente" invadida a reserva indígena dos "Arara", situada entre os quilômetros 75 e 143, da rodovia Transamazônica, trecho Altamira-Itaituba. Segundo o deputado, a invasão está sendo feita por pessoas "inescrupulosas" e ligadas ao Mirad, que invadem a área para a derrubada de madeira de lei, especialmente do mogno.

Nicias Ribeiro observa em seu telex que centenas de árvores de mogno retiradas da região estão sendo beneficiadas numa serraria localizada ali próximo, no quilômetro 112, de propriedade do extinto Inca, hoje Mirad. Após serrado em pranchas, o mogno, continua o deputado, estaria sendo transportado para uma indústria de móveis de Brasília, de propriedade de um alto funcionário do Mirad que administra a usina Abraham Lincoln. O deputado apela para que a Funai tome as devidas providências imediatamente, para salvaguardar os interesses e direitos dos índios "Arara" e

responsabilizar os infratores, pois, segundo ele, estaria sendo usada uma serraria de propriedade do governo. **(O Liberal, 10/11/88)**

Arara expulsam colonos

Um grupo de 20 índios Araras expulsou cerca de 100 colonos da parte norte de suas terras, cortadas pela Transamazônica e localizadas entre os municípios de Uruará, Altamira e Medicilândia, na região central do estado. A expulsão ocorreu anteontem, quando os índios, armados de espingardas, arco e flecha e bordunas, queimaram as casas e plantações dos agricultores e mataram os animais. Ontem, em represália, os colonos incendiaram duas pontes sobre o Rio Mutum, interrompendo o tráfego na estrada de acesso à reserva. Os agricultores também estão armados e a Funai, temendo outro conflito, pediu a intervenção da PF.

Quatrocentos índios Araras vivem restritos à parte sul da reserva, desde que ela foi cortada pela Transamazônica. Com a concentração dos Araras na parte sul, o norte da reserva - com cerca de 1.500 ha e 27 km de extensão - foi invadido em 86 por colonos. A partir daí, começaram os conflitos. Em 87, a PF expulsou os agricultores, mas eles voltaram à região logo depois. Em meados do ano passado, os índios se encarregaram sozinhos de expulsá-los novamente e os colonos promoveram outra invasão meses depois.

Os Araras estão acampados na região, dispostos a impedir a volta dos agricultores. Na tentativa de evitar um confronto, garimpeiros improvisaram uma ponte sobre o Rio Mutum para liberar o tráfego. A área de conflito fica a 55 km de Uruará, município de 22 mil habitantes, que vive basicamente do cultivo de pimenta-do-reino e cacau. **(JB, 16/09/89)**

Funai define área Arara

A reserva indígena da tribo dos Arara terá 301.600 ha. A área foi definida pela Funai, que iniciou ontem o processo de licitação pública para escolha da empresa que fará a demarcação do território dos Arara, onde vivem 250 índios, localizado a 1.500 km de Belém, entre os municípios de Uruará, Medicilândia e Altamira. Por não ter sido ainda demarcada, a área indígena foi ocupada há três anos por colonos, que serão indenizados pelo Governo. Além disso, a Funai repassou ao Inca 400 mil ha de terras que estavam ociosas para o reassentamento de 100 famílias de colonos que foram expulsos da reserva pelos índios.

O conflito entre índios e brancos provocou a interdição da rodovia Transamazônica desde o final de semana, quando os colonos incendiaram a ponte sobre o rio Mutum entre os municípios de Uruará e Medicilândia, para chamar a atenção das autoridades federais, e montaram um acampamento no local.

(Correio Braziliense, 20/09/89)

Colonos suspendem bloqueio

O administrador da Funai em Altamira, no Pará, Dimas Valencise, e cinco agentes da PF conseguiram convencer os colonos expulsos da reserva dos Araras a suspender o bloqueio no Km 127 da rodovia Transamazônica. O bloqueio foi iniciado depois que os índios expulsaram os colonos de suas terras na quarta-feira da semana passada. Os colonos receberam do Inca a promessa de que serão assentados em breve e a Funai garantiu que pagara indenização aos que perderam casas e animais durante a ação dos Araras. Após o acordo, os colonos ajudaram a construir uma nova ponte provisória sobre o Rio Mutum, na divisa entre os municípios de Uruará e Medicilândia, restabelecendo o tráfego parado há uma semana, desde que eles queimaram a ponte ali existente. **(JB, 21/09/89)**

Os Arara ganham liminar contra invasores

Os invasores da reserva dos índios Arara, localizada no município paraense de Altamira, na região da rodovia Transamazônica, terão que ser retirados. O juiz Daniel Paes Ribeiro, da 4ª Vara da Justiça Federal do Pará, concedeu medida liminar em ação de reintegração de posse contra as invasões, proposta pela Funai através do Ministério Público Federal. Dois agentes da PF deverão acompanhar um advogado da Funai e um oficial de justiça para garantir o cumprimento da decisão. O clima é de tensão entre os invasores e os índios. A reserva dos índios Arara tem 235 mil ha e desde a abertura da rodovia Transamazônica, no início da década de 70, os Arara vêm enfrentando problemas com a invasão de suas terras. Em 1981, parte da reserva foi ocupada por pequenos agricultores. Mas a partir de 1988 a invasão começou a ser feita por madeireiros, interessados na retirada da madeira-de-lei existente em grande quantidade na reserva, sobretudo o mogno com o que os índios não concordaram. **(Correio Braziliense, 26/05/90)**

Transamazônica é bloqueada por posseiros expulsos das terras dos Arara

A rodovia Transamazônica foi bloqueada no dia 12 de junho, entre Uruará e Medicilândia, por cerca de 400 famílias de posseiros, despejadas das terras dos índios Arara. O despejo foi realizado por homens da PF para cumprirem uma decisão da Justiça Federal em atendimento a uma ação da Funai. Há mais de cinco anos os colonos invadiram a reserva dos Araras, a 40 km de Medicilândia. Em setembro do ano passado, estes índios saquearam várias casas dos posseiros, incendiaram outras e determinaram que nenhum branco poderia ficar do lado direito da estrada Transamazônica que corta a reserva. Os posseiros acamparam perto de um igarapé e destruíram a ponte provocando grande

engarramento na estrada, apesar do tráfego ser pequeno. Agora eles voltaram ao mesmo local e tornaram a bloquear a estrada na altura do km 130. (O Liberal e Correio Braziliense, 13 e 14/06/90)

Sertanista acusa deputados de incentivarem invasão

O sertanista Sidney Possuelo, chefe da Coordenadoria de Índios Isolados da Funai, denunciou ontem que os deputados Fausto Fernandes e Nícias Ribeiro (PMDB/PA), estão incentivando agricultores da Transamazônica a retardarem o processo de demarcação da reserva indígena dos Arara, nos municípios de Altamira e Senador José Porfírio. Segundo o sertanista, os dois deputados, em manobra "puramente eleitoreira", estão insuflando centenas de trabalhadores rurais contra a tentativa de técnicos da Funai de demarcação da área indígena. (JB, 20/08/90)

ARARA DO IRIRI

Isolados procuram o contato no Iriri

Entre o km 337 da Transamazônica e o rio Iriri, um grupo de índios arredios faz seus primeiros contatos com o homem branco. Sydney Possuelo constatou, surpreso, que o grupo tem características diferentes das de todos os índios que ele já contactou. Os índios apareciam após seis longos anos de espera e falavam alto. Diferentes dos Arara contactados em 1981, "que falam para dentro, engolindo a voz". Eles não usavam palhas de babaçu enroladas no pênis, não tinham pauzinhos atravessados no nariz ou qualquer outro adorno. Eram altos, bem brancos e peludos.

A primeira visita dos índios ao Iriri ocorreu dia 1º de julho. Já haviam passado pelo acampamento da Frente de Atração Arara no igarapé Liberdade, a quase um dia de viagem dali, no início do ano, mas nunca haviam se aproximado do Iriri. No dia 9, eles voltaram num grupo de 11 pessoas. Três dias depois trouxeram muitos presentes. Eram cinco homens, cinco mulheres e oito crianças. As duas últimas aproximações desses índios se deram nos dias 15 e 18 de julho, em grupos bem maiores. Eles chegavam sempre gritando e chamando pelos mateiros. Armados com porretes que serviam mais para o encorajamento que para o ataque, os índios permaneciam todo o tempo da visita vigiando os movi-

mentos dos mateiros. Cada índio se mantinha ao lado de um mateiro e só o deixava na hora da saída. Prometeram voltar. (Correio Braziliense, 12/08/87)

Primeiras notícias dos Arara do Iriri

Em julho de 1987, a Frente de Atração Arara estabeleceu contato pacífico com um grupo isolado na AI Arara interdita em 1985. A presença deste grupo era conhecida dos sertanistas desde o início dos anos 80, quando a FAA realizou três expedições para localizar as aldeias e a área de ocupação indígena na região dos igarapés Cachoeira Seca e Liberdade, na margem esquerda do rio Iriri. Durante esse período, a identificação do grupo se manteve confusa, uma vez que os objetos recolhidos pelos sertanistas os levaram a identificar os índios como "Tupi", devido à "simplicidade" de seu equipamento. Ao longo desses anos, os índios deixaram sinais de sua presença em locais muito distantes. As informações eram transmitidas à Funai por mariscadores, garimpeiros e madeireiros, que percorrem a região, dando a medida do grande fluxo de ocupação regional nas terras habitadas pelos índios isolados. Os índios reagiram à presença dos invasores, mudando freqüentemente suas aldeias, evitando zonas de ocupação mais densa, na faixa norte de seu território, já loteada numa extensão de 100 km e habitada por centenas de colonos. O percurso do grupo Arara teria sido o de um recuo desde as cabeceiras do Curuá-Una rumo a sudoeste, quando passam a deixar sinais no igarapé Cachoeira Seca e Liberdade. Ali, por volta de 1981, madeireiros abriram uma grande picada, obrigando os índios a novo desloca-

mento. Mais recentemente, ainda se deslocaram rumo a leste, devido à presença de garimpeiros.

Após uma primeira fase em que evitaram o contato, os índios passaram, a partir de 85, a aceitar a aproximação, retribuindo sistematicamente os brindes que os sertanistas da FAA deixavam nos tapiris entre a Base da Funai no Iriri e o igarapé Cachoeira Seca. (PIB/CEDI)



Milton Guran / Agil (set/87)

Funcionários da Funai, componentes da Frente de Atração Arara, oferecem presentes aos Arara do Iriri.

O tempo do jaboti

Eduardo Viveiros de Castro *

É tempo de cerimônia do jaboti. Enquanto isso, a clareira vizinha à aldeia é uma ameaça da qual os Araweté não se dão conta porque ninguém lhes avisou o que ela pode significar

Cinco exatos anos depois, subo novamente o barranco da aldeia do Ipixuna, para o meio dos Araweté. Vivera de qualquer forma no meio deles estes cinco anos, escrevendo sobre eles, falando deles; mas ao vivo, voltando, é como se os tivesse deixado há cinco minutos. Eu só tinha esquecido das oito horas puxando canoa sobre os lajeiros do Ipixuna, seco como sempre na véspera do inverno amazônico: galharia baixa, água preta e fria, pedral liso, pacus comendo fruta, e a gente arrastando aqueles seiscentos quilos de mogno rio acima.

Tudo igual, ou quase: *Tatuawi* que estes cinco anos transformaram em jovem pai de família, logo me aponta uma cicatriz na mata ribeirinha, pouco depois de termos deixado o Xingu e entrado no Ipixuna. É o picadão aberto pelo Cnec, a companhia que prepara a construção das hidrelétricas do Xingu; os prenúncios do dilúvio vão-se acumulando. Mas os Araweté não sabem direito tudo o que vem aí atrás do picadão, e ainda não perderam o sono por causa dos brancos. Mesmo porque ninguém se deu ao trabalho de lhes informar: nem a Funai, nem o Cnec acharam necessário comunicar aos donos da terra que esta terra vai para debaixo d'água - e o que não for, estará cada vez mais ameaçado de rapina.

Então a vida continua, do jeito Araweté, que não perderam nem o sono, nem a vontade viver. Eram 136 em fevereiro de 1983, hoje são 168. Três mulheres e quatro crianças morreram neste período, mas 35 crianças novas vieram aumentar a confusão alegre que reina no Ipixuna. Para esta gente miúda, sou um *kamarã* (branco) desconhecido; mas seus pais logo as tranqüilizam dizendo que sou *ími*, "antigo, de há muito tempo". De fato; vendo casada e com este monte de filhos a garotada do meu tempo, dá para me sentir antigo ...

Os retornados, trinta anos depois

Mas não foram só as crianças a aumentar a tribo do Ipixuna. Em outubro de 1987, os Xikrin da aldeia Cateté, a centenas de quilômetros dali, do outro lado da Serra dos Carajás, atacaram uma pequena aldeia de índios desconhecidos, matando um homem e uma criança, capturando duas mulheres e um menino. Um médico da Funai que passava por lá reconheceu os típicos brincos Araweté, a pele branca e os olhos claros do povo do Ipixuna. Soube-se logo depois que ainda restava um velho no mato, fugido dos Xikrin. Avisados pelo rádio, os Araweté mandam emissários buscar estes parentes perdidos; uma negociação complicada termina finalmente com o resgate das mulheres e do menino presos, com o encontro com o velho, e com a ida de todos para o Ipixuna.

E o mistério se esclarece: trata-se do que restava do grupo de Iwarawí, o velho de hoje, que se separara há coisa de trinta anos atrás, nas cabeceiras do Bacajá, muito tempo antes do contato com os brancos, durante um ataque Kayapó aos Araweté. Dados por mortos, ele, sua irmã e dois sobrinhos, estavam era perdidos do grosso da tribo, que fugiu no rumo oposto, em direção ao Xingu. Iwarawí e sua irmã, sozinhos no mundo, tiveram duas filhas, que se casaram com os dois meninos, e assim viveram como uma miniatura da sociedade Araweté durante trinta anos. Vida dura, sem tempo de ver o algodão crescer - as mulheres tiveram de substituir seu traje costumeiro por saiotos de casca de árvore -, pois a cada safra de milho era preciso mudar de aldeia, acossados como estavam pelos Xikrin e pelos brancos.

Quantos outros pequenos grupos como este ainda vagam pelas matas entre o Xingu e o Tocantins, sobreviventes perdidos dos vários povos Tupi da região, que viram suas terras invadidas pelos brancos desde o século 17, e que no século 19 tiveram de enfrentar a onda Kayapó, criada ela mesma pelo deslocamento deste último povo a partir dos campos do Araguaia, tocados pelo gado da fronteira?

O tempo, depois da Funai

Fevereiro no Ipixuna, 1988, ainda é como há cinco anos. O inverno este ano atrasou, o milho demorou a crescer. Tradicionalmente, os meses de dezembro a março eram o tempo da dispersão da aldeia; ela se dividia em pequenos grupos que

(*) antropólogo, professor do Programa de Antropologia Social do Museu Nacional/RJ. Esse artigo foi publicado na revista Tempo e Presença, nº 229, abr/88)

iam para a mata, caçar jaboti, pegar castanha, tirar mel, enquanto aguardavam o milho verde, cuja colheita reuniria todos novamente na aldeia, para as festas do cauim. Mas o Posto da Funai mudou tudo; há muitos invernos que não se sai para a floresta: ora é uma epidemia de gripe, ora é um projeto de fabricação em massa de canoas, ora o atrativo dos bens do Posto - e vai-se ficando na aldeia, que as chuvas tornam morosa, alagada e um pouco entediante.

As mulheres fiam interminavelmente seu algodão, para as redes e roupas; torram o resto do milho do ano anterior, com que se faz a farinha básica da alimentação Araweté; preparam a pasta de urucum com que este povo avermelha tudo que veste, que tem e que toca: "colorido", em Araweté, (por exemplo, uma foto a cores), se diz "vermelho", *pd i*. Os homens estavam envolvidos em alguns grandes projetos: havendo aprendido a fabricar canoas com os brancos (arte que perderam há muito tempo, quando tiveram de viver na mata de terra firme, longe dos rios povoados de inimigos), entregavam-se com entusiasmo a esta dura faina; ajudavam meio negligentemente o chefe do Posto a plantar cacau (projeto que a Funai, diante da rentabilidade deste cultivo na região de Altamira, vem tentando implantar nas aldeias do médio Xingu); reformavam suas casas, que hoje são todas de taipa como a dos brancos do Xingu, construindo-as maiores: como a aldeia não tem mais nenhum espaço, e como por alguma razão os Araweté preferem expandir-se para dentro, é preciso construir as novas casas por cima das antigas,

que depois são derrubadas. A aldeia era um canteiro de obras úmido e atravancado de cipós, esteios e montes de barro; de qualquer forma, os Araweté nunca se importaram muito com planejamento urbano ...

Yaaci peyu

Mas o inverno é o tempo do jaboti. Gordos com a maturação de inúmeras frutas da mata, estes bichos são o assunto alimentar da estação; seu fígado é uma iguaria enaltecida (merecidamente) pelos Araweté com requintes retóricos. Não passam três dias sem que expedições masculinas à mata sejam organizadas para a cata (mais que caçados, os jabotis são "catados") do bicho, que pode ser estocado vivo para consumo em dias de muita chuva ou preguiça. Mas a maior parte dos jabotis trazidos (há dias de duzentos jabotis) é preparada com vistas a uma festa alimentar: o *yaaci peyu*, a pajelança do jaboti.

Não só os Araweté, mas seus deuses e seus mortos são fanáticos pela carne de jaboti. Por isso, as expedições coletivas são parte do ciclo cerimonial do inverno, e as festas alimentares são banquetes onde os *Mái*, as divindades celestes, e os mortos que habitam junto aos *Mái* vêm à terra comer jaboti. Estes habitantes do "avesso do céu", o mundo superior, são trazidos pelos pajés, que cantam a madrugada inteira narrando o que dizem e fazem os *Mái* enquanto se preparam para descer à festa.

Invasão por convênio

Os Araweté precisam de topógrafos e não de missionários

Venho por esta manifestar minha preocupação com os termos do convênio 005/88, firmado em 16/09/88 entre a Funai e a Convenção Batista Nacional. Entre outras atividades de "apoio e assistência" que a referida entidade religiosa pretende implementar em numerosas áreas indígenas do país, está previsto o envio de dois missionários à Área Indígena Araweté (PI Ipixuna - Altamira, Pará), conforme se lê em sua "Previsão de Programa de Atividades Missionárias em Áreas Indígenas Subordinadas à Funai", de 29/09/88.

Senhor presidente: as grandes ameaças que pesam sobre o futuro imediato do povo Araweté, cuja vida venho acompanhando desde 1981, consistem nas invasões de seu território (ainda não demarcado, apesar das inúmeras propostas neste sentido) por madeireiras e na inundação que ele sofrerá com a construção do Complexo Hidrelétrico do Xingu. Não me parece que estes graves problemas, para cujo enfrentamento devemos exigir uma ação enérgica do Governo Federal na proteção dos direitos constitucionais dos Araweté, tenham qualquer oportunidade de serem resolvidos mediante o envio de missionários evangélicos à região. Os Araweté não tem qualquer benefício a esperar da presença deste tipo de agência religiosa em sua vida. Eles precisam de muito pouco - da demarcação de suas terras, de apoio na área de saúde, e de um mínimo de proteção econômica. Certamente não carecem de doutrinação religiosa, disfarçada ou não por um assistencialismo supérfluo. A cultura Araweté é íntegra e forte, alegre, original e imaginativa. Este não é um povo desesperado, culturalmente desmoralizado, composto de pessoas doentes, alcoólatras, famintas e amedrontadas - até agora. Além disso, os Araweté não acreditam que, por serem índios - e por serem

homens - devam se sentir culpados. Eles não têm, portanto, a mínima necessidade de consolo espiritual, particularmente de um "consolo" paternalista, autoritário e messiânico que acha ser preciso destruir valores coletivos para fabricar bons cristãos, e entristecer os homens para formar bons cidadãos.

Em suma, não atino com os benefícios que poderiam advir desta invasão intempestiva e insidiosa da sociedade Araweté por agentes de uma organização religiosa de origem e princípios obscuros (devo notar que a "Convenção Batista Nacional" nada tem a ver com o órgão oficial da Igreja Batista no Brasil), de corte tacanho e autoritário - e isto com o inacreditável beneplácito da Funai. A Funai - ou o governo brasileiro - está ou deveria estar capacitada a assistir os Araweté no que é imperioso: a demarcação de suas terras, a proteção intransigente de seus direitos contra a rapina pública ou privada. Os Araweté precisam de topógrafos e de teodolitos, não de missionários e de bíblias (...)

Quer-me parecer, em conclusão, que a Funai, ao estimular convênios desta natureza, incide de modo cínico em um duplo desrespeito a suas obrigações legais e aos direitos dos índios. Ela consagra sua omissão, ao transferir para entidades suspeitas como esta "Convenção Batista Nacional" tarefas que lhe incumbem por lei; e ela peca por comissão, ao instrumentalizar uma política etnocida de sabotagem da integridade cultural indígena. O tempo do compelle eos intrare parece não ter acabado, para os Araweté e tantos outros povos indígenas; obrigá-los a engolirem o evangelismo sombrio de seitas reacionárias e oportunistas é a última artimanha "geopolítica" de mau gosto que a Funai lhes apresenta". (Carta de Eduardo Viveiros de Castro ao Presidente da ABA, 17/01/89)

De manhãzinha, diante de uma fileira de panelas onde toda a aldeia cozinhou os jabotis trazidos na tarde anterior, o pajé dança trazendo seus convidados celestes. Os deuses e mortos comem primeiro; na verdade, ninguém se aproxima das panelas durante a cerimônia, exceto o pajé e sua esposa, que funciona como sua auxiliar: é que os *Mái* são seres esplêndidos mas um tanto ferozes, e em sua paixão pelo banquete do jaboti podem derrubar e ferir o vivente que se interponha em seu caminho até a comida. Além disto, dentre todas as divindades, uma em especial é adepta dos jabotis: *Me'e Nã* a "Coisa-Onça", de quem é sempre prudente manter distância.

Junto com os *Mái* costumam vir almas de Araweté mortos há pouco tempo. Casadas agora como o povo do céu, pintadas, enfeitadas e perfumadas, estas almas são o intermediário entre os pajés e os *Mái*. De fato, é principalmente porque elas são casadas com os deuses, que estes não matam e devoram o pajé, quando este sobe ao céu para convidá-los à festa. Os *Mái* são canibais, e o estabelecimento de laços de aliança matrimonial com eles, através dos mortos, garante a boa relação entre viventes e divindades, e com isto o contato entre as duas metades do cosmos separadas na origem dos tempos: agastados com os humanos, os *Mái* ergueram o firmamento, levando com eles a ciência da eterna juventude e da vida sem trabalho. Agora, eles só vêm à terra para prelibar o esforço produtivo

dos viventes: jaboti, peixe, mel, cauim de milho. E a fusão definitiva com os *Mái* só tem lugar após a morte. Enquanto isto, as cerimônias mantêm viva a aliança entre "os que se foram" (os deuses) e os "abandonados" (os humanos).

Durante duas horas os *Mái* comem, assistidos de longe pelos humanos, que escutam com enorme interesse as notícias do céu narradas pelo pajé, que fuma e toca seu chocalho junto às panelas de jaboti. No meio da manhã, os deuses se vão: começa então a festa humana. Todos vão para suas casas se pintar e enfeitar, urucum, plumagem de gavião, brincos de tucano. Cada família leva de volta a seu pátio a panela que pusera na fileira oferecida aos *Mái*, esquentando o caldo de jaboti que ela traz, e então o marido grita, convidando os demais a comer de seu jaboti.

E tem início a ronda gastronômica de casa em casa, cada um comendo sucessivamente os jabotis vizinhos, parentes, amigos, até chegar sua vez de convocá-los para o jaboti que preparou. Lá pelas quatro da tarde acaba o banquete - e vamos dormir, que ninguém é de ferro. Só eu e três rapazes, que não havíamos comido tanto, saímos a pescar, nesta tarde de 12 de fevereiro de 1988: fazia sol, não havia mosquito demais, e os pacus estavam fervilhando debaixo de um pé de fruta debruçado sobre a cachoeira logo ali, rio acima.

ACONTECEU

AMANAYÉ

Funai reencontra os Amanayé

O indigenista da Funai, Elimilton Correia de Alencar, foi enviado para a cidade de Santana do Capim/Paragominas (PA) no mês de outubro deste ano, para tentar localizar os índios Amanayé dos quais a Funai não tinha mais notícias desde o fim da década de 40. No entanto, em 1984, a Sucam havia acusado a existência de 4 famílias na localidade de Barreirinha, na margem direita do rio Capim. Foi aí, em fins de outubro, que os Amanayé foram encontrados pelo funcionário da Funai. Apesar de terem uma reserva - criada após vários pedidos do SPI através do Decreto nº 306 do dia 21/03/45, no município de Rondon do Pará e São Domingos do Capim, pela então interventoria do Estado do Pará, - os Amanayé estão fora dessa área reservada.

Pequeno histórico - Na década de 40 o grupo de Amanayé que vivia na localidade Repartimento, margem esquerda do rio Ararandeuá, liderados pelo tuxaua Balbino, foi visitado por José Maria Gama Malcher, inspetor do SPI/2ª I.R. que constatou o número bastante reduzido desses índios, que na metade do século XIX eram estimados entre 300 e 400 pessoas.

Ainda na década de 40, os Amanayé não aguentando as pressões dos madeireiros e a ameaça de índios arredios, mudaram-se para um lugar conhecido como Itaqueuazinho, na margem do rio Capim. Nessa época o SPI pretendia instalar um posto de atração para contatar os Amanayé arredios que perambulavam na área entre o igarapé do Frade, que é afluente do rio Capim, e o Pitingá, afluente do rio Ararandeuá, da foz às nascentes. Daí os frequentes pedidos para criação da reserva que foi criada em 45.

Depois da morte do tuxaua Balbino, na década de 60, o grupo que vivia no Itaqueuazinho, que era fora da reserva Amanayé, mudou-se para Barreirinha, à jusante do rio Capim, devido às visitas nem sempre amistosas dos Amanayé arredios. Hoje esse grupo ainda vive em Barreirinha, composto de oito famílias que inteiram 66 pessoas lideradas pelo neto de Balbino, Esmeraldo Ramos, mais conhecido por "Beré", e seu irmão Izídio, líder substituto.

O indigenista Elimilton Correia de Alencar narra em seu relatório que a situação dos Amanayé é, hoje, o resultado do abandono que sofreram por parte do SPI e da Funai, pois tiveram que enfrentar praticamente sozinhos o contato com a sociedade nacional. Os órgãos tutores assistiram a invasão de suas terras e sua conseqüente retirada, e não realizaram o contato com os Amanayé isolados. A sugestão de Elimilton é que a Funai, ao tomar providências na questão das terras,

conduza seu trabalho com cuidado, para não criar expectativa capaz de permitir um retrocesso nas conquistas do grupo e que qualquer proposta seja amplamente discutida com a comunidade. Nessa discussão deve constar a questão das terras do Repartimento (legalmente indígena, pelo Decreto nº 306) e da Barreirinha (legalmente do grupo pelo usucapião).

Em relação a notícias de prováveis aparecimentos de índios isolados, sugere ainda o indigenista uma viagem descendo o rio Capim, partindo da confluência com o Ararandeuá até a Barreirinha. (PIB/CEDI a partir do relatório de Elimilton Correia de Alencar, 4º Suer-Funai, out/90)

GAVIÃO

Posseiros em Mãe Maria deslocam Gavião para Brasília em busca de solução

Seis representantes dos Gavião estiveram ontem com o ministro da Reforma e Desenvolvimento Agrário, Dante de Oliveira, em busca de solução para os problemas que os afligem desde 1986: a invasão de 198 famílias na reserva Mãe Maria, no município de São João do

Araguaia (PA), a 30 quilômetros de Marabá. Dessas famílias, 137 ocupam a terra por terem sido assentadas pelo Getat. Os Gavião, acompanhados de representantes da Funai, disseram esperar que em 30 dias o ministro dê seu parecer sobre o caso. Durante um despacho do ministro Dante de Oliveira com o presidente Sarney, ficou decidida a desapropriação do Castanhal Araras, localizado no município de São João do Araguaia, para onde deverão ser transferidas as 137 famílias assentadas pelo Getat em suas terras. (OESP, 17/01/87)

Conflito com posseiros compromete acordo

Um novo conflito estourou na reserva Mãe Maria do dia 24 para o 25. Segundo informações da área, os índios Gavião fizeram posseiros como reféns durante algumas horas, danificando plantações e matando três reses do fazendeiro Anastácio Queiroz. Este conflito significa o rompimento de um acordo feito no dia 16 passado, no Palácio do Desenvolvimento, em Brasília, quando estiveram reunidos o ministro da Reforma e Desenvolvimento Agrário, Dante de Oliveira, o presidente do Getat, Ronaldo Barata; o secretário geral do ministro, Guilherme Müller; o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São João do Araguaia, Almir Pereira Bastos; o capitão Kokrenhu, o chefe do posto indígena Cutia, membros da comunidade indígena e um membro da comunidade Paia-ré. Nessa reunião foi acertada que os posseiros seriam transferidos para uma área denominada Araras, no município de Marabá.

Com a intenção de apressar as providências de transferência, os Gavião voltaram a atacar os posseiros, que têm orientação do Sindicato de não revidar aos ataques. Devido à atuação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, em favor dos posseiros, o presidente do Sindicato, Almir Pereira Bastos, está sendo ameaçado de morte por fazendeiros da área em conflito. Almir levanta a hipótese dos fazendeiros tentarem atacar os Gavião para jogar a culpa nos posseiros. (O Liberal, 27/01/87)

Funai desmente rompimento de acordo

A Superintendência Regional da Funai desmentiu as notícias sobre o rompimento do acordo firmado entre os índios Gavião e os 136 posseiros que ocupam uma parte da reserva "Mãe Maria", com a eclosão de um novo conflito entre índios e posseiros. Segundo informou o superintendente regional do órgão, Salomão Santos, não houve qualquer ameaça contra os posseiros instalados na área. O que aconteceu, segundo ele, foi que os índios resolveram dar um aviso ao fazendeiro Anastácio Queiroz, que mantém um pasto de 75 alqueires dentro da reserva. Ferreira afirma que o pasto está em péssimo estado, e que

Queiroz só o mantém visando a obtenção, no futuro, de alguma indenização pelo Governo Federal. Foram os próprios índios que procuraram a Funai para comunicar o fato. (O Liberal, 28/01/87)

Ferrovia é bloqueada

Os Gavião da reserva Mãe-Maria bloquearam, às 5h de ontem, a ferrovia Carajás-Itaqui, na altura do quilômetro 705, entre as estações de Marabá e São Pedro. A interdição da ferrovia é uma tentativa dos Gavião de apressar a retirada dos posseiros que estão instalados há 5 anos dentro do território indígena e que até agora, apesar das reiteradas promessas do Getat e do Incra, ainda permanecem em áreas da reserva, prejudicando as atividades de agricultura, caça e extração de castanhas dos Gavião. Além disso, os Gavião querem nova indenização da CVRD pela utilização da ferrovia, cujos trilhos cortam a reserva Mãe Maria. A Vale já pagou uma indenização para a construção da estrada de ferro, e agora os índios querem o pagamento pela utilização da mesma. (Correio Braziliense, 25/03/87)

A paciência dos índios tem limite

O último prazo que os Gavião haviam recebido das autoridades supostamente competentes para resolver o problema da invasão da reserva Mãe Maria era de 60 dias. O prazo terminou 40 dias atrás. Para pressionar o governo, os Gavião se agruparam no quilômetro 702 da ferrovia de Carajás, quase na divisa do Pará com o Maranhão. A CVRD decidiu suspender o tráfego. Dez horas depois, sem precisar recorrer à polícia, a empresa conseguiu que os índios aceitassem os trens voltando a cruzar normalmente pela reserva. Eles fizeram novo acordo em troca de mais um prazo: no próximo dia 8, o ministro da Reforma Agrária, Dante de Oliveira, trará ao Pará uma providência concreta para remanejar os 146 posseiros que o Getat instalou em território indígena. Ainda havia um detalhe pendente no acordo: o ministro quer o encontro em Belém; os Gavião pretendem que o ministro vá à aldeia Mãe Maria, em Marabá. Estão cansados de peregrinar pelos caminhos da burocracia oficial, reduto de papéis e palavras. Mas antes de anatematizar a heresia representada pelo bloqueio de uma via de transporte da importância da ferrovia de Carajás por uma minoria étnica subsistente no país, é preciso ponderar melhor as coisas. Certamente não se pode condicionar o funcionamento da ferrovia a pendências laterais (a destinação da linha, no entanto, mereceria melhor questionamento). Mas a segunda maior via de escoamento de minério e uma das mais modernas do Brasil encontra-se na condição de ter que conviver com realidades primitivas socialmente explosivas. É seu calcanhar de Aquiles, algo que não se resolve nas pranchetas da engenharia econômica.

O detonador do bloqueio (expressão que a CVRD considera inadequada, negando qualquer ato de hostilidade contra a ferrovia) é um desses bric-a-brac que só se consegue entender com referência ao paquidêmico elefante governamental. O Getat criou problemas ao assentar colonos em áreas indígenas e assistir indiferentemente ao avanço das invasões. Tinha que resolvê-lo, o que não fez. O ministro promete que agora virá a saída, mas a que está esquadrihada ainda se assenta num erro de concepção: que já não diz respeito ao problema dos Gavião: a desapropriação de castanhais. Mesmo quando finalmente age, movido de sua letargia pelas crises, o governo não consegue nos surpreender com sua competência, produto em crônica falta no seu almoxarifado.

Neste episódio, os índios, depois de um ato de protesto bombástico, mas absolutamente pacífico, superado através de negociação, foram os únicos a dar demonstração de algo de que muito nos orgulhamos em nosso etnocentrismo e invariavelmente nos esquecemos de praticar no cotidiano: civilidade. (trecho de matéria de Lucio Flávio Pinto, O Liberal, 26/03/87)

STF susta desapropriação

Liminar expedida ontem pelo ministro Moreira Alves, presidente do STF, susta os efeitos da desapropriação do Castanhal Araras, localizado em São João do Araguaia e que foi expropriado pelo presidente da República, José Sarney, a 15 de janeiro passado. O castanhal deveria abrigar os posseiros invasores da reserva indígena Mãe Maria, dos Gavião, objeto de um longo conflito entre os índios e os colonos, que já dura cinco anos. A liminar sustando os efeitos da desapropriação foi concedida atendendo a pedido feito pelo proprietário diretamente ao Supremo, por se tratar de ato do Presidente da República. No pedido, alega-se ser o imóvel plenamente produtivo, não tendo sofrido invasão ou qualquer outro tipo de tensão social. Com uma visita marcada para começar amanhã, até ontem à tarde não se sabia exatamente o que o ministro Dante de Oliveira, do Mirad, iria fazer. Isto porque os índios Gavião querem que o ministro vá até à reserva "Mãe Maria", coisa que Dante já disse que não fará. O impasse perdurava até ontem. O cacique Kokrenhu fincou pé: ou o ministro vai à reserva ou não há conversa. E, não havendo conversa, os índios se consideram livres para agir - particularmente com relação à ferrovia do Carajás, que atravessa a reserva.

Com a intervenção do Judiciário, o prazo de retirada dos posseiros da reserva "Mãe Maria" se torna uma interrogação. Com 68 mil ha e em área de franca imigração, é difícil mantê-la íntegra.

(O Liberal, 08/04/87)

Reunião para solução de impasse

Começou ontem, no Pará, a reunião entre o enviado do Mirad, André Vilas Boas, funcionários da Funai e os caciques Cotia e Kokrenhun, da tribo Gavião, para buscar uma solução à invasão da reserva Mãe Maria por posseiros. Os índios deram um prazo para que o Governo remaneje as 146 famílias de posseiros assentadas desde 1981 de forma irregular nas terras da reserva, e ameaçam bloquear a estrada de ferro Carajás. (Folha da Tarde, 14/04/87)

Nova ameaça de bloqueio da ferrovia

Os Gavião da reserva Mãe Maria, voltam a ameaçar um bloqueio da Estrada de Ferro Carajás, que liga as minas de ferro de Carajás, no Pará, ao porto de exportação em Itaqui, no Maranhão, caso o Incra/Mirad não acelere o processo de remanejamento dos colonos assentados irregularmente pelo extinto Getat desde 1980. Enquanto aguardam o remanejamento, alguns colonos deixaram a reserva Mãe Maria e montaram acampamento em frente à sede do extinto Getat, agora sede do Incra, em Marabá, ao mesmo tempo em que os índios Gavião, a exemplo do que fizeram em março passado, já prepararam grossas correntes para efetivar o protesto, de bloqueio da ferrovia. (Jornal de Brasília, 11/07/87)

Eletronorte instala outro linhão sobre Mãe Maria

A Eletronorte já iniciou a construção da segunda linha de transmissão da usina hidrelétrica de Tucuruí para Barcarena e para o Nordeste visando garantir a produção de alumínio da fábrica Albrás. O segundo linhão, que corta mais uma vez a reserva Mãe Maria, dos índios Gavião, está sendo construída sem respeito ao decreto do presidente Sarney que exige, em projetos desta natureza, a execução prévia do relatório de impacto sobre o meio ambiente. (Correio Braziliense, 20/11/87)

Posseiros são finalmente remanejados

A Funai espera completar até o próximo dia 12, o remanejamento das famílias de colonos da reserva indígena Mãe Maria para o Castanhal Araras, pondo fim a um conflito entre índios e brancos que se arrasta há mais de 5 anos. Segundo o administrador regional da Funai em Marabá, José Ferreira Campos Júnior, das 146 famílias de colonos, apenas duas faltam ser remanejadas. (Correio do Brasil, 04/02/88)

Gavião da Montanha entram na justiça contra Eletronorte

A comunidade dos Gavião da Montanha, ingressou na Justiça Federal com uma petição inicial de ação

ordinária de anulação do ato jurídico ocorrido por ocasião da construção da hidrelétrica de Tucuruí, quando a Eletronorte pagou pela ocupação das terras da tribo, há 12 anos, 7 mil cruzeiros. Segundo Edivaldo de Valdenilson, representante da tribo, a importância paga pela Eletronorte “é vil e não representa o valor real das terras ocupadas, hoje inundadas pela hidrelétrica, com uma área de aproximadamente 3.600 ha”. O procurador geral da República, no Pará, responsável pela defesa das causas indígenas, José Potiguar, disse que o que os índios reivindicam é perfeitamente legal. “Pelo que está escrito na petição inicial, os Gavião da Montanha possuem pleno direito no que reivindicam. E nós, como procurador da República e representante da causa indígena, iremos lutar para que eles tenham seus direitos assegurados”. José Potiguar disse ainda que, como se trata do primeiro caso, no Brasil, em que o próprio índio vai até à Justiça solicitar garantias de direito, o caso será julgado em primeira instância, devendo ser resolvido dentro de um período de um a dois anos, “no máximo”. Se for dado ganho de causa aos Gavião da Montanha, a Eletronorte deverá efetuar o pagamento de nova indenização à tribo, em valor estipulado após perícia feita no local. (Jornal do Comércio, 12/09/89)

Se governo não desbloquear o dinheiro, os Gavião bloqueiam a ferrovia

A comunidade indígena Parkatejê do sul do Pará, conhecida como índios Gavião, enviou através do Núcleo de Direitos Indígenas, uma carta à Ministra da Fazenda, Zélia Cardoso de Mello onde expõe a situação que se encontram depois do bloqueio do Plano Collor.

“A Estrada de Ferro Carajás cortou a reserva indígena de Mãe Maria numa extensão de 17 km. Para permitir que isso fosse feito os índios Gavião reivindicaram um “pedágio” mensal e perpétuo, para que fossem ressarcidos dos prejuízos ecológicos, especialmente o afastamento dos animais, atemorizados pela passagem constante dos longos e pesados comboios, que fazem tremer a terra.

A Companhia Vale do rio Doce não pode aceitar o compromisso do “pedágio”, mas destinou uma importância de três bilhões de cruzeiros (novembro de 1984) para constituição de um fundo de recursos, para fazer frente, entre outras coisas, das necessidades de sobrevivência da comunidade, realmente afetada com a passagem da ferrovia.

Este fundo foi efetivamente criado e depositado em conta de caderneta de poupança vinculada a CVRD, sendo os juros mensais da aplicação liberados diretamente à comunidade. Fato que ocorria normalmente e sem problemas desde dezembro de 1984.

Com o Plano Brasil Novo este fundo foi bloqueado e a comunidade não pode mais receber os juros, passan-

do a enfrentar sérias dificuldades de sobrevivência. Para os índios Gavião não é fácil entender esta nova situação, já que é quase impossível para eles distinguirem entre a Administração Federal e a estatal Vale do Rio Doce, e estão convencidos de que a mesma mão que os indenizou em 1984 revogou esta indenização em 1990, e estão revoltados, porque se sentem enganados pelos “brancos” e em vias de reiniciar os movimentos de bloqueio da estrada de ferro para que seja recomposta a indenização.

Tendo em vista que esta caderneta de poupança já era bloqueada, porque eram disponíveis apenas os juros mensais de 0,5%, os índios Gavião vem consultar Vossa Excelência sobre a possibilidade da liberação destes juros mensais em cruzeiros para fazer frente ao sustento da comunidade, mantendo o principal e a correção monetária bloqueados.

(Carlos Marés de Souza, do NDI, 21/06/90)

T E M B É

Serraria na AI Alto Rio Guamá

A Superintendência Regional da Funai, numa operação surpresa, embargou as atividades de uma serraria clandestina que funcionava dentro da Reserva Alto Guamá dos Tembê. Foram apresentados cinco caminhões com mil metros cúbicos de madeira, além de nove moto-serras e dois motores. A serraria vinha funcionando há vários anos, sendo essa a segunda apreensão. A reserva Alto Guamá é um dos exemplos mais gritantes do tratamento que é reservado às comunidades indígenas. Há dezenas de anos o território vem sendo invadido por posseiros e fazendeiros, com o acobertamento de políticos, sendo hoje ocupada por mais de dez mil famílias, fazendas e serrarias, sem que nada seja feito para restituir aos Tembê o que por direito lhes pertence. (Diário Popular, 10/03/88)

AI perde 25% de seu território ao tornar-se “Colônia Indígena”

Os ministros Jäder Barbalho, do Mirad e João Alves Filho, do Minter, assinaram as portarias interministeriais nº 138-A e 139-A, no dia 28 de julho passado e publicadas no Diário Oficial dia 22 de agosto, transformando a AI Alto Rio Guamá, em duas “Colônias Indígenas”: Colônia Indígena Tembê-Guamá e Colônia Indígena Canindé. Essa mudança resultou na perda de 25% da terra reservada em 1945 para esses índios. Essa área que deixou de fazer parte da terra dos Tembê, chamada de Gleba Cidapar, era reivindicada pelo Banco Denasa de Investimentos S/A e a Cia. de Desenvolvimento Agropecuário, Industrial e

Mineral do Estado do Pará - Propará, esta última sucessora da Cidapar, colonizadora da área, que foi à falência. Recentemente a Gleba Cidapar foi desapropriada pelo Mirad, para assentar os posseiros invasores da terra dos Tembê, e que se concentram na agora Colônia Indígena Tembê-Guamá. (PIB/CEDI, ago/88)

Tembê pedem reassentamento dos posseiros invasores

Quatro índios Tembê da Colônia Indígena Tembê-Guamá, situada na região nordeste do Pará, denunciaram o clima de tensão permanente envolvendo 308 índios e cerca de 600 famílias de colonos que ocupam suas terras desde 1974. A reserva do Alto Rio Guamá, de 278 mil ha, habitada por Tembê, Urubu-Kaapor, Timbira e Guajá, foi desmembrada em julho de 88 por causa de duas portarias interministeriais estabelecendo a faixa central da reserva para assentamento de colonos e separando os índios em duas colônias, em territórios opostos. Agora, os Tembê, que são maioria na reserva, reivindicam o reassentamento dos posseiros em área fora de seus domínios originais. Os porta-vozes indígenas - entre eles Raimundo Cláudio dos Santos Tembê e Pedro dos Santos Tembê - pediram que o remanejamento dos colonos ocorra com a maior urgência possível, pois os riscos de um confronto jamais deixaram de existir, apesar de o desmembramento da reserva ter sido classificado, à época, pelo superintendente regional da Funai, Salomão Santos, como "a melhor solução possível para resolver a grave situação fundiária que há mais de 10 anos vinha assumindo contornos de um problema irreversível".

Os índios, frisaram, no entanto, que não aceitam uma solução prejudicial aos posseiros, advertindo para casos de miséria absoluta entre as famílias dos agricultores. (Correio Braziliense, 11/01/89)

ASURINI TOCANTINS

Reintegração de posse

O juiz federal Francisco Neves da Cunha, da 1ª Vara, sentenciou ação de reintegração de posse proposta pela Funai e mandou reintegrar os índios Asurini do Trocará na área de terras invadida por Raimundo N. Soares Holanda e outros, ou quem lá estiver. O juiz considerou válida a documentação exibida pela Funai, comprovando tratar-se de uma reserva indígena já demarcada, situada nos rios Trocará e Tocantins, nos municípios de Tucuruí e Baião, "terras por eles (os índios) e seus ancestrais ocupadas desde tempos imemoriais". (O Liberal, 15/06/89)

Indenização em discussão

O superintendente regional da Funai, Dinarte Nobre de Madeiro, disse que o órgão aguarda o envio, pela Celpa, do projeto que prevê a construção de uma linha de transmissão em 69 KV, ligando as cidades de Tucuruí e Cametá, e que deverá cortar parte da AI Trocará, habitada pelo grupo Asurini, situada a 18 quilômetros de Tucuruí. Qualquer negociação sobre os valores a serem pagos aos Asurini, a título de indenização, só

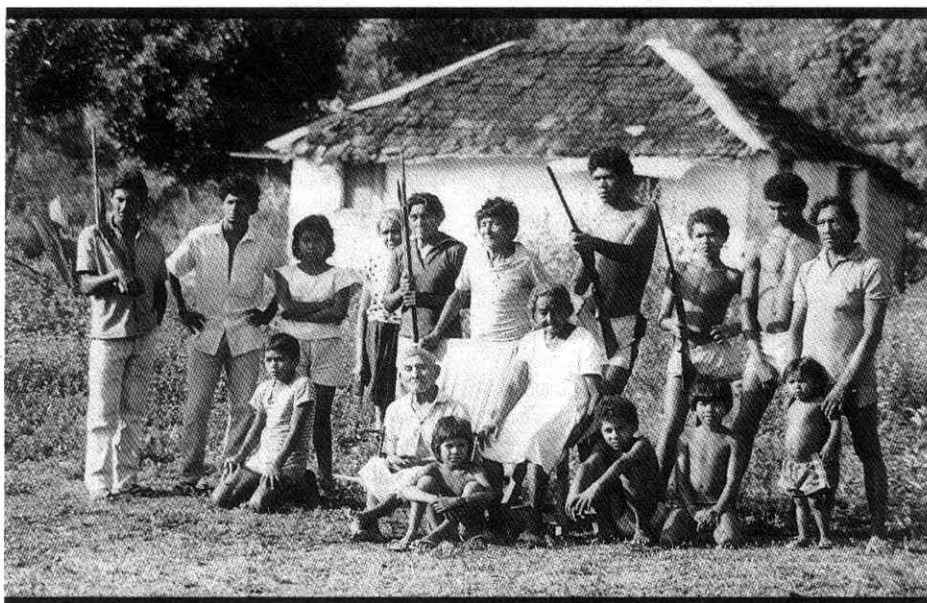
deverá ser iniciada quando a Funai tiver acesso a informações mais detalhadas sobre o projeto que a Celpa pretende executar, segundo afirmou Dinarte Madeiro. Segundo Dinarte Madeiro, foi a própria Celpa, através de sua diretoria de construção, que tomou a iniciativa de comunicar oficialmente no final de janeiro passado ao administrador regional da Funai em Marabá, José Ferreira Campos Júnior, que a empresa dera início a estudos de campo para construir o linhão em 69 KV ligando as cidades de Tucuruí e Cametá, "com a finalidade de melhorar o fornecimento de energia elétrica naquela região".

No ofício endereçado à Administração Regional da Funai, a Celpa, ao adiantar que a Rodovia Transcemetá seria usada como "orientação básica" para a construção do linhão solicita informações sobre "quais as condições que deveremos cumprir, para que a nossa linha atravesse a área da Aldeia Indígena Trocará, numa distância de aproximadamente 40 metros a partir da margem da rodovia, no lado esquerdo de quem trafega no sentido de Tucuruí-Cametá, área esta que deverá ser limpa e desmatada, num processo semelhante ao verificado na travessia da linha de transmissão em 60 KV Marabá-Rondon do Pará, na área da Reserva Indígena Mãe Maria".

O administrador regional da Funai em Marabá, ressaltou que os Asurini do Trocará têm todo o direito de reivindicar programa de apoio e assistência, como forma de compensá-los pelos impactos causados por projetos que atingem o interior de suas reservas. O grupo Asurini, lembra José Ferreira, foi um dos mais afetados por todas as transformações sócio-econômicas e culturais que ocorreram a partir da construção da hidrelétrica de Tucuruí. (O Liberal, 30/06/89)

Asurini pressionam para receber indenização pela Transcemetá

Os índios Asurini da Área Indígena Trocará incendiaram, no dia 13 último, a ponte sobre o rio Trocará, localizada entre os quilômetros 18 e 28 da rodovia PA-156, a Transcemetá, que liga os municípios de Tucuruí e Cametá. A ponte tem 60 metros de exten-



Paulo Santos / Videfoto

Com a arma no ombro, Raimundo Cláudio dos Santos Tembê, uma das lideranças que pede o remanejamento das cerca de 600 famílias de colonos, que ocupam suas terras desde 1974. Ao seu lado, Antonio Tembê; sentados, sr. Feliciano e sua esposa; atrás dele, Gidoca e Raimundo Tembê.

são. Segundo Dinarte Nobre de Madeiro, superintendente da Funai em Belém, o fogo não destruiu toda a ponte. Ele informou que os Asurini permaneceram no local até o dia 15, quando a pedido dos funcionários da Funai, voltaram à área indígena. Dinarte explicou que os índios incendiaram a ponte porque o Governo do Estado ainda não pagou uma indenização devida, já que nove quilômetros da rodovia Transcarnatá, aberta em 1976, passam pela área indígena Trocará. Eles querem ser indenizados pelos danos causados na mata com a abertura da estrada. O superintendente disse que quando foi construída a rodovia, o governo não pediu autorização aos índios.

Em julho passado, quando a Secretaria de Estado de Transportes (Setran) estava recuperando a Transcarnatá, os Asurini paralisaram as obras. Após esse episódio, Dinarte se reuniu com um dos diretores da Setran, João Rui Castelo Branco, e um advogado da Funai, quando foi elaborada uma minuta de um possível acordo entre índios, Funai e Setran, representando o governo do Estado, na qual foi fixada uma indenização de Cr\$ 23.000 milhões, que seria paga em 60 dias. Mas isso não ocorreu. Depois pediram um prazo de 10 dias e não pagaram. Por fim, pediram mais outro prazo, agora de 15 dias, e também não pagaram. É por isso que os índios estão revoltados.

O Secretário da Setran disse que o documento sobre a indenização aos Asurini está no Instituto de Terras do Pará, que avaliará se a quantia de 23.000 milhões está adequada. O governo estadual se comprometeu a pagar a indenização aos Asurini, mas para isso exigiu a faixa de domínio de 40 metros às margens da rodovia, por onde passará em breve a rede de energia elétrica até Cametá. Os índios não aceitam essa exigência. As linhas de ônibus que passam pela rodovia estão fazendo o transbordo dos passageiros, que são obrigados a atravessar com água até a cintura. (O Liberal, 12/12/90)

ISOLADOS DO RIO TAPIRAPÉ

Encontrados mais dois remanescentes Tupi

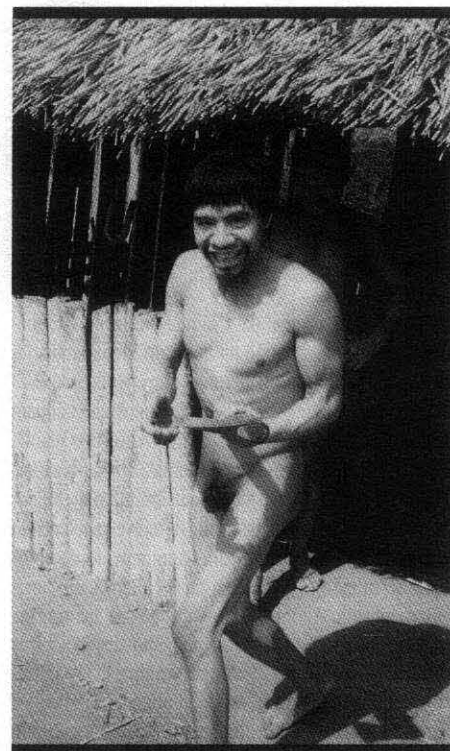
Em março de 1987 os colonos e madeireiros que iniciavam a ocupação e exploração da mata localizada nos sopés da serra Misteriosa, entre os rios Tocantins e Xingu e a 240 km da sede do município de Marabá (PA), começaram a avistar índios sem contato que circulavam na região. Em julho, os arredios - dois rapazes com menos de trinta anos - irrompem dentro da casa de um colono, falando e gesticulando muito. A Administração Regional da Funai em Marabá foi acionada e enviou indigenistas e índios de etnias localiza-

Um dos remanescentes Tupi avistado pela primeira vez em março de 1987 por colonos e madeireiros na região de Marabá (PA) e posteriormente contatados pela Funai.

das na região para auxiliarem na identificação dos recém contatados. Instalado o acampamento da Funai iniciou-se a convivência desses remanescentes com funcionários e membros de outras tribos. A partir de outubro eles começaram a demonstrar o desejo de se retirarem do local, então muito ocupado por madeireiros e colonos, acompanhando seus novos "amigos", os funcionários da Funai, que passaram a chamá-los pelo nome de "Auré" e "Auré". Antropólogos e linguistas convidados a auxiliarem na identificação dos remanescentes chegaram à conclusão de que se tratava de um grupo ligado ao tronco Tupi, embora não se pudesse detalhar de qual família linguística específica.

Peregrinação - Começa então uma extensa e até agora (1990) ininterrupta peregrinação desses remanescentes por diversas aldeias do Pará e Maranhão, na tentativa de se encontrar, a princípio, seu grupo de origem e posteriormente uma área que lhes pudesse servir de refúgio. Inicialmente, foram levados a uma aldeia Parakanã. O temor que a simples visão deste grupo lhes despertou inviabilizou que sequer descessem do barco que os transportava. Deduziu-se que o grupo de origem de Aurá e Auré mantivera contatos hostis com os Parakanã, o que provavelmente contribuiu para a eliminação de grande parte de seus membros. Os Parakanã confirmaram que há algum tempo atrás mantiveram guerras e mataram grande número de membros da tribo dos recém-contatados. A 4ª Suer resolveu então instalá-los no PI Koatinemo, onde vivem os Asurini, também um grupo de língua Tupi e de contato relativamente recente. Em julho de 1989, o missionário e linguista Norval Oliveira da Silva, da Igreja Presbiteriana e ligado ao SIL e à Associação Linguística Evangélica Missionária reuniu-se com eles no PI Koatinemo por solicitação da 4ª Suer. Em outubro desse ano, Aurá desentendeu-se com um Asurini e decepou-lhe um braço com um golpe de machado. O Asurini faleceu em consequência do golpe. Foram então removidos para a Casa do Índio de Marabá e em seguida para a de Belém. Em janeiro de 1990, mais uma tentativa da 4ª Suer para estabelecer os remanescentes. Desta vez, o local escolhido foi o PI Canindé, onde vivem os Tembê, um grupo de língua Tupi e de contato secular. Pequenos furtos e incompatibilidades geraram desentendimentos entre os Tembê e os recém chegados, que foram novamente removidos para a Casa do Índio de Belém.

Sem dinheiro - Em novembro de 1990, a última transferência: dessa vez para o interior da AI Guajá, num local denominado Miri-Miri, onde já existem roças



Elimilton Correia de Alencar

plantadas e que não é frequentado pelos Guajá. Para a definitiva implantação dos remanescentes no local seriam necessários dois funcionários da Funai, um auxiliar de sertanista e um atendente de enfermagem experientes, além de dotação de infra-estrutura para o local. O missionário Norval já se declarou disposto a acompanhar os dois índios, desde que receba apoio de infra-estrutura da Funai. Seria necessário também que se trouxesse uma índia Asurini que vivia maritalmente com um dos remanescentes quando estavam no PI Koatinemo. Evidentemente, a 4ª Suer não dispõe de verba para tanto. A antropóloga Carmem Affonso, encarregada pela 4ª Suer de acompanhar o caso, tenta agora sensibilizar a CVRD para que inclua Aurá e Auré na relação de grupos indígenas na zona de influência de Projeto Carajás e, conseqüentemente, possam receber apoio financeiro da empresa. (PIB/CEDI, dez/90, a partir de relatórios da 4ª Suer)